

Governo de SP libera o segundo lote de desapropriações para o Trem Intercidades

PÁGINA 3

Licitação do transporte público tem cinco grupos interessados

A licitação que vai definir as empresas responsáveis pelo transporte público coletivo de Campinas pelos próximos 15 anos recebeu, na manhã desta quarta-feira (25), seis propostas apresentadas por cinco grupos interessados. A entrega dos envelopes ocorreu na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. O contrato é estimado em R\$ 11 bilhões e é considerado um dos mais relevantes da mobilidade urbana do município. O processo também se destaca pelo longo histórico de suspensões, reformulações e tentativas frustradas desde 2016.

PÁGINA 5

Campinas pagará retroativo a servidor

Legislação federal determina a retomada da contagem de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, que havia sido interrompida devido às medidas fiscais adotadas durante a pandemia.

PÁGINA 4

Análise relaciona invasão na Unicamp a estratégia política



IFCH/Unicamp

Grupo sem vínculo com a universidade cobriu com tinta branca murais com grafites produzidos por estudantes durante recepção aos calouros no IFCH. A ação gerou reação da comunidade acadêmica e terminou em agressões físicas, com registro de boletim de ocorrência e reforço da vigilância no campus. O caso é investigado e mobilizou manifestações de apoio de outras unidades e de parlamentares da cidade

PÁGINA 6

STF conclui julgamento do assassinato de Marielle

Os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão foram condenados a 76 anos de prisão



Gustavo Moreno/STF

PÁGINA 21 Familiares durante julgamento no STF

Campinas confirma 2ª morte por gripe no ano

Vítima de 92 anos tinha comorbidades e não havia sido imunizada contra a doença na campanha sazonal do último ano. Em 2025, o município contabilizou 553 casos e 67 mortes de Síndrome Respiratória Aguda Grave, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

PÁGINA 5

LEONARDO BOFF

A política de Trump sobre imigrantes

PÁGINA 19

IVES GANDRA

Por um Código de Ética para o STF

PÁGINA 19

Câmeras em ônibus integradas à Prefeitura

Proposta do vereador Bene Lima (PL-SP), protocolada na Câmara Municipal de Campinas, obriga o uso do equipamento em todos os veículos, com imagens conectadas em tempo real à Secretaria Municipal de Segurança Pública

PÁGINA 3

Pacientes com câncer terão isenção de IPTU em Monte Mor

O benefício, previsto no Projeto de Lei Complementar de autoria da Prefeitura, e aprovado por unanimidade, vale para imóvel próprio e exige renda familiar de até três salários-mínimos e inexistência de outro imóvel em nome do contribuinte.

PÁGINA 7

MP obriga reformas em rodovia no interior de SP

Uma decisão judicial obrigou DER a realizar reformas pendentes na Rodovia Assis Chateaubriand (SP-425). As obras devem contemplar um trecho de 50 quilômetros, entre Barbosa e Braúna, passando por Penápolis.

PÁGINA 10

Tales Faria

Afastamento entre Tarcísio e Kassab: anotações de Flávio revelam motivo

Pré-candidato a presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) abandonou na sala em que se reuniu com integrantes da cúpula do partido, nesta terça-feira 24 em São Paulo, uma listagem impressa com anotações de próprio punho sobre sua estratégia para alianças que pretende montar nos estados.

Participaram dessas conversas o coordenador da campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), e o presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto.

O descuido acabou vazando e revelou um enigma do mundo político que poderá ter influência decisiva nas eleições de outubro: o motivo do afastamento entre o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o seu poderoso secretário de Governo e de Relações Institucionais, Gilberto Kassab, que também é presidente nacional do PSD.

A listagem tem como título “Situação nos estados” com uma anotação de Flávio logo no início: “Ligar Para Tarcísio”.

O texto revela possíveis candidatos à vaga de vice na chapa pela reeleição de Tarcísio. O nome do atual vice-governador, Felício Ramuth (PSD), que estava praticamente certo na chapa, aparece ligado por uma seta apontando a um “\$”.

Ramuth é do partido de Kassab e aparentemente perderá a vaga. Ele é alvo de uma investigação sobre lavagem de dinheiro, mas nega ter cometido qualquer irregularidade.

Abaixo, há uma pergunta: “André do Prado vice?”, em referência ao presidente da Assembleia Legislativa, que é do PL.

O deputado Guilherme Derrite (PP), muito identificado com o bolsonarismo, é um dos candidatos ao Senado na chapa, mas o segundo nome elencado pela cúpula do PL também deverá ser escolhido pelo clã do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O rascunho traz escritos à mão cinco possíveis candidatos: Renato Bolsonaro, irmão do ex-presidente, Mario

Frias, Eduardo Bolsonaro (que está inelegível, mas considera que ele é quem deve escolher o candidato ao Senado), Ricardo Mello Araújo e Marco Feliciano.

Ou seja, as escolhas não passam pelo PSD nem por Gilberto Kassab. E não é só isso.

As anotações indicam total descrença da cúpula do PL a respeito da montagem da chapa em Minas Gerais tendo como candidato o vice-governador Mateus Simões, trazido ao PSD por Kassab. Simões leva a seguinte observação de Flávio Bolsonaro: “me puxa para baixo se for candidato”.

O PL de Flávio Bolsonaro contava com o deputado federal do partido Nikolas Ferreira, mas ele não quer concorrer ao Executivo. Os bolsonaristas, então, segundo as anotações, preferem lançar Flávio Roscoe, presidente da Fiemg (Federação das Indústrias de Minas Gerais), a apoiar o nome do PSD de Kassab. Ao lado de Roscoe está escrito “conversa com Nikolas”.

O senador Carlos Viana (Podemos), o secretário estadual Marcelo Aro (PP) e os deputados federais Eros Biondini (PL) e Domingos Sávio (PL) estão listados como candidatos ao Senado. Apenas Viana e Sávio têm um traço feito à caneta de endosso ao lado do nome.

A listagem mostra uma concordância com um nome do PSD para chefe do Executivo: a governadora Raquel Lyra (PSD) é apontada como escolha dos bolsonaristas. Mas tem um motivo para essa concordância: as anotações do rascunho indicam que Raquel Lyra apoia o deputado Mendonça Filho para o Senado e que ele poderá trocar o União Brasil pelo PL.

Kassab já reclamou com Tarcísio de que a estratégia da família Bolsonaro pelo país prejudica os partidos aliados nesses estados, como também está ocorrendo em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. O governador levou a Bolsonaro a reclamação e ouviu como resposta que Kassab não é aliado, pois está lançando três pré-candidatos contra Flávio Bolsonaro. O governador, então, está tendo que escolher de que lado ficar.

Victor Corrêa*

Quando você não sabe o que sente

Ela tinha quase 60 anos quando descobriu que o que sentia tinha nome. Durante anos, chamou de cansaço. De nervosismo. De fase difícil. Só mais tarde alguém lhe disse: “O que você tem é depressão.” Foram quatro décadas até que alguém nomeasse aquilo que tantas vezes lhe tirou o ar.

Dona Maria tem hoje 65 anos. Desde os 15, queixava-se de crises súbitas de sufocamento. Perdeu a conta de quantas vezes acreditou que estava morrendo. Em cada episódio, esperava que a respiração desacelerasse e que o coração deixasse de bater tão forte. Na adolescência, lembra-se da própria mãe acariciando suas mãos, numa tentativa de fazer aquilo passar. Naquela época, nos anos 70, o que hoje chamamos de transtorno era tratado apenas como “sistema nervoso”.

Dona Maria sempre cuidou dos outros. Um dia, precisou ser cuidada. Pouco antes de completar 60 anos, a conta chegou sem aviso prévio. Enquanto molhava as plantas no quintal — rotina que sempre lhe deu prazer e equilíbrio — a sensação de sufocamento a levou para a cama. Dali não saiu por pelo menos uma semana. Algumas das plantas não resistiram àqueles dias de ausência.

O diagnóstico veio depois. As crises que atravessaram sua vida, repetidas e nunca tratadas, acabaram evoluindo para um quadro depressivo mais intenso.

Estudos em saúde mental mostram que quanto maior o tempo de um transtorno sem tratamento, maior o risco de agravamento, recorrência e prejuízo funcional. O que começa como um quadro leve pode se tornar incapacitante quando atravessa anos sem diagnóstico.

No Brasil, pouco falamos sobre o que sentimos. É como se não fosse permitido sofrer — ou sequer reconhecer o que se sente. A Organização Mundial da Saúde alerta que uma parcela significativa das pessoas com transtornos mentais não busca tratamento não apenas por falta de serviços, mas por estigma e dificuldade de reconhecer os próprios sintomas. A Comissão da revista

médica The Lancet sobre estigma e discriminação reforça que o preconceito atua como barreira concreta ao cuidado, empurrando diagnósticos por anos.

Evidências internacionais apontam que o chamado self-stigma — a internalização de crenças negativas sobre sofrimento mental — está associado à demora em buscar tratamento. Mesmo diante de sinais claros, muitos adiam a procura por medo de serem rotulados.

Em grande parte dos casos, o atraso em reconhecer um transtorno não tem a ver apenas com a oferta de serviços de saúde. Tem a ver com nossa dificuldade de nomear o próprio sofrimento — e com estigmas culturais que ainda insistem em tratar dor psíquica como fraqueza.

É natural dizer que se vai ao dentista. Mas ao psiquiatra? Ainda há silêncio. Ainda há vergonha. Campanhas pontuais têm seu papel. Mas não bastam. Saúde mental precisa ser tratada como política permanente — com informação clara, comunicação contínua e estímulo à busca por ajuda antes que o sofrimento se torne incapacitante.

Hoje, em acompanhamento psiquiátrico regular e com medicação adequada, aquilo que antes a paralisava já não ocupa o centro de sua vida. O quintal voltou a ganhar cor. Dona Maria nunca mais deixou de regar o jardim. Diz que o cuidado diário lhe devolve equilíbrio quando a tristeza ameaça reaparecer.

Pesquisas internacionais confirmam que o contato frequente com a natureza está associado à redução de sintomas de depressão e ansiedade. Nomear o que se sente é o primeiro passo para qualquer tipo de tratamento. Um diagnóstico não é uma sentença. É um mapa. Ninguém deveria caminhar no escuro sem saber o nome da própria dor.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Varga**

Expansão do Metrô: Um caminho para a mobilidade

No cenário atual do Estado de São Paulo, um tema de grande relevância, embora não polarizador, é a expansão da rede de metrô, um projeto que ultrapassa a mera construção de trilhos e estações, representando um avanço significativo na mobilidade urbana e na qualidade de vida da população. Nos últimos meses, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) concedeu a licença ambiental para a expansão da Linha 2-Verde do metrô, um passo decisivo que atesta a viabilidade ambiental de um projeto que vai atender grandes regiões da Região Metropolitana, conectando ainda mais áreas ao transporte coletivo de alta capacidade.

A expansão dessa linha, que ligará a capital paulista a Guarulhos, representa um marco na integração regional, podendo beneficiar cerca de 1,5 milhão de passageiros diariamente ao reduzir a dependência de ônibus e automóveis, desafogando vias e contribuindo para a diminuição de emissões de poluentes.

Além disso, iniciativas correlatas, como investimentos recorrentes em múltiplas linhas de metrô e trem no estado e contratos de parcerias público-privadas para obras estruturais, como a construção do primeiro túnel submerso viário entre Santos e Guarujá, ampliam a dimensão da transformação da infraestrutura de transporte paulista.

Um metrô mais amplo e eficiente significa mais do que velocidade no deslocamento: é oportunidade de acesso facilitado a empregos, educação e lazer, especialmente para comunidades que hoje enfrenta trajetos longos e onerosos para suas atividades diárias. A integração de linhas também fortalece a economia local, estimulando comércio e serviços próximos às novas estações e trazendo dinamismo a bairros antes isolados pelo trânsito pesado.

Do ponto de vista ambiental, a priorização do transporte sobre trilhos reduz o número de veículos particulares em circulação, o que, por sua vez, diminui os impactos de poluição do ar e sonora em áreas densamente povoadas. A ampliação do transporte coletivo de massa é uma estratégia sustentável e humana de enfrentar os desafios de uma metrópole que cresce continuamente em população e demanda por mobilidade.

Nesse contexto, é importante que a sociedade acompanhe com interesse e engajamento o progresso das obras e suas implicações para o cotidiano. A expansão do metrô no Estado de São Paulo é um exemplo de investimento que, planejado com responsabilidade ambiental e social, pode transformar a experiência urbana de milhões de pessoas, promovendo eficiência, inclusão e desenvolvimento sustentável.

Opinião do leitor

Solidariedade

Minha solidariedade à população de Minas Gerais, especialmente àquelas famílias que perderam vidas e suas casas, oremos.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Níomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Bene Lima em sessão no Legislativo campinense

Câmera em ônibus integrada à Secretaria de Segurança I

Acertadíssima a proposta do vereador Bene Lima (PL-SP) que obriga o uso de câmeras de segurança em todos os ônibus da cidade com imagens integradas em tempo real com a Secretaria Municipal de Segurança Pública. Ainda de acordo com o projeto de lei, protocolado na Câmara Municipal, os equipamentos devem cobrir as áreas internas dos veículos, como porta de entrada, corredor central e parte traseira, área do motorista e cobrador, quando houver, além dos assentos preferenciais destinados a idosos, gestantes e pessoas com deficiência. O objetivo é prevenir e inibir a prática de ilícitos nos ônibus, assim como facilitar a identificação de autores de infrações e crimes.

Câmara em ônibus II

Entretanto, embora a ideia seja ótima, o projeto é inconsistente, na medida que determina que as especificações técnicas, os prazos e as penalidades sejam definidos pela Prefeitura, que poderá implementar a política de forma gradual, tecnicamente adequada e compatível com a realidade operacional das empresas concessionárias. Na realidade? Papel, papel e mais papel...

Câmara Municipal de Campinas



Proposta é do vereador Nelson Hosrri (PSD-SP)

Multa por consumo de drogas na rua I

Nelson Hosrri (PSD-SP) protocolou um projeto de lei na Câmara instituindo multa para pessoas flagradas consumindo drogas ilícitas em espaços públicos de Campinas. A medida tem como foco a proteção da saúde pública, da ordem urbana e, sobretudo, das famílias que utilizam diariamente esses espaços. O projeto apregoa que a infração possui natureza exclusivamente administrativa. Não se trata de criação de tipo penal nem de interferência na competência da União para legislar sobre matéria criminal.

Multa por consumo de drogas na rua II

A proposta limita-se a disciplinar a conduta no âmbito do uso dos bens públicos municipais. A multa prevista será de 10 UFICs (R\$ 50,996), podendo ser dobrada em caso de reincidência. O infrator poderá requerer a conversão da multa em participação em programas municipais de prevenção ao uso de drogas ou prestação de serviços comunitários.

PINGA-FOGO

Deu uma dentro I

Após um começo de ano turbulento, com pedidos de investigação arquivados na Câmara e condenação judicial em 1ª instância por 'rachadinha', Permínio Monteiro (PSB-SP) balançou a rede e fez um gol. Protocolou um projeto de lei para instalação de torneiras para animais em áreas públicas.

Deu uma dentro II

Permínio já fez muito pela causa em Campinas. Instituiu os parcos, o Ambulatório Veterinário Móvel, entre outras medidas. Mas, agora, e infelizmente, protetores não estão animados com a propostas das torneiras. Não por conta da excelente ideia do vereador. Mas, porque, para sair do papel, depende da Prefeitura.

Deu uma dentro III

Embora as torneiras tenham um custo financeiro irrelevante, quando comparado ao benefício que irão trazer, a Prefeitura possivelmente irá vetar a proposta. Pelo menos foi o que ela fez com o item da Lei Caramelo, que permitia a instalação de casinhas e comedouros nas vias públicas. Alegou falta orçamentária.

Deu uma dentro IV

Mas, em nenhuma linha da Lei Caramelo havia a proposta de um centavo saindo do Palácio dos Jequitibás. Isso porque todos os itens seriam colocados nas vias públicas pela própria população. Agora, se uma lei a custo zero não passa pela Prefeitura, com alegações de falta orçamentária, quicá outra que dependa de verbas municipais.

Avanço I

A Câmara Municipal discutirá nesta quinta-feira (26), às 19h, o Projeto de Lei Complementar que adequar a legislação de Campinas à Lei Federal que trata da valorização e do enquadramento de profissionais que atuam na educação infantil como integrantes da carreira do magistério.

Avanço II

Pelo texto, servidores que já possuem formação em nível médio na modalidade Normal ou graduação em Pedagogia poderão ser imediatamente enquadrados no novo cargo, passando a ter direito ao piso salarial nacional, além das demais vantagens e benefícios previstos no Plano de Cargos e Carreira de Campinas.



Proposta é do vereador Permínio Monteiro (PSB-SP)

Torneira de água para pets em áreas públicas

Projeto de Lei foi protocolado na Câmara Municipal de Campinas

Da Redação

Referência

O vereador reforça que Campinas possui uma política avançada de proteção animal e que a disponibilização de água em logradouros públicos é um passo natural para consolidar o município como referência no setor. A proposta detalha ainda que a execução poderá ocorrer por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada ou entidades do terceiro setor, facilitando a viabilidade financeira e a manutenção dos bebedouros.

Tramitação

O texto segue agora para análise das comissões permanentes da Casa, como a de Constituição e Justiça e a de Proteção e Bem-Estar Animal, antes de ser submetido à votação em plenário.

Se aprovada e sancionada, a lei entrará em vigor estabelecendo um cronograma para a adaptação dos espaços públicos existentes e a inclusão obrigatória do item em novos projetos de urbanização.

A medida é vista por protetores independentes e associações como uma intervenção necessária para a saúde pública, uma vez que a água limpa previne a propagação de zoonoses e melhora a qualidade de vida urbana para todos os seres vivos.

O parlamentar ressalta que o investimento é baixo em comparação aos benefícios gerados para a fauna urbana e para a higiene da cidade de Campinas.

O vereador Permínio Monteiro (PSB-SP) protocolou na Câmara Municipal um projeto de lei que obriga a Prefeitura a instalar torneiras de água potável em áreas públicas para animais.

Determina que esses pontos de hidratação sejam implantados em locais de grande circulação, como praças, parques e demais espaços de convivência comunitária, visando garantir o bem-estar dos animais que transitam por essas regiões. Busca oferecer suporte tanto para pets acompanhados dos tutores quanto para animais em situação de rua, prevenindo quadros de desidratação e doenças decorrentes do consumo de água imprópria.

Especifica que as torneiras devem ser instaladas em altura acessível e contar com sinalização clara para identificação por parte dos cidadãos. Além disso, prevê que os equipamentos possuam dispositivos que evitem o desperdício de recursos hídricos, assegurando a sustentabilidade da ação. Em sua justificativa, o autor destaca que a hidratação é um direito básico e uma necessidade biológica fundamental.

Segundo Permínio Monteiro, “a instalação de torneiras de água potável é fundamental para a saúde dos animais. A água regula uma parte significativa das funções dos organismos dos seres vivos”.

‘Trem-Bala’: 2ª desapropriação

Segundo lote abrange glebas de 27 mil m² nos municípios de Valinhos, Louveira e Jundiaí

Por Raquel Valli

O governo do estado de São Paulo autorizou a Concessionária TIC Trens a realizar a desapropriação do segundo lote de áreas destinadas à construção do Trem Intercidades, popularmente conhecido como ‘Trem Bala’, que ligará Campinas à Capital paulista. A liberação abrange glebas que somam 27 mil metros quadrados, situados ao longo da linha férrea, nos municípios de Valinhos, Louveira e Jundiaí.

A concessionária é responsável pela execução do projeto e pelos custos das desapropriações, que podem ocorrer por via amigável ou judicial. O Secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, Rafael Benini, assinou a autorização permitindo à empresa recorrer à Justiça em caráter de urgência caso os processos se tornem litigiosos.

O cronograma estabelece o início das obras para este primeiro semestre de 2026 e a operação comercial para 2031.

O sistema ligará o Pátio Ferroviário de Campinas à Estação Água Branca, em São Paulo, com tempo de viagem estimado em 64 minutos. O trem atingirá velocidade de 140 km/h com capacidade para transportar 860 passageiros por viagem, e tarifa prevista a R\$ 64. O projeto de R\$ 14 bilhões contempla ainda a implantação do Trem Intermetropolitano, com paradas em Valinhos, Vinhedo e Louveira.

O serviço terá trajeto de 33 minutos, velocidade entre 44



Estação do Trem Intercidades em Campinas será construída no Pátio Ferroviário da cidade

km/h e 80 km/h, capacidade para 2.048 passageiros e ticket a R\$ 14,05. A concessão inclui ainda a operação da Linha 7-Rubi entre a Estação Barra Funda e Jundiaí.

Recursos

Em janeiro, o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, autorizou a concessio-

nária a captar R\$ 7,86 bilhões por meio do mercado financeiro. O montante autorizado corresponde a cerca de 50% do valor total estimado para a execução do projeto. A justificativa da União para a liberação é de que o trem é prioritário dentro do setor de infraestrutura e mobilidade urbana. Por isso, permitiu ao consórcio

captar o recurso por meio de debêntures incentivadas.

Debêntures

São um mecanismo de empréstimo, que funciona como alternativa aos financiamentos bancários tradicionais. Permite que empresas financiem projetos — como a construção do ‘trem-

-bala’ — por meio da emissão de títulos de dívida.

Na prática, a companhia fragmenta o montante total de que necessita em unidades menores, disponibilizando-as para aquisição por pessoas físicas ou investidores institucionais, como fundos de pensão. Ao adquirir uma debênture, o investidor vira credor da empresa emissora.

Em troca do recurso, a companhia compromete-se a pagar juros periódicos, e o aporte principal é devolvido (ao proprietário do título) ao final de um prazo determinado por contrato.

A debênture, entretanto, é diferente de uma ação, porque, no caso das ações, ao invés de se tornar credor, o financiador se torna proprietário de uma fração da companhia.

Debêntures Incentivadas

Já as debêntures incentivadas são um investimento mais atraente do que as debêntures ‘comuns’ porque o lucro, ou seja, os juros que se recebe, são isentos de Imposto de Renda (um ‘presente’ do Governo Federal para incentivar o projeto - no caso, a ferrovia).

Para o credor, a vantagem é ter lucro sem pagar imposto; para a empresa, conseguir recursos mais baratos; e, para o governo, que o projeto possa sair do papel.

A companhia

A concessionária responsável pelo projeto, a TIC Trens, é formada pelas empresas Comporte e CRRC.

Pagamento do “Descongela” começa em março

Fernanda Sunega/ Prefeitura de Campinas

A Prefeitura de Campinas anunciou que vai iniciar a aplicação das regras previstas na Lei Complementar nº 226, conhecida como “Lei do Descongela”. A medida restabelece a contagem do tempo de serviço que havia sido suspensa durante a pandemia de Covid-19. Os critérios foram apresentados pelo vice-prefeito, Wanderley de Almeida, ao Sindicato dos Servidores Municipais.

Quantidade de servidores

A aplicação da lei resultará no reajuste nos vencimentos dos servidores e também na Licença Prêmio e 6ª Parte. Segundo levantamento feito pela Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, 6.942 servidores terão impacto no Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e 302 na 6ª parte. O impacto financeiro será de R\$ 17 milhões por ano.

“Os novos valores decorrentes dessa atualização passam a ser considerados a partir da vigência da lei federal, sancionada em janeiro deste ano, com reflexos na folha de pagamento a partir de março”, explicou o vice-prefeito.

“Em abril, os servidores receberão o adicional atualizado mais os valores de janeiro e fevereiro deste ano”, completou.

Os servidores da Saúde e da Secretaria de Segurança Pública continuaram, conforme previsão da Lei Federal, tendo direito à contagem de tempo de forma ininterrupta, por isso não serão impactados pela medida.

Análises

O entendimento da Administração Municipal é o mesmo que vem sendo aplicado por outras prefeituras e entes públicos em relação à lei. A implementação da medida foi precedida de análises

técnicas das áreas responsáveis pela gestão de pessoas, jurídica e pelas finanças do município, a fim de assegurar o cumprimento da legislação e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Aposentados e pensionistas

O Camprev (Instituto de Previdência Social do Município de Campinas) está realizando o levantamento dos servidores que poderão ser beneficiados e o impacto financeiro da medida.

Descongela

A legislação federal determina a retomada da contagem do período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, que havia sido interrompida pela Lei Complementar nº 173, editada no contexto das medidas fiscais adotadas durante a crise sanitária.



Explicação foi feita pelo vice-prefeito, Wanderley de Almeida

Licitação do transporte público tem cinco grupos interessados

Propostas foram entregues na Bolsa de Valores para concessão em Campinas

Por Moara Semeghini

A licitação que vai definir as empresas responsáveis pelo transporte público coletivo de Campinas pelos próximos 15 anos recebeu, na manhã desta quarta-feira (25), seis propostas apresentadas por cinco grupos interessados. A entrega dos envelopes ocorreu na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

O contrato é estimado em R\$ 11 bilhões e é considerado um dos mais relevantes da mobilidade urbana do município. O processo também se destaca pelo longo histórico de suspensões, reformulações e tentativas frustradas desde 2016.

Nesta fase, foram entregues os envelopes de credenciamento e garantias financeiras (Envelope 1), analisados em sessão pública realizada às 12h30. A próxima etapa está marcada para 5 de março, quando serão abertos os envelopes com as propostas comerciais (Envelope 2), também na B3. A concorrência prevê ainda uma terceira fase (Envelope 3), destinada à verificação da documentação de habilitação da empresa ou consórcio vencedor.

Correções

A entrega das propostas havia sido inicialmente marcada para



Divulgação/Emdec

Sessão de recebimento de propostas da licitação do transporte na B3 (Bolsa de Valores), em SP

10 de fevereiro, mas foi adiada em 15 dias após o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apontar inconsistências técnicas no edital. Segundo a Prefeitura, o principal problema estava no cálculo do Fator de Utilização, índice que define quantos profissionais são necessários por veículo para garantir a operação do sistema, considerando férias, folgas e afastamentos. Também foram indicadas falhas na estimativa de benefícios trabalhistas.

Em nota, a Secretaria Municipa

pal de Transportes (Setransp) e a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas informaram que optaram por corrigir as planilhas antes da sessão pública para evitar novos atrasos.

O edital prevê concessão por 15 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco. O sistema será dividido em dois lotes: Norte (regiões Norte, Oeste e Noroeste) e Sul (regiões Leste, Sul e Sudoeste).

Os investimentos estimados incluem cerca de R\$ 1,7 bilhão

para renovação da frota ao longo do contrato, além de recursos para tecnologia embarcada, terminais e estações, totalizando aproximadamente R\$ 1,9 bilhão.

A administração municipal afirma que o modelo separa a tarifa pública paga pelo usuário da tarifa de remuneração das operadoras, permitindo políticas de subsídio e gratuidades, desde que respeitadas as regras fiscais.

A nova licitação é aguardada desde que o TCE considerou irregular a concorrência realizada

em 2005. Desde então, o processo acumulou suspensões judiciais, determinações de reformulação do edital e uma licitação declarada deserta em setembro de 2023, quando não houve interessados.

Com os contratos atuais próximos do vencimento, a etapa desta quarta-feira é considerada decisiva para a definição do futuro modelo do transporte coletivo da cidade.

Para o mestre em Planejamento Urbano Ayrton Camargo e Silva, ex-diretor da Emdec, dois pontos devem ser observados: a legalidade do processo e a qualidade do desenho da rede.

Ele defende rigor no cumprimento das determinações dos órgãos de controle e destaca que a nova concessão precisa garantir prioridade viária ao transporte coletivo, com faixas exclusivas e melhor fluidez operacional. “O transporte coletivo precisa ser competitivo, eficiente e inclusivo. Não basta cumprir a norma; é necessário estruturar uma rede que atenda toda a população e reduza impactos ambientais”, afirma.

A abertura das propostas comerciais em março deverá indicar se o processo finalmente avança para encerrar uma das mais longas disputas administrativas da mobilidade urbana em Campinas.

Campinas confirma 2ª morte por gripe

A Secretaria de Saúde de Campinas registrou o segundo óbito por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) provocada pelo vírus Influenza, causador da gripe, com data de início de sintomas em 2026. A vítima era uma mulher de 92 anos, com histórico de doença preexistente (comorbidades) e que não estava vacinada contra a doença. Ela faleceu no dia 29 de janeiro. Neste ano, a cidade teve cinco casos de SRAG provocada pelo Influenza, com dois óbitos.

Em 2025, o município contabilizou 553 casos e 67 mortes de SRAG por influenza, com data de primeiros sintomas em 2025. Dos óbitos, 53 foram de pessoas que não receberam a vacina contra a gripe. Já entre os 14 residentes que receberam a vacina, 12 estavam adequadamente imunizados, pois a vacina leva 15 dias para garantir a proteção ideal. Duas pessoas apresentaram os sintomas da doença antes deste período. Além disso, 66 pessoas

tinham doenças preexistentes e, portanto, eram do grupo de risco.

A estratégia de imunização contra a gripe é voltada para grupos prioritários como medida de prevenção e, sobretudo, para reduzir o risco de evolução para formas grave e óbito pela doença.

As campanhas acontecem todos os anos em período sazonal definido pelo Ministério da Saúde, que antecede o período de maior circulação do vírus. Isso acontece porque a influenza sofre mutações frequentes, o que exige atualização anual para garantir proteção contra as cepas mais ativas em cada temporada.

Resultados

Na campanha do ano passado, a Saúde aplicou 398,7 mil doses da vacina da gripe. Dessas, 210,3 mil doses foram destinadas a crianças de 6 meses a 5 anos, idosos e gestantes. A secretaria promoveu uma série de ações para facilitar o acesso ao imunizante fora das unidades básicas,

incluindo shoppings, terminais de ônibus, supermercados, o Aeroporto de Viracopos e o 17º Fórum de Profissões de Campinas. Foi organizado ainda um “Dia D” na primeira quinzena de abril e a dose foi ofertada durante a Campanha de Multivacinação realizada ao longo do mês de outubro.

Queda no País

O boletim InfoGripe, divulgado em 29 de janeiro pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apresenta um cenário nacional epidemiológico de queda dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), na maior parte do país. A principal exceção é o vírus da influenza A, que tem impulsionado o aumento de casos de SRAG em alguns estados da região Norte do país.

Os estados do Acre, Amazonas e Roraima apresentam incidência de SRAG em nível de risco ou alto risco nas últimas semanas de janeiro.

Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas



A vítima era mulher e não estava vacinada contra a doença

Especialista analisa o que está por trás do episódio no IFCH

Professor vê estratégia política e provocação em ano eleitoral em ofensiva contra a Unicamp

Por Moara Semeghini

O episódio de agressão e vandalismo registrado esta semana, no primeiro dia de aula de calouros e veteranos no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) ultrapassa os limites de um confronto isolado dentro do campus. Para o cientista político Milton Lahuerta, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Araraquara, o que ocorreu faz parte de um movimento político mais amplo, articulado e recorrente, que ganha força em ano eleitoral.

“Sobre o episódio em detalhes, eu vi algumas imagens, não somente as que foram apresentadas pelo pessoal da própria Unicamp, mas as que foram apresentadas pelos jovens que foram lá fazer essa barbaridade, a provocação. O que eu diria? A primeira questão: não é novidade isso que ocorreu”, afirma.

Segundo ele, há uma estratégia consolidada de deslegitimação das universidades públicas. “Existem vários movimentos, o MBL é um deles, há um tempo atrás a Escola Sem Partido era outro, que vêm insistindo nesta tecla de que a universidade pública é um espaço de perdição, de destruição, de pichação, em que não há respeito por quem não pensa à esquerda. Esse é um discurso que vem sendo plantado já há algum tempo e vem encontrando bastante repercussão, o que deve ser elemento de preocupação para nós.”

Para Lahuerta, trata-se de uma narrativa que associa o ambiente universitário a uma suposta degradação moral e ideológica. “É um discurso recorrente que remete à questão dos valores, à suposta perdição que haveria na universidade, à defesa da família, pauta tradicional do conservadorismo. Hoje essa pauta vem sendo explorada pela ultradireita. É disso que se trata”, disse.

Ele menciona episódios recentes que, em sua avaliação, reforçam essa construção. “Há um movimento articulado com esta



Grafites parcialmente cobertos por tinta branca no prédio do IFCH após invasão

finalidade de desmoralizar a universidade. Basta lembrar aquele episódio do Túlio Maravilha, fazendo um discurso contra a universidade pública, dizendo que as federais são uma porcaria, sendo que a filha havia feito vestibular para uma universidade estadual e outra federal. É um discurso recorrente.”

Para o professor, a ação no IFCH teve caráter deliberadamente provocativo. “São provocações. Por mais que a gente possa considerar que em algumas paredes haja pichações exageradas, não é assim que se resolve, simplesmente violando grafites feitos pelos jovens da universidade, até porque eles não são da universidade. Foram lá para criar tumulto, criar provocação.”

Ele vai além e insere o episódio em uma crise mais profunda do papel social da universidade. “A universidade vem sofrendo uma crise de identidade no mundo inteiro. Aquilo que durante um século foi fundamental — formar não apenas profissionais qualificados, mas cidadãos e cidadãos responsáveis, está sendo posto em xeque pela hiper aceleração e pela hiper comunicação online.”

Segundo Lahuerta, o ambiente digital alterou a relação com o conhecimento e com a autoridade intelectual. “Hoje, qualquer imbecil, como dizia Humberto Eco, o idiota da aldeia, acha que pode emitir opinião se comparando com um Prêmio Nobel. Esse é um problema real que atinge os jovens. Muitos não veem mais a universidade como algo necessário.”

Ele aponta ainda a influência de uma lógica utilitarista e neoliberal. “Essa recusa da uni-

versidade vem da imposição da lógica custo-benefício em todas as dimensões da vida. A universidade perdeu legitimidade social. As pessoas não a veem mais como um lugar interessante para formar seus filhos.”

Na avaliação do professor, quando essa crise estrutural se combina com o avanço da extrema direita em escala global, e com a proximidade do calendário eleitoral, episódios como o ocorrido na Unicamp tornam-se mais frequentes.

“Quando juntamos essa questão estrutural com o avanço da ultradireita no mundo, o discurso que aponta a inutilidade da universidade é complementado por barbarismos que dizem que na universidade todo mundo é drogado, homossexual, que as mulheres são prostitutas. Essa é a lógica generalizada.”

Para ele, há também uma dificuldade interna de enfrentamento. “Continuamos agindo como se fosse possível ensinar do mes-

mo modo que ensinávamos. Mas os jovens estão permeados pela hiper comunicação, não têm paciência para textos longos, aulas longas. Não estão sendo preparados para debater, para ouvir o outro. Pelo contrário, estão sendo estimulados à intransigência.”

E conclui: “Tudo isso está na pauta agora e acaba aparecendo de maneira caricatural nesse tipo de episódio que aconteceu na Unicamp.”

Reações no campus

No dia seguinte ao episódio, o clima foi de solidariedade e articulação institucional, segundo o diretor do IFCH, Sávio Cavalcante. “Recebemos muitas manifestações de diretores e unidades da Unicamp. Todos entenderam que não foi um ataque ao IFCH, foi um ataque à Unicamp como um todo. Está sendo articulada uma nota conjunta dos diretores manifestando solidariedade.”

O diretor afirmou que a prioridade foi o acolhimento dos

estudantes agredidos. “Fomos acompanhar o registro do boletim de ocorrência, saber como estavam. Eles estavam assustados, mas se recuperando.” Houve reforço de vigilância no campus nos dias seguintes.

Cavalcante também relatou manifestações de apoio de vereadores de Campinas e contato direto com calouros. “Alguns não sabiam exatamente o que tinha acontecido. Pudemos tranquilizá-los e apresentar nosso protocolo para evitar confrontos.”

Segundo ele, há preocupação com a possibilidade de novos episódios em razão do período eleitoral, mas também a percepção de unidade da comunidade acadêmica. “A comunidade está bastante unida para defender a universidade da forma mais adequada possível.”

Nota oficial do IFCH

Em nota divulgada nesta terça-feira (25), a direção do IFCH classificou o episódio como “invasão” e “escalada inaceitável”. O instituto afirmou que o grupo não possuía vínculo com a universidade e que os atos tiveram caráter premeditado, citando vídeos publicados pelos próprios envolvidos nas redes sociais.

O texto destaca que a comunidade tentou aplicar o protocolo de autodefesa construído coletivamente desde 2025, mas que o conflito evoluiu para agressões físicas antes da chegada da vigilância. A direção informou que registrou boletim de ocorrência e que está oferecendo suporte aos estudantes.

A nota reafirma o compromisso com a democracia, a pluralidade e a autonomia universitária, e afirma que a instituição não se submeterá a tentativas de coerção ou intimidação.

Para Milton Lahuerta, o desafio vai além da resposta institucional imediata. “O que está em jogo não é apenas um episódio de vandalismo. É a disputa sobre o sentido da universidade e sobre o tipo de sociedade que queremos construir.”

E, em um cenário de polarização e campanha eleitoral, ele alerta: “Se não soubermos enfrentar essa lógica de deslegitimação com argumentos e diálogo, ela tende a se repetir, e a se intensificar.”

Sobre Milton Lahuerta

Professor da Unesp desde 1984, Lahuerta é mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1981-1991) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1994-1999).



Artista de perna de pau na recepção da calourada 2026

GRANDE CAMPINAS

Prefeitura de Nova Odessa



Ação combate descarte irregular na cidade

Operação “Nova Odessa Mais Limpa” reforça coleta de lixo

Nova Odessa, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Parques e Jardins, em parceria com a Coden, iniciou nesta terça-feira (24) a operação “Nova Odessa Mais Limpa”. A ação prevê a retirada de 15 contêineres de lixo orgânico instalados em pontos onde o descarte irregular tem sido frequente, afetando diversos bairros da cidade. Nos locais, serão instaladas placas informando sobre a proibição de despejo de resíduos e a aplicação de multas. Equipes também realizam orientação, reforçando que o lixo deve ser acondicionado em sacos bem fechados e colocado em frente às residências. Outros materiais como entulho, galhos, móveis e eletrodomésticos devem ser destinados aos Locais de Entrega Voluntária (LEVs).

Coden comemora 49 anos

No aniversário de 49 anos, a Coden Ambiental consolida avanços em Nova Odessa. A empresa garante água tratada a 100% da população e trata todo o esgoto coletado. Opera com cerca de 16 milhões de litros de água por dia e alcança 98% de coleta de esgoto. Também é responsável pela coleta de 1,3 mil toneladas de lixo por mês. Para o futuro, prepara a construção da Represa Recanto 4, reforçando a segurança hídrica do município.

Prefeitura de Americana/ Marília Pierre



Município lança e-book de práticas educativas

Americana faz parceria com a Unicamp

A Prefeitura de Americana lançou o e-book “O Projeto Educativo da cidade de Americana”, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A obra reúne resultados da formação “Espaços da Infância”, realizada entre 2024 e 2025 que capacitou mais de 500 profissionais da rede municipal, que atendem mais de 6,6 mil crianças de 0 a 5 anos em 38 unidades da rede municipal. O material apresenta práticas da Educação Infantil e reforça o compromisso com uma educação inclusiva e de qualidade.

S. Antônio de Posse Investe em saúde

Santo Antonio de Posse recebeu novos equipamentos para o Pronto Socorro Avançado, como cadeiras de rodas, cadeiras de banho e monitores. O investimento soma R\$ 165,5 mil. Os itens passam a integrar a unidade e serão utilizados conforme o avanço das obras. A entrega marca mais um passo para a conclusão do projeto, considerado uma antiga demanda da população.

Rede ampliada

Na terça-feira (24), a Sanebavi iniciou o projeto para ampliar a rede de esgoto em áreas ainda não atendidas de Vinhedo. A empresa SanePro foi contratada para elaborar o projeto executivo. Bairros como Vale Verde e São Joaquim serão contemplados, avançando na universalização do saneamento.

Próteses dentárias

Na terça-feira (24), a Prefeitura de Santo Antônio de Posse entregou 14 próteses dentárias pelo programa Brasil Sorridente, do Sistema Único de Saúde. A ação garante reabilitação mastigatória e mais qualidade de vida. Mensalmente, 30 pacientes iniciam avaliação para confecção gratuita na rede municipal.

Contas aprovadas

A Guarda Municipal de Americana teve as contas de 2024 aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. É o terceiro ano consecutivo de parecer favorável. A decisão reforça a regularidade da gestão e o equilíbrio financeiro na aplicação dos recursos públicos, segundo a administração municipal.

Cidade legal

Na semana passada, Morungaba recebeu representantes do Programa Cidade Legal para vistoria de núcleos urbanos informais com potencial de regularização. A visita incluiu diversas áreas do município. A iniciativa, ligada ao Governo do Estado, busca garantir segurança jurídica às famílias e avançar no ordenamento urbano local.

Vozes silenciadas

A Secretaria de Cultura de Jaguariúna promove no dia 3 de março, às 19h, no Teatro Dona Zenaide, a peça “Não Conta Pra Ninguém”, com entrada gratuita. O espetáculo aborda silenciamento e superação feminina, retratando violência sexual e o resgate da voz como símbolo de enfrentamento e coragem.

Sessão ao ar livre

Indaiatuba promove o projeto Cinema de Rua com sessões gratuitas ao ar livre, sempre às 19h30. A programação inclui Como Treinar o Seu Dragão 3 (27/02), A Fera do Mar (06/03) e Zootopia (13/03), em diferentes espaços públicos da cidade. A iniciativa leva cultura e lazer às famílias. Classificação livre.



Projeto beneficia pacientes em tratamento oncológico

Pacientes com câncer terão isenção em Monte Mor

Medida será aplicada ao Imposto Predial e Territorial Urbano

Da Redação

Pessoas que estejam em tratamento contra o câncer poderão ficar isentas do pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) em Monte Mor. A medida está prevista no Projeto de Lei Complementar, de autoria da Prefeitura, aprovado por unanimidade na sessão ordinária realizada na quinta-feira (19).

A regra vale para imóveis “de propriedade e residência do contribuinte, de seu cônjuge e/ou dependentes” acometidos pela doença. Para ter direito ao benefício, o solicitante deverá possuir renda familiar de até três salários-mínimos e não poderá ter outro imóvel em seu nome.

“A isenção será válida enquanto perdurar a condição patológica, devendo o beneficiário apresentar anualmente a documentação técnica atualizada nesse sentido”, estabelece o PLC.

Nova isenção

A proposta altera o Código Tributário Municipal, incluindo pacientes em tratamento contra o câncer no rol de isenções do IPTU. A lista já contempla templos, mesmo que alugados, imóveis de sindicatos e de instituições filantrópicas, entre outros.

Os vereadores Professor Adriel (PDT), Wal da Farmácia (PSB) e Josuel da Conceição (PSD) haviam encaminhado indicações ao Executivo sugerindo

a criação do benefício.

O projeto garante a isenção de IPTU para pacientes em tratamento contra o câncer. Uma iniciativa também do nosso mandato que leva mais dignidade, respeito e alívio financeiro às famílias que enfrentam um momento tão delicado.

Isso significa mais dignidade e alívio financeiro para famílias que já enfrentam um momento delicado, permitindo que concentrem suas forças no que realmente importa: a saúde e a recuperação. “

Além de Adriel, Edson Silva (PL) e o presidente Beto Carvalho (PP) também comentaram o tema durante a sessão plenária, destacando a relevância da medida.

Próximo passo

Segundo o prefeito Murilo Rinaldo, a proposta garante “ao menos um alívio financeiro aos portadores de tão agressiva patologia, considerando os elevados custos para o seu tratamento”.

“A isenção do IPTU para os contribuintes nessas condições garantirá dignidade e apoio em um momento tão delicado de suas vidas”, afirma Murilo Rinaldo.

Por fim, o vereador Professor Adriel, concluiu “agora, o projeto segue para sanção do prefeito Murilo Rinaldo (@murilorialdooficial), para que a medida entre em vigor e esse direito seja assegurado à população”

Embrapa descobre fungo que ameaça plantação de ciclame

Estudo ajuda a combater doença que afetou Holambra em 2023

Pesquisadores da Embrapa sequenciaram, pela primeira vez no Brasil, o genoma do fungo que causa a murcha de uma das plantas ornamentais mais produzidas no país, o ciclame. O avanço fortalece as estratégias de controle do problema, que em 2023 comprometeu mais de 70% da produção de ciclame em estufas de Holambra, principal polo nacional de flores e plantas ornamentais.

Na prática, isso significa que os cientistas conseguiram “ler” o código genético do microrganismo e entender melhor como ele age e provoca a doença

A planta e o grande surto

O ciclame é chama atenção pelas suas flores coloridas e pelo longo período de floração e sua doença é causada pelo fungo *Fusarium oxysporum* f. sp. *cyclaminis* (Focy). O surto de 2023 levou à identificação do fungo como agente da murcha e ao sequenciamento completo do gene do fungo, hoje armazenada na coleção de microrganismos da Embrapa Meio Ambiente.

Segundo o pesquisador Bernardo Halfeld-Vieira, da Embrapa Meio Ambiente, é a primeira vez que um exemplar desse fungo é totalmente analisado geneticamente no Brasil. “A sequência genética fornece informações fundamentais sobre sua biologia, patogenicidade e história evolutiva. Na prática, esse progresso abre caminho para que se desen-



O ciclame é uma das plantas mais produzidas no país e chama atenção pelas suas flores

volvam estratégias mais precisas para identificar, monitorar e controlar a doença nas áreas de produção”, explica.

Impacto econômico

No Brasil, a produção de flores em vasos representa cerca de 40% do faturamento do setor, que movimentava aproximadamente R\$ 19,5 bilhões por ano. Holambra e municípios vizinhos concentram produtores tecnificados e respondem por parte expressiva desse mercado.

O surto de 2023 causou prejuízos significativos. Mais de 4 mil plantas apresentaram sintomas como amarelamento e mur-

cha das folhas, escurecimento interno e morte dos bulbos, elevando custos e exigindo reforço nos tratamentos.

Para o pesquisador André May, também da Embrapa Meio Ambiente, o sequenciamento é um marco no enfrentamento do fungo. “Além de identificar o patógeno com precisão, a análise genômica amplia a compreensão sobre genes associados à virulência, à especificidade do hospedeiro e à adaptação ambiental. Com isso, podemos direcionar melhor as estratégias de manejo e acelerar o desenvolvimento de soluções mais eficazes para o setor”, afirma.

Bernardo Halfeld-Vieira des-

taca que os dados ajudam no desenvolvimento de variedades mais resistentes, na escolha de fungicidas mais adequados e no aprimoramento do monitoramento e diagnóstico precoce.

A pesquisadora Kátia Nechet reforça que, embora a doença seja conhecida desde a década de 1970, faltavam dados moleculares. “A descrição genômica da cepa CMAA 1919 não só confirma a presença de Focy, mas também fornece um ponto de partida para pesquisas colaborativas que visem compreender a epidemiologia da doença e os fatores que influenciam sua disseminação”, pontua.

Câmara de Paulínia foca em projetos de educação

A Câmara de Paulínia aprovou, na sessão desta terça-feira (24), projeto que garante prioridade de matrícula nas escolas municipais de educação infantil para crianças cujas mães ou responsáveis legais sejam consideradas atípicas. A proposta é de autoria do vereador Douglas Guarita (DC) e reconhece a sobrecarga enfrentada por mulheres que assumem o cuidado contínuo de filhos com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou doenças raras.

Na prática, o texto cria um critério específico de prioridade na distribuição de vagas, buscando oferecer mais organização à rotina dessas famílias e maior segurança para que mães e responsáveis possam conciliar os cuidados intensivos com o trabalho e outras atividades. Segundo o autor, a medida representa um avanço na política de inclusão e apoio social no município.

Regime integral

Na quinta-feira (19/02), o foco do Legislativo esteve voltado à educação. Foi aprovado projeto de lei enviado pela Prefeitura que institui o Regime de Dedicção Plena e Integral (RDPI) e a Gratificação de Dedicção Plena e Integral (GDPI) para integrantes do magistério que atuam em escolas de ensino fundamental em tempo integral.

A proposta estabelece diretrizes para organização e funcionamento das unidades e valoriza financeiramente os profissionais que aderirem à jornada ampliada. A medida é considerada estratégica por ampliar a permanência dos alunos na escola com atividades no contraturno e fortalecer a política de educação integral no município.

Os vereadores também aprovaram projeto que trata das contratações administrativas temporárias, fixando regras específicas para admissões por tempo determinado na administração pública municipal.

A 4ª Sessão Ordinária foi realizada excepcionalmente na quinta-feira devido aos pontos facultativos de Carnaval. A maioria dos parlamentares elogiou o Carnaval da Família promovido pela Prefeitura, destacando a participação popular e o ambiente seguro.

Monte Mor amplia a geração de vagas formais e se destaca na região

Monte Mor se destacou na geração de empregos com carteira assinada em 2025 ao figurar entre as cidades com melhor desempenho na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Dados da Fundação Seade, com base no Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que o município criou 1.340 vagas formais no ano, alcançando a 37ª posição no ranking estadual. No período, o estado de São Paulo registrou 311.228 novos postos de trabalho.

Desempenho

O desempenho colocou Monte Mor à frente de cidades como Sumaré, Cosmópolis e Indaiatuba, que encerrou o período na 53ª posição, com 986 vagas.

Segundo a Prefeitura, o resul-



Município criou 1.340 vagas e ficou na 37ª posição no estado

tado está ligado às ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Posto de Atendimento ao Empreendedor e Trabalhador (PAET), que atua no fortalecimento do relacionamento com

empresas, no fomento de oportunidades e na oferta de cursos de qualificação alinhados às demandas do mercado regional. “Esse resultado mostra que políticas públicas bem estruturadas têm impacto direto na vida das pes-

soas, gerando renda, dignidade e fortalecimento da economia local”, afirmou a secretária de Desenvolvimento Econômico e Social, Milena Rinaldo.

Recorde atendimentos

Em janeiro de 2026, o PAET registrou resultados históricos, com recorde de atendimentos. O destaque foi o Mutirão de Entrevistas de Emprego, realizado no dia 23, que concentrou mais de 200 atendimentos em uma manhã na unidade Centro.

O prefeito Murilo Rinaldo ressaltou que “Monte Mor tem se consolidado como um município preparado para receber grandes empresas, formar profissionais e atender diferentes setores da economia”. A expectativa é de avanço nos indicadores em 2026.

Eduardo Girardi/Embrapa

CORREIO DAS REGIÕES



Freepik

Serão exigidos laudos atestando a qualidade de serviço

Lei obriga Piracicaba a ampliar fiscalização de pavimentação

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou recurso do MPSP e declarou a constitucionalidade da lei que obriga a administração de Piracicaba a exigir, das empresas contratadas para pavimentações, recapeamentos e operações tapa-buracos, laudos técnicos atestando a durabilidade e qualidade do material usado nos serviços. De autoria do Poder Legislativo municipal e publicada em setembro de 2024, a Lei nº 10.140/2024 foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo prefeito de Piracicaba. Ele alegou que a Câmara de Vereadores invadiu competência privativa do chefe do Executivo por tratar da organização e do funcionamento da Administração Pública.

Os 170 anos de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto celebrou o lançamento do selo dos seus 170 anos no Theatro Pedro II, revelando parte da programação de aniversário. O calendário festivo inclui exposições da Esquadilha da Fumaça, shows de Mariana Aydar e Fat Family, além de diversos festivais gastronômicos. O anúncio, feito pela Prefeitura na noite de terça-feira (24), marca o início das comemorações oficiais que prometem movimentar a agenda cultural da cidade.

Divulgação/Dalton Chun



Apresentações envolvem quatro cidades do interior

Analândia recebe teatro acessível

No município de Analândia, a Manifesta Companhia apresenta o espetáculo infantojuvenil acessível Mig Meg Mug dia 27 de fevereiro, esta sexta-feira, às 10 e às 16 horas, na Emeif Professora Zezé Salles. Esta é a segunda apresentação da nova circulação da peça teatral, que envolve quatro cidades do interior de São Paulo. Segundo a divulgação, a entrada é gratuita e as cenas possuem Libras e audiodescrição integradas. No palco, as personagens transmitem a relação delicada entre amizade e diferença.

Clima instável no interior paulista

A Defesa Civil do Estado de São Paulo alerta que a combinação entre uma frente fria e um sistema na costa paulista deve provocar chuvas persistentes nos próximos dias, com raios e rajadas de vento. O mapa aponta estado de alerta para Sorocaba, Itapeva, Registro e São José dos Campos, onde a combinação climática favorece precipitações contínuas e pancadas intensas.

IA de Jacareí

Informações na palma da mão: Jacareí conta agora com a assistente virtual “Jaque”, um canal inteligente de atendimento ao cidadão que facilita o acesso a informações e serviços municipais. A ferramenta emite informações diversas sobre serviços, diretamente pelo WhatsApp oficial da Prefeitura.

Muita chuva

Em apenas 55 dias, Jundiaí já acumulou aproximadamente 970 milímetros de chuva — volume que representa 46,3% de tudo o que foi registrado ao longo de 2025, quando o total chegou a 2.087 milímetros. Somente, no mês passado, em janeiro foram contabilizados 491 milímetros.

Saúde em Piracicaba

A Prefeitura de Piracicaba investiu R\$ 785,9 milhões em saúde durante 2025, alta de 12,72% frente a 2024. O balanço foi apresentado na terça-feira (24) em audiência pública do 3º quadrimestre no Fundo Municipal de Saúde, detalhando a aplicação dos recursos e serviços públicos no setor.

Bolsa em TI

Jacareí abriu 58 vagas de estágio para o Programa de Apoio à Tecnologia da Informação. Estudantes de cursos como Ciência da Computação e Sistemas de Informação (16+ anos) podem se inscrever pelo CIEE até 02/03. A bolsa chega a R\$ 1.638,29 por 30h semanais em escolas estaduais. Início previsto para 30/03 após prova on-line.

1º caso de mpox

A Secretaria de Saúde de SP registrou o primeiro caso de mpox, antiga ‘varíola dos macacos’, em Araraquara em 2026 nesta terça (24). O estado soma 51 confirmações da doença até o momento, mas sem mortes relatadas. A enfermidade segue sob monitoramento das autoridades sanitárias paulistas.

‘Sabores na Rua’

Piracicaba realiza na sexta-feira (27) das 10h às 15h, a primeira edição de 2026 do Sabores na Rua. O evento acontece na rampa do Centro Cívico (rua Antônio Corrêa Barbosa, 2233), com entrada gratuita e aberta ao público. O público contará com 11 food trucks, com opções variadas de comidas e bebidas.



As chuvas torrenciais de janeiro impactaram o cinturão citrícola

Esalq, em Piracicaba, analisa cenário da citricultura

Demanda europeia impulsiona embarques da atual safra

Da Redação

Estudos da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da USP em Piracicaba, a Esalq, detalhou que as exportações brasileiras de suco de laranja começaram o ano de 2026 com sinais de recuperação. Embora o volume total embarcado na safra iniciada em julho de 2025 tenha ficado abaixo do ciclo anterior, o mês de janeiro trouxe um alento ao setor. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq), esse movimento decorre da retomada da demanda da União Europeia (UE), destino histórico da produção nacional.

“No primeiro mês do ano, os envios de suco de laranja concentrado, especificamente ao bloco europeu somaram 50,3 mil toneladas, volume 55% acima do registrado em janeiro de 2025 e também o maior da atual temporada”, aponta o Cepea.

De acordo com informações, a reabilitação dos fluxos para a Europa era uma meta prioritária para os exportadores. “No acumulado da safra 2025/26, os embarques brasileiros de suco de laranja concentrado a todos os destinos (66° brix) somam 495 mil ton., 4,6% abaixo do registrado no mesmo período da temporada anterior”, aponta o órgão.

Interior paulista

Ao mesmo tempo que o mercado externo reage, o cenário no

interior de SP enfrenta os desafios climáticos. As chuvas torrenciais de janeiro impactaram severamente o cinturão citrícola.

Em Limeira e Piracicaba, temporais que despejaram mais de 55 mm em poucas horas prejudicaram a qualidade dos frutos. “A umidade excessiva elevou a incidência de podridões e de fungos nos pomares. [...] Parte da produção destinada à indústria acaba sendo perdida, enquanto outra parcela chega ao mercado com padrão inferior, o que amplia a pressão sobre as cotações em um ambiente já caracterizado por oferta elevada”, analisa o Centro de Pesquisas.

Greening

Além do fator climático, há a preocupação com a fitossanidade, isto é, com a sanidade vegetal. O *greening*, considerada a praga mais destrutiva da citricultura mundial, continua sendo a ameaça central. A enfermidade é causada por uma bactéria disseminada pelo inseto psíldeo popularmente chamado de cigarrinha.

A região de Limeira registra a maior incidência da praga, atingindo 79,38% dos pomares. Para combater esse avanço, um convênio de R\$ 90 milhões foi firmado na Esalq, unindo 19 instituições de sete países no CPA-Citrus. O foco é a pesquisa aplicada para conter a bactéria transmitida pelo psíldeo, que compromete a produtividade e encarece o produto final.

Câmara de Sorocaba aprova projeto de proteção às pessoas com TEA

Também foram votadas matérias sobre saúde, denominações de vias e honrarias

Na 6ª Sessão Ordinária deste ano, a Câmara Municipal de Sorocaba aprovou medidas importantes para a proteção de direitos e o cuidado com a saúde da população. Sob a presidência do vereador Luis Santos (Republicanos), os parlamentares deram sinal verde para propostas que combatem o preconceito, reforçam o atendimento psicológico às mulheres e organizam homenagens e serviços na cidade.

Discriminação

O destaque da votação foi o projeto do vereador Roberto Freitas (PL) que cria ações para combater a discriminação contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A lei prevê punições para quem praticar bullying, violência ou recusar atendimento e adaptações necessárias a esse público.

De acordo com as informações divulgadas pela Câmara Municipal de Sorocaba, uma das principais novidades é a criação de um canal direto de denúncias, ligado à Secretaria de Inclusão, onde as famílias poderão relatar maus-tratos ou desrespeito aos seus direitos de forma sigilosa. Segundo o autor, o objetivo é proteger as crianças e famílias que ainda sofrem exclusão em escolas e comércios. Quem descumprir as regras poderá receber advertências, multas e até ter o alvará de funcionamento suspenso.



Câmara de Sorocaba

Lei prevê punições para quem praticar violência contra esse público, como bullying e negligência

Saúde feminina

Outro tema debatido e aprovado foi o programa de saúde mental para mulheres em situação de vulnerabilidade, proposto pelo vereador Fernando Dini (PP). O foco principal é oferecer suporte psicológico e psiquiátrico especializado para vítimas de violência doméstica, além de gestantes e mulheres que enfrentam dificuldades financeiras ou emocionais graves.

O atendimento será feito por meio da rede municipal de saúde e centros de referência da mulher.

Durante o debate, parlamentares destacaram a urgência de fortalecer essa rede para combater os danos psicológicos causados pela violência de gênero e transtornos como a depressão pós-parto.

Masculinidade

Os vereadores também analisaram o veto do Executivo a um trecho do projeto de Dylan Dantas (PL) sobre a saúde do homem. A prefeitura decidiu manter uma lei de 2010 que já estabelece o Dia Nacional do Homem em julho, mas aceitou a criação das novas

ações propostas para novembro.

Com isso, Sorocaba terá o “Novembro Azul” e o “Seminário de Masculinidade”, reforçando a prevenção do câncer de próstata e o cuidado com a saúde mental masculina, sem anular as comemorações que já faziam parte do calendário da cidade.

Questões urbanas

A valorização profissional entrou em pauta com a criação do “Dia Municipal do Síndico”, a ser comemorado em 30 de novembro. O autor, Caio Oliveira (REPU),

ressaltou que a função de síndico hoje é uma profissão essencial para a convivência e segurança nos condomínios de Sorocaba. Além disso, os vereadores autorizaram o fechamento da Alameda Wyda, na Zona Industrial, ao tráfego de veículos estranhos aos moradores, com o objetivo de aumentar a segurança das empresas.

Encerrando a relação de matérias em primeira discussão, foi aprovado o Projeto de Lei nº 689/2025, de autoria do vereador Ítalo Moreira, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Sorocaba o “Dia de Santa Filomena”, em 11 de agosto. A lei visa homenagear a padroeira da juventude e fomentar o turismo religioso, já que a cidade abriga o único santuário da santa nas Américas. O texto autoriza o apoio da prefeitura a eventos e parcerias para celebrar a data, fortalecendo a tradição católica e as manifestações culturais locais.

Outras decisões

A sessão incluiu ainda a aprovação de novos nomes de vias públicas e honrarias - advogados e empreendedores, receberam medalhas e títulos de cidadania por seus serviços prestados à comunidade. Por fim, foram manifestadas moções de repúdio, com a aprovação um protesto oficial contra os altos valores cobrados no IPVA e o excesso de pedágios nas rodovias paulistas.

Parceria poderá reduzir em 50% o consumo de energia

Divulgação/Prefeitura de Jacaré

Uma parceria entre a Prefeitura de Jacaré e a distribuidora de energia EDP deve possibilitar a instalação gratuita de sistemas de geração solar de energia em casas do município. A iniciativa mapeou 20 famílias do bairro Jardim Maria Amélia, que podem ter uma redução de cerca de 50% do consumo de energia elétrica. O início das instalações está previsto para o próximo mês.

O kit de geração solar que será instalado nas residências é composto de placas fotovoltaicas com potência de geração de cerca de 120 kWh/mês, microinversor e demais equipamentos. Para potencializar a redução do consumo de energia, serão substituídas lâmpadas ineficientes por LED, mais econômicas e sustentáveis.

Projeto

A ação faz parte do projeto Boa Energia na Comunidade,



Ao todo, o projeto da EDP beneficiará 200 residências

que tem como objetivo atuar em áreas de complexidade social, a partir de ações com impacto positivo para as famílias, visando a redução do consumo de energia. Ao todo, a EDP beneficiará 200 residências nas cidades de Pindamonhangaba,

Guaratinguetá, Potim, Caçapava e Jacaré.

“Acreditamos que investir em energia limpa é investir no desenvolvimento da nossa cidade.”, acrescentou Rogério Costa Manso, secretário de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Jacaré.

MPSP obriga reformas em rodovia no interior

Uma decisão judicial, obtida após recurso do Ministério Público de São Paulo (MPSP), obrigou o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) a realizar reformas pendentes na Rodovia Assis Chateaubriand (SP-425). As obras devem contemplar um trecho de 50 quilômetros, entre Barbosa e Braúna, passando por Penápolis. A medida reverte uma sentença anterior e foca na recuperação da infraestrutura para garantir a proteção dos motoristas.

Melhorias necessárias

O projeto de manutenção, defendido pelo promotor de justiça João Paulo Serra Dantas, exige o recapeamento completo do asfalto, a poda da vegetação nas margens e a renovação de toda a sinalização, incluindo a instalação de taxas refletivas. Além disso, o DER deverá re-

formular o desenho das rotatórias de Penápolis e instalar barreiras de proteção em pontos com risco de queda. O MPSP também ressaltou a necessidade de uma fiscalização mais rígida para coibir o excesso de peso e de velocidade dos veículos que trafegam pelo local.

Segurança viária

A ação foi motivada por dados do Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEx), que apontaram um alto índice de acidentes graves na rodovia. Segundo os pareceres técnicos, o número de ocorrências com vítimas fatais ou feridos chegou a ser quase o dobro dos acidentes sem ferimentos. Para a Promotoria, a intervenção é essencial para preservar o direito à vida e à segurança, oferecendo condições dignas de tráfego aos usuários da região.

Fernando Frazão/Agência Brasil

CORREIO PAULISTA

Reprodução Redes Sociais



Marçal não pode se ausentar da comarca sem autorização

Justiça e Marçal fecham acordo que suspende ação por 2 anos

A Justiça Eleitoral de São Paulo e Pablo Marçal firmaram acordo que suspende por dois anos a ação penal em que o empresário é acusado de divulgar um laudo médico falso contra Guilherme Boulos na campanha de 2024. Pelo termo, Marçal deverá comparecer periodicamente ao juízo, não poderá deixar a comarca de Barueri sem autorização e está proibido de frequentar bares, boates e casas de prostituição. Ele também terá de pagar multa e destinar valor a entidade assistencial. O cumprimento das medidas será acompanhado pela Justiça ao longo do período de suspensão. Se descumprir as condições, o processo volta a tramitar normalmente. Marçal segue inelegível por decisão anterior, em outra condenação.

Condições incluem restrições e multa

O acordo prevê pagamento de multa e destinação de valores a entidade assistencial, além de comparecimento periódico em juízo para comprovar o cumprimento das condições impostas pela Justiça. Marçal não poderá se ausentar da comarca sem autorização nem frequentar bares, boates ou casas de prostituição. Se descumprir as determinações, a suspensão será revogada e a ação penal voltará a tramitar normalmente na Justiça Eleitoral.

Divulgação Alesp



Processo pode levar à cassação do mandato do deputado

Deputado Lucas Bove vira alvo na Alesp

O Conselho de Ética da Alesp abriu, por unanimidade, processo disciplinar que pode levar à cassação do mandato do deputado Lucas Bove (PL) por quebra de decoro. A representação, apresentada por Mônica Seixas (PSOL), acusa o parlamentar de violência política de gênero após discussão em plenário com deputadas. O relator será Emídio de Souza (PT). O caso prevê oitivas de testemunhas, apresentação formal de defesa e, ao final, votação sobre possível advertência, suspensão ou cassação, com decisão final do plenário da Casa.

Deputadas protestam contra episódio

Durante a sessão, deputadas protestaram contra episódios considerados ofensivos e cobraram posicionamento firme da Casa. Também foi aceita outra representação contra Bove e Tenente Coimbra (PL) por declarações direcionadas à deputada Ediane Maria (PSOL). As denúncias seguem para instrução, com coleta de provas, depoimentos e manifestação das partes envolvidas.

Fim da RTO

Motoristas independentes de vans e micro-ônibus da RTO protestaram na Alesp contra a demissão em massa após decisão do STF que encerrou o serviço. Passageiros relataram superlotação e longas esperas nas linhas. O deputado Carlos Giannazi criticou a Artesp e defendeu a manutenção do atendimento.

Fim da RTO II

Criada em 1999 como solução emergencial, a RTO atendia cidades da Grande São Paulo. Com o fim da EMTU e decisão do STF por falta de licitação, o serviço foi encerrado. Passageiros relatam prejuízos na rotina e motoristas afirmam estar desempregados desde janeiro, cobrando providências das autoridades.

Peruíbe na Alesp

As fortes chuvas que atingiram Peruíbe foram destaque nos discursos da Alesp. Deputados manifestaram solidariedade às vítimas, elogiaram a atuação da Defesa Civil e incentivaram doações às famílias afetadas. O tema mobilizou parlamentares de diferentes partidos durante o uso da tribuna.

Peruíbe na Alesp II

Além das chuvas no litoral, deputados debateram a eutrofização do Rio Tietê, mudanças na carreira do magistério, direitos dos servidores e a demissão de motoristas da RTO. Também foram abordadas escolas cívico-militares, a atuação de empresas estratégicas no interior e questões da política nacional durante o Expediente.

Casa Paulista

Empreendimentos interessantes devem ter contratação firmada com a Caixa Econômica Federal até 20 de fevereiro de 2026 para participar. Propostas que não foram atendidas em etapas anteriores precisam ser recadastradas para concorrer nesta nova fase, conforme regras e prazos estabelecidos no edital.

Logística reversa

O Estado recebe, até 27 de fevereiro, contribuições para a consulta pública, no formato de Tomada de Subsídios, voltada à implementação da política de logística reversa. A iniciativa busca ampliar o diálogo com a sociedade e aperfeiçoar regras que orientam a destinação adequada de produtos e resíduos.



Justiça Federal derrubou as liminares de primeira instância

Justiça de São Paulo mantém regras do vale-alimentação

Empresas haviam conseguido suspender decreto do governo

Por Redação

elevadas e prazos longos para recebimento.

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou na terça-feira (24) que a Justiça Federal em São Paulo derrubou as liminares de primeira instância que suspenderam o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que regulamentou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Em janeiro, empresas que operam os pagamentos de vale-alimentação (VA) e vale-refeição (VR) haviam conseguido suspender as novas regras, que fixaram teto para as taxas cobradas de supermercados e restaurantes e reduziram o prazo de repasse dos valores aos estabelecimentos.

Segundo a AGU, a decisão foi proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e determinou que Ticket, VR, Pluxee, Alelo e Vegas Card cumpram o decreto imediatamente. Com isso, as liminares perdem efeito e a norma volta a valer integralmente.

O tribunal entendeu que o decreto está amparado na legislação do PAT e que não há ilegalidade na fixação de limites para as taxas. A AGU sustenta que a medida corrige distorções no mercado e equilibra a relação entre operadoras e estabelecimentos, especialmente pequenos comerciantes.

Representantes do setor vinham relatando impacto no fluxo de caixa por causa de taxas

Teto de taxas

Assinado em novembro de 2025, o decreto fixou teto de 3,6% para as taxas cobradas pelas empresas de vale-refeição e vale-alimentação, além de reduzir de 30 para 15 dias o prazo máximo para o repasse aos estabelecimentos. Até então, taxas e prazos não eram regulamentados de forma específica no PAT.

A norma também limita a tarifa de intercâmbio a 2%, proíbe cobranças adicionais, estabelece 90 dias para adaptação das empresas e determina interoperabilidade total entre bandeiras. Em até um ano, qualquer cartão de benefício deverá ser aceito em todas as maquininhas.

Impacto

Com a decisão do TRF3, as regras voltam a produzir efeitos imediatos, salvo recurso às instâncias superiores. O governo afirma que a regulamentação aumenta a transparência e pode reduzir custos para os estabelecimentos, enquanto as empresas avaliam eventuais medidas judiciais. A expectativa da equipe econômica é que a mudança estimule maior concorrência no setor e amplie a rede credenciada, evitando concentração de mercado e garantindo mais previsibilidade aos comerciantes. A decisão ainda pode ser contestada.

Alerta máximo para chuvas intensas mobiliza Defesa Civil em São Paulo

Frente fria mantém previsão de temporais, com risco elevado no litoral e região

Por Raphaela Cordeiro

A Defesa Civil do Estado de São Paulo convocou para esta quinta-feira (26), às 11h, uma reunião de alinhamento estratégico com representantes das Defesas Civis municipais e secretarias estaduais diante da previsão de chuvas intensas em diversas regiões, com maior preocupação no litoral paulista. O encontro ocorre em meio ao alerta máximo de grande perigo emitido pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) para o Sudeste, com previsão de acumulados expressivos até sexta-feira (27).

De acordo com a previsão meteorológica, a combinação de uma frente fria com um sistema de baixa pressão atuando na costa paulista deve favorecer pancadas fortes, acompanhadas de raios e rajadas de vento. Na faixa leste do estado, especialmente no litoral, na Região Metropolitana da capital e nas regiões de Campinas, Sorocaba, Itapeva, Registro e São José dos Campos, a interação entre os sistemas aumenta a concentração de umidade e pode provocar chuvas contínuas, intercaladas por períodos de maior intensidade ao longo do dia.

O mapa de risco aponta alerta vermelho para o Vale do Ribeira e todo o litoral paulista. Já as regiões de Campinas, Sorocaba, Itapeva, São José dos Campos e a Grande São Paulo aparecem em



Divulgação/Governo de SP

Inmet emitiu alerta máximo de grande perigo para o Sudeste, com previsão até sexta-feira (27)

estado de alerta. No restante do interior, a classificação é de atenção. Como o solo já está encharcado em diversas cidades após dias consecutivos de precipitação, cresce o risco de alagamentos, transbordamentos de rios, quedas de árvores e deslizamentos de terra.

Durante a reunião desta quinta, o governo estadual deve apresentar o panorama meteorológico atualizado, avaliar eventuais situações de anormalidade já registradas e alinhar a logística humanitária e os encaminhamen-

tos operacionais. O objetivo é garantir atuação coordenada entre Estado e municípios, com equipes em prontidão para vistorias em áreas de risco, acionamento de abrigos e apoio imediato às famílias afetadas. O Gabinete de Crise permanece mobilizado para monitoramento contínuo e pronta resposta às ocorrências.

No litoral, os impactos das chuvas já são significativos. Em Peruíbe, 384 pessoas estão desabrigadas após o registro de 234 milímetros de chuva nos últimos três dias, segundo a última atua-

lização da Defesa Civil estadual. As famílias foram acolhidas em duas escolas municipais, uma escola agrícola e um centro comunitário. O Estado enviou caminhões com colchões, kits de higiene, cobertores, travesseiros e jogos de cama para auxiliar no atendimento emergencial.

Em Ilhabela, também no litoral norte, a chuva acompanhada de vendaval provocou quedas de barreira e de árvores sobre a Rodovia SP-131, além de desmoronamento de talude e interdição parcial da SP-125, a Estrada dos

Castelhanos. Apesar dos danos estruturais e transtornos no tráfego, não houve registro de vítimas.

Outros municípios enfrentam reflexos do mau tempo. Em São Manuel, no interior paulista, temporais causaram alagamentos, transbordamento de rios e solapamento de vias nesta terça-feira. Cerca de 200 pessoas estão desalojadas, mas não há feridos. Em Mongaguá, aproximadamente 800 imóveis foram afetados por enchentes nos últimos dias, enquanto em Ubatuba duas pessoas morreram após o naufrágio de uma embarcação durante forte tempestade.

Segundo o Inmet, os acumulados no litoral paulista podem superar 50 milímetros em curto período, elevando o risco de novas ocorrências. A orientação é que a população evite áreas sujeitas a alagamentos e encostas instáveis, observe sinais de movimentação de terra, desligue aparelhos elétricos em caso de risco e busque abrigo seguro sempre que necessário. A previsão indica manutenção das instabilidades nos próximos dias, mantendo o estado de atenção em todo o território paulista.

A Defesa Civil reforça que alertas podem ser recebidos por SMS, mediante cadastro gratuito, e que, em caso de emergência, a população deve acionar imediatamente o telefone 199 ou o Corpo de Bombeiros pelo 193.

Prazo de adesão ao Acordo Paulista acaba na sexta-feira

Divulgação/Governo de SP

Maior programa de recuperação fiscal do Governo de São Paulo para renegociação de débitos inscritos na dívida ativa, o Acordo Paulista encerra nesta sexta-feira (27) as inscrições do quarto edital. A adesão deve ser feita exclusivamente pela internet, no site www.acordopaulista.sp.gov.br.

O programa oferece condições facilitadas para que contribuintes regularizem dívidas de ICMS, IPVA, ITCMD e multas do Procon já inscritas na dívida ativa. Entre os benefícios estão descontos de até 75% sobre juros, multas e honorários advocatícios, além da possibilidade de parcelamento em até 120 vezes, conforme o perfil do débito e a modalidade escolhida.

Também é permitida a utilização de créditos de precatórios e créditos acumulados de ICMS



Chance de liquidar dívidas com ICMS, IPVA, ITCMD e multas

para abatimento dos valores devidos. Em determinadas situações, há dispensa de garantias para parcelamentos de curto prazo, ampliando o acesso à regularização fiscal e incentivando a retomada da atividade econômica.

O Acordo Paulista já viabili-

zou a renegociação de R\$ 58,4 bilhões, com mais de 60 mil contribuintes atendidos. Apenas nesta quarta fase, foram mais de 46 mil adesões, totalizando R\$ 8 bilhões negociados, reforçando o alcance e a adesão ao programa em todo o estado.

Alunos de escolas de SP conquistam recorde

A rede estadual de São Paulo registrou, em 2025, o melhor desempenho da série histórica em matemática no Ensino Fundamental, com avanço no 2º, 5º e 9º anos, segundo o Saresp. Nos anos finais, a evolução geral das notas foi de 16,5% em relação a 2024. O resultado foi anunciado no Palácio dos Bandeirantes e consolida a recuperação da aprendizagem no período pós-pandemia.

Em matemática, o 9º ano alcançou 260,3 pontos, alta de 11,8 pontos em um ano e 14 desde 2023. No 5º ano, a média foi de 236,3 pontos, crescimento de 13,8 pontos em relação a 2024. Já no 2º ano, ligado à alfabetização, a média chegou a 200,8 pontos, 33 acima de 2023. Também aumentou o percentual de alunos nos níveis adequado e avançado: 68,5% no 2º ano, 58% no 5º e 24,7%

no 9º, além de queda nos índices abaixo do básico.

Em língua portuguesa, houve consolidação da recuperação. O 9º ano atingiu 243 pontos, 8,6 acima de 2023; o 5º ano chegou a 213,9 pontos; e o 2º ano registrou 191,7 pontos, 17 acima de 2023. Nos níveis mais altos de proficiência, 61,7% dos alunos do 5º ano e 29,2% do 9º tiveram melhor desempenho, com redução dos estudantes abaixo do básico.

Os resultados são atribuídos a políticas de recomposição da aprendizagem, ampliação das escolas de tempo integral, programas como Provão Paulista, BEEM, Prontos Pro Mundo e Alfabetiza Juntos, além de tutoria, formação docente, uso de plataformas digitais e aumento da frequência escolar, que atingiu 91% em 2025, com avanço em todas as regiões do estado.

Fiesp define agenda ambiental de 2026 com foco em inovação

Prioridades incluem licenciamento ambiental, mercado de carbono e energias limpas para o Estado

O Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) definiu, na última terça-feira (24/2), a agenda de prioridades ambientais para 2026. A reunião de abertura do colegiado destacou temas como licenciamento ambiental, regulamentação do mercado de carbono, economia circular e logística reversa, que orientarão os debates ao longo do ano.

O presidente do Cosema, Joaquim Leite, ex-ministro do Meio Ambiente, afirmou que o meio ambiente não deve ser tratado como pauta isolada ou meramente regulatória, mas integrado de forma transversal às políticas de indústria, inovação e comércio exterior. “Que 2026 seja o ano em que consolidaremos uma nova etapa: a do meio ambiente como eixo estruturante da competitividade, da inovação e do protagonismo brasileiro no cenário global”, disse.

Leite defendeu que desenvolvimento econômico e preservação ambiental devem caminhar juntos dentro de um projeto amplo de modernização, eficiência e racionalidade do Estado. Segundo ele, a Fiesp participará ativamente das discussões globais sobre clima, florestas, biodiversidade e combate à poluição marinha, mantendo o foco na defesa do interesse nacional e na qualidade do ar urbano.

A abordagem proposta pelo Cosema se baseia na chamada “Inteligência Ambiental Positiva”, conceito que transforma a sustentabilidade em ativo econômico, vetor de inovação tecnológica e oportunidade de negócios. Entre as ações previstas estão o avanço do saneamento ambiental, o fortalecimento do marco legal e a implementação de um licenciamento ambiental previsível, ágil e tecnicamente rigoroso.

O colegiado também prioriza a regulamentação estruturada do

mercado de carbono, considerada estratégica para ampliar exportações e valorizar inovações industriais. Além disso, estão na pauta iniciativas voltadas ao reconhecimento e precificação de ativos ambientais, com incentivos à conservação de florestas nativas, restauração florestal e ao desenvolvimento da bioeconomia. Outro eixo destacado é a consolidação do Brasil como potência em energias limpas e renováveis. O Cosema enfatiza a importância das matrizes hídrica, solar, eólica e de biocombustíveis, incluindo etanol, biodiesel, biogás e gás natural, com objetivo de assegurar oferta de energia segura e competitiva para consumidores e indústria. A reunião reforçou o papel do Cosema como espaço permanente de convergência entre indústria, governo e sociedade. O colegiado pretende orientar políticas que conciliem crescimento econômico com proteção ambien-

tal, estimulando o país a assumir posição de protagonismo internacional na agenda climática e na geração de soluções sustentáveis.

A Fiesp destacou ainda que a integração entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental será essencial para tornar o Brasil referência em inovação e competitividade no setor industrial. Leite concluiu afirmando que a atuação do Cosema ao longo do ano buscará consolidar o meio ambiente como fator estratégico de desenvolvimento nacional, alinhando preservação, geração de empregos e promoção de tecnologias sustentáveis. Com a agenda definida, o colegiado pretende acompanhar a evolução de políticas públicas, propor ajustes regulatórios e estimular o diálogo entre setor privado, sociedade civil e órgãos governamentais. A intenção é criar um ambiente de previsibilidade e eficiência, fortalecendo o mercado de carbono, a bioeconomia

e a implementação de soluções ambientais com retorno econômico, social e ecológico.

O conselho reforçou a necessidade de atuação coordenada entre os diferentes setores da indústria e a sociedade, considerando que as decisões ambientais impactam diretamente na competitividade do país e na capacidade de inovação tecnológica. O Cosema deverá promover encontros periódicos e debates especializados para monitorar os resultados das iniciativas e ajustar a agenda de acordo com novos desafios e oportunidades. O planejamento apresentado evidencia a intenção da Fiesp de posicionar o Brasil como referência internacional em soluções ambientais, alinhando crescimento econômico com preservação da biodiversidade, expansão de energias limpas e gestão eficiente de recursos naturais. O ano de 2026 será marcado pela busca de equilíbrio entre proteção ambiental e inovação.



Reunião do colegiado destacou temas como licenciamento ambiental e logística reversa

Assembleia aprova projetos para proteção de mulheres e controle de drogas em SP

A Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, nesta quarta-feira (25), o Projeto de Lei 128/2025, que garante transporte seguro por viatura policial para mulheres vítimas de agressão física ou tentativa de feminicídio. A condução poderá ocorrer até a residência da vítima ou outro local de sua escolha, após registro da denúncia na delegacia.

Segundo os autores, deputado Danilo Campetti (Republicanos) e ex-deputada Letícia Aguiar, o objetivo é preservar a integridade física e psicológica das vítimas, evitando que elas busquem transporte por conta própria e se exponham a riscos de revitimização ou aproximação do agressor. “O acompanhamento por viatura policial

transmite confiança à vítima de que suas denúncias estão sendo levadas a sério”, afirmaram.

O colegiado também analisou outras propostas voltadas à proteção das mulheres. Entre elas, o Projeto de Lei 1354/2023, de autoria do deputado Guilherme Cortez (Psol), obriga a oferta de serviços de psicologia e assistência social nas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM). Segundo o parlamentar, a violência é também um problema de saúde pública, afetando o bem-estar físico, mental, moral e sexual das vítimas. A contratação de psicólogos e assistentes sociais permitirá acompanhamento, prevenção e suporte às vítimas.

Outra iniciativa aprovada por 5 votos a 1 foi o Projeto de Lei 130/2023, que institui monitoramento eletrônico de agressores,



Parlamentares da Comissão de Segurança Pública da Alesp

inclusive em relação a familiares e testemunhas das vítimas. Para o deputado Valdomiro Lopes (PSB), o uso de tecnologia é essencial devido à alta incidência de feminicídios no estado e no país.

O colegiado aprovou ainda, por 5 votos a 1, o envio ao Plenário do Projeto de Lei 519/2024, que prevê multa pelo porte e consumo de drogas ilícitas em espaços públicos. Os autores, deputados Paulo Man-

sur (PL) e Tomé Abduch (Republicanos), argumentam que a medida contribui para reduzir criminalidade, preservar a saúde pública e aumentar a segurança nos locais coletivos, funcionando como sanção educativa e preventiva.

No âmbito de ações emergenciais, foi aprovado o Projeto de Lei 678/2024, que cria o Cadastro Estadual de Voluntários em casos de catástrofes, calamidades e situações humanitárias. A deputada Carla Morando (PSDB) destacou que o cadastro permitirá planejamento mais ágil e reforço nas ações de assistência, representando ajuda significativa na mitigação de impactos de desastres. Participaram da reunião os deputados Eduardo Suplicy (PT), Itamar Borges (MDB), além de Conte Lopes, Guto Zacarias e Paulo Mansur, todos do PL.

CORREIO PAULISTANO

Ton Rodrigues | REDE CÂMARA SP



Dia 23 foi celebrado o Dia do Rotary na Câmara de SP

Solenidade comemora os 121 anos do Rotary Internacional

A Câmara Municipal de São Paulo celebrou na segunda-feira (23) o Dia do Rotary. Com o apoio da vereadora Edir Sales (PSD), a solenidade reconheceu a atuação da organização na capital paulista. O Rotary International é uma rede mundial de clubes de serviço dedicada a causas humanitárias, educação, saúde e desenvolvimento social. O evento também comemorou os 121 anos da instituição. “Eu sou rotaryana há mais de 20 anos, no Rotary Club da Vila Prudente. E a gente fica mais feliz, com o plenário lotado, comemorando essa data tão importante. O Rotary é sinônimo de solidariedade, amor ao próximo, companheirismo...Então, o Rotary ensina muita coisa, você pode ajudar muita gente através do Rotary Clube”, disse Edir.

Prêmio Inezita Barroso na Câmara

A Câmara Municipal de SP promove, na próxima segunda-feira (2/3), às 19h, a Sessão Solene para entrega da 2ª edição do Prêmio Inezita Barroso, destinado a artistas e personalidades que contribuem para a promoção da música caipira de raiz. Além dos munícipes, vereadores, núcleos e instituições culturais puderam fazer as indicações. Confira aqui a relação dos indicados. A cerimônia será realizada no Salão Nobre do Palácio Anchieta.

Divulgação/Prefeitura de SP



Avenida Paulista deve ser palco de Megashows

Eventos de grande porte em SP

A Prefeitura de São Paulo firmou nesta terça-feira (24) um aditamento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público para ampliar a realização de eventos de grande porte na Avenida Paulista. O acordo prevê a possibilidade de um novo megaevento já no segundo semestre deste ano e autoriza outros dois a partir de 2027. Atualmente, o uso da via para grandes eventos é restrito ao Réveillon, à Corrida de São Silvestre e à Parada do Orgulho LGBT+. A assinatura ocorreu na sede do Ministério Público de São Paulo.

Programa de aceleração: R\$ 52 mil

A Prefeitura de São Paulo prorrogou e vai aceitar as inscrições até o dia 10 de março para o VAI TEC, programa de aceleração que oferece R\$ 52 mil e suporte técnico a negócios de tecnologia. Ao todo, 25 projetos serão selecionados na 11ª edição da iniciativa, que começa em junho e terá duração de seis meses. Para participar, empreendedores precisam ter negócios inovadores.

Paraíso e padarias I

Os paulistanos têm dois hábitos que fazem parte da vida cotidiana de milhões de pessoas: pegar o Metrô e frequentar uma padaria. A partir de hoje, esses dois símbolos da cidade se encontram na estação Paraíso (Linhas 1-Azul e 2-Verde), que recebe a exposição “Padarias paulistanas: onde você se sente em casa”.

Paraíso e padarias II

A exposição fica aberta ao público até 24 de março. A mostra, realizada em parceria com a Fundação Bunge, foi inaugurada em janeiro na estação República, onde permaneceu em cartaz até o dia 24/02. Agora, segue seu percurso pelo Metrô e transforma a experiência do trajeto diário dos passageiros.

Senegalês em SP I

A Justiça de SP decidiu arquivar o processo que investiga a morte do ambulante senegalês e refugiado Ngange Mbaye, morto por um policial militar após uma operação na região do Brás, no centro da capital paulista, em abril do ano passado. A decisão é de Antonio Carlos Pontes de Souza, da 1ª Vara do Júri.

Senegalês em SP II

Mbaye foi atingido por um disparo no abdome durante uma abordagem policial enquanto tentava proteger suas mercadorias e também de um outro ambulante. Segundo boletim de ocorrência registrado à época, Ngange teria resistido à apreensão das suas mercadorias e utilizado uma barra de ferro, que acabou atingindo um policial.

Senegalês em SP III

Logo após a ação de Mbaye, o policial teria atirado contra Mbaye. Para o promotor de Justiça Lucas de Mello Schaefer, o policial que atirou contra Mbaye “agiu em legítima defesa, repelindo a injusta agressão atual a direito seu e de terceiro, quando realizou um disparo de arma de fogo contra Ngagne Mbaye”.

Jardim Ângela

A Prefeitura da cidade de São Paulo investe mais de R\$ 23 milhões na requalificação do bairro Jardim Ângela II, na Zona Sul da capital, pelo Programa Mananciais. Mais de 600 famílias já são beneficiadas com obras de infraestrutura, saneamento, contenção de encostas e previsão de 116 novas moradias no local.



Foram cumpridos mandados de busca em SP e Barueri

PF investiga banco de SP por lavagem de dinheiro

Operação apura clientes ocultos e falhas de controle operacional

Da Redação

A Polícia Federal realizou, nesta quarta-feira (25), a Operação Cliente Fantasma com o objetivo de aprofundar apurações sobre uma instituição financeira suspeita de facilitar a ocultação de recursos em São Paulo. A investigação mira a atuação da empresa na abertura e manutenção de contas com falhas nos mecanismos de identificação de usuários, o que teria permitido movimentações sem o devido registro nos sistemas de controle obrigatórios.

Mandados de busca e apreensão

Foram cumpridos três mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal, dois na capital paulista e um no município de Barueri, na região metropolitana de São Paulo.

A corporação não divulgou o nome da instituição investigada nem estimou o volume de valores que estariam sob suspeita.

Modo de agir

De acordo com as informações apuradas, a instituição teria mantido clientes fora dos sistemas regulares de monitoramento, dificultando o rastreamento de transações financeiras e o cumprimento de determinações judiciais de bloqueio de ativos. Para os investigadores, a ausência de identificação ade-

quada compromete a fiscalização e pode favorecer a circulação de recursos vinculados a atividades consideradas ilícitas.

Conselho de Controle

A apuração também aponta para a ausência de envio de comunicações obrigatórias ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão responsável por receber e analisar relatórios sobre movimentações atípicas. A falta desses registros é considerada um dos indícios de irregularidade sob análise e que ajudaram a chamar a atenção da Polícia Federal para possíveis crimes financeiros que deveriam ser investigados.

Crimes contra o sistema financeiro nacional

Os investigados nesta operação poderão responder por crimes contra o sistema financeiro nacional, omissão de informações e lavagem de dinheiro, conforme prevê a legislação brasileira. A operação deflagra nesta quarta-feira (25) é um desdobramento de outras investigações anteriores conduzidas pela Polícia Federal e tem o objetivo de identificar outros envolvidos, além de dimensionar a extensão das operações consideradas suspeitas. As diligências seguem em andamento nas cidades investigadas.

Com informações da Folha de S.Paulo

Garagens elevam custo da nova sede do Governo a R\$ 6 bilhões

Revisão de despesas da execução do projeto aumentam valor final em 29%

O investimento previsto para a construção do novo centro administrativo do Governo do Estado de São Paulo foi revisado e alcançou R\$ 6,09 bilhões. O valor representa aumento de R\$ 1,3 bilhão em relação à estimativa apresentada após a conclusão dos primeiros estudos técnicos do projeto, ainda em 2024. A principal alteração responsável pela elevação do custo foi a ampliação das áreas destinadas a estacionamento, além de revisões nos gastos com desapropriações e intervenções urbanas na região central da capital paulista.

A proposta prevê a instalação do complexo no entorno do Parque Princesa Isabel, no bairro Campos Elíseos, na região central de São Paulo. O projeto será executado por meio de parceria público-privada. O leilão para definir o consórcio responsável pela construção e gestão dos edifícios está marcado para ocorrer na B3. Participam da disputa os consórcios Acciona-Construcap e MEZ-RZK Novo Centro.

A modelagem prevê que o Estado invista R\$ 3,4 bilhões nos primeiros quatro anos da obra, enquanto o parceiro privado deverá aportar R\$ 2,7 bilhões. A execução das torres administrativas tem duração estimada em cinco anos. Após a entrega, caberá ao consórcio vencedor realizar a gestão predial, incluindo serviços de segurança, limpeza,



Projeção do Novo Centro Administrativo na cidade de São Paulo prevê sete edifícios

manutenção e operação das instalações, durante 30 anos.

Contrapartida do Governo do Estado

Como contrapartida, o governo paulista pagará uma remuneração mensal que pode chegar a cerca de R\$ 76 milhões, corrigida pela inflação. O critério de julgamento do leilão será o maior desconto oferecido sobre essa contraprestação. Inicialmente, o pagamento mensal havia sido estimado em aproximadamente R\$ 65 milhões,

mas o reajuste no valor global do projeto impactou a projeção.

Entre as mudanças técnicas, destaca-se a ampliação da garagem subterrânea. O projeto passou a prever três pavimentos abaixo do nível do solo, com a inclusão de dois subsolos adicionais em relação à proposta original. A decisão foi tomada após contribuições recebidas na fase de consulta pública, quando houve manifestações sobre a necessidade de manter proporção semelhante à atual de vagas destinadas a servidores.

Transferência de funcionários

A expectativa é transferir cerca de 22 mil funcionários para o novo complexo. Na configuração inicial, a proporção de vagas por servidor seria reduzida de forma significativa, o que gerou preocupações sobre possíveis impactos na mobilidade do entorno. Apesar de a área ser atendida por linhas de ônibus, trem e metrô, a ampliação do estacionamento foi incorporada ao edital.

Além das alterações estruturais no Projeto, o custo final

também foi influenciado pela reavaliação das despesas com desapropriações, serviços de engenharia e atualizações monetárias. Só para se ter uma ideia, entre dezembro de 2024 e julho de 2025, os valores foram corrigidos com base nos índices oficiais de inflação e de custos da construção civil, conforme exigência da modelagem contratual.

Revisões de valores

Especialistas apontam que revisões de valores são recorrentes em projetos de grande porte estruturados como parceria público-privada, sobretudo após etapas de consulta pública e consolidação dos estudos técnicos. Segundo o governo estadual, a proposta arquitetônica escolhida prioriza padrões construtivos considerados adequados para a durabilidade e a funcionalidade do complexo ao longo das próximas décadas.

Reunião de órgãos públicos

A iniciativa de transferir a sede administrativa do Governo para o centro da cidade de São Paulo integra a estratégia de requalificação urbana da região e de concentração de órgãos públicos, que estão atualmente dispersos em diferentes imóveis e regiões da capital paulista.

Com informações da Folha de S.Paulo.

CPI da Íris ouve executivo da empresa Tools For Humanity

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Íris realizou novo depoimento do chefe de operações da Tools For Humanity no Brasil, Rodrigo Tozzi. A empresa é responsável pelo projeto World ID, que utiliza o escaneamento da íris como forma de identificação digital.

Tozzi já havia prestado esclarecimentos à comissão em agosto do ano passado. Na ocasião, afirmou que a companhia não armazena dados biométricos e que não há comercialização das informações coletadas. Segundo ele, o sistema registra apenas um código criptografado, mantido em servidores administrados por universidades parceiras, com a finalidade de comprovar a identidade humana dos usuários.

Durante a sessão, o executivo reiterou essas declarações. Parlamentares questionaram os interesses da empresa no país, citando relatos sobre apresentações institucionais



A empresa faz escaneamento da íris como identificação

realizadas em órgãos públicos. Tozzi informou que as exposições tiveram caráter técnico e institucional.

A relatoria também questionou o modelo de terceirização adotado no Brasil e a eventual responsabilização jurídica em caso de problemas. O representante afirmou que

a prática segue padrão internacional da empresa, mas não detalhou como se daria a responsabilização.

Integrantes da CPI avaliaram que há interesse comercial relacionado ao uso da tecnologia e discutiram possíveis riscos quanto à reversão da anonimização dos dados.

CPI da Habitação cobra empresas do setor

A CPI da Habitação de Interesse Social (HIS), instalada na Câmara de SP para apurar possíveis irregularidades na produção e comercialização de moradias populares, aprovou sete requerimentos durante reunião realizada nesta semana. As medidas incluem intimações de representantes de empresas do setor imobiliário e solicitações de informações.

Estavam previstos depoimentos de representantes das plataformas Airbnb, QuintoAndar e Booking.com. Os convidados não compareceram, mas enviaram justificativas formais à comissão.

O presidente da CPI, vereador Rubinho Nunes (UNIÃO), afirmou que o colegiado avalia medidas para garantir a presença dos convocados nas próximas sessões. Segundo ele, algumas das empresas citadas são mencionadas em denúncias relacionadas ao possível descumprimento das normas

que regem a política de HIS.

O vereador Isac Félix (PL), integrante da comissão, também manifestou preocupação com as ausências e indicou que poderão ser adotadas providências regimentais, incluindo condução coercitiva, caso os representantes não atendam às convocações.

Dos sete requerimentos aprovados, cinco são de autoria do presidente da CPI e tratam de intimações e pedidos de esclarecimento a empresas investigadas. Outros dois foram apresentados pela vereadora Sílvia da Bancada Feminista (PSOL). Um deles solicita informações à construtora Magik JC sobre empreendimentos HIS e HMP realizados entre 2014 e 2025. O outro requer dados à Secretaria da Fazenda sobre operações envolvendo HIS.

A CPI quer ouvir, nas próximas reuniões, representantes das incorporadoras Cyrela e Lavvi.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Governo de SP



Alteração contará com sinalização, alerta e orientação

CPTM expande pagamento por aproximação nas estações

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) passará a aceitar pagamento por aproximação em todos os bloqueios das estações Francisco Morato, Mauá, Guaianases e Corinthians-Itaquera a partir de 1º de março. A medida amplia o uso de cartões de crédito e débito com tecnologia NFC na rede. O sistema já funciona em outras estações e permite acesso com cartão físico, celular ou relógio inteligente. A integração gratuita permanece restrita às linhas sobre trilhos, conforme regras vigentes. A CPTM informou que estuda expandir o modelo para novas paradas no segundo semestre de 2026. Também haverá mudança nos horários das bilheterias das estações: a maioria funcionará das 5h às 21h.

Vereadora é agradecida e atropela

A vereadora Aline Santos (MDB), de 36 anos, afirmou ter sido vítima de agressões físicas por parte do namorado, Bruno Marcelo Araujo de Souza, na manhã de 25 de dezembro do ano passado, em Embu das Artes, na Região Metropolitana de São Paulo. A Secretaria da Segurança Pública informou que a ocorrência foi encaminhada à Delegacia de Defesa da Mulher de Embu das Artes, onde foi instaurado inquérito policial para apuração do caso.

João Valerio/Governo do Estado de SP



Residencial contemplado foi entregue entre 1997 e 2004

Itaquaquecetuba regulariza escrituras

O Governo de São Paulo entregou nesta semana matrículas de 1.190 apartamentos aos moradores do Conjunto Habitacional Itaquaquecetuba, na Região Metropolitana de São Paulo. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) investiu R\$ 4,6 milhões na regularização fundiária do empreendimento. A regularização fundiária desse residencial, que foi entregue em 1997 e 2004, faz parte do plano do Governo para eliminar o passivo de conjuntos habitacionais antigos da CDHU que ainda necessitam desse documento oficial.

CDHU realiza diversas etapas

Atualmente, todos os empreendimentos da Companhia já são entregues devidamente averbados em cartório, com as matrículas individualizadas. Para regularizar conjuntos habitacionais antigos, a CDHU realiza diversas etapas, como diagnóstico fundiário, elaboração dos elementos técnicos necessários, execução de medidas junto a órgãos do município e do Estado, além de cartoriais.

São Caetano I

O vereador Caio Salgado (PL) apresentou três indicações com foco em melhorias nas áreas de mobilidade urbana, serviços urbanos e saneamento básico na cidade de São Caetano do Sul, no ABC. As demandas visam atender às necessidades da população, promovendo maior segurança e qualidade de vida.

São Caetano II

Na primeira indicação, enviada à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob), o vereador solicitou reforço na fiscalização do estacionamento irregular no cruzamento da Rua Peri com a Avenida Doutor Augusto de Toledo. Na segunda, direcionada à Sersurb, pediu vistoria técnica e reparo urgente de um buraco.

Guarulhos I

A Comissão de Administração e Funcionalismo Público da Câmara Municipal da cidade de Guarulhos analisou positivamente três projetos durante a reunião desta quarta-feira (25). Os pareceres foram decididos pelos parlamentares Rafa Marques (MDB), Geraldo Celestino (Mobiliza) e Edmilson Souza (PSOL).

Guarulhos II

Uma das proposições assegura o acesso dos trabalhadores que exercem atividades a céu aberto às instalações sanitárias de órgãos públicos e de comércios, como bares, restaurantes, padarias e lanchonetes. A ideia está prevista no PL 62/2025, que é de autoria de Danilo Gomes (Republicanos), Biriba (DC) e Carlos Veloso (Novo).

Osasco I

A Câmara Municipal de Osasco aprovou, em segundo turno, a criação da chamada Galeria Lilás, espaço destinado a homenagear mulheres que exerceram ou exercem mandato como vereadoras no município. A proposta foi avalizada pelo plenário e a implantação deverá ocorrer em data a ser definida.

Osasco II

O projeto, de autoria da vereadora Lúcia da Saúde (Podemos), institui oficialmente a galeria nas dependências da Casa. A iniciativa prevê a exposição permanente de fotografias das parlamentares que passaram pelo Legislativo osasquense. O objetivo é preservar e dar visibilidade à trajetória feminina na política.



Centro de Itapecerica da Serra, na Grande SP

Mais de 50 armas somem de DP na Grande SP

Corregedoria apura o crime na cidade de Itapecerica da Serra

Da Redação

Mais de 50 armas desapareceram do cofre da Delegacia de Itapecerica da Serra, na Região Metropolitana de São Paulo. O sumiço envolve ao menos 52 pistolas e revólveres apreendidos entre 2011 e 2021, que estavam armazenados na unidade enquanto aguardavam a realização de perícias obrigatórias.

De acordo com registros internos, o armamento estava vinculado a ocorrências policiais diversas, incluindo casos envolvendo suspeitos e situações relacionadas a agentes de segurança. Até o momento, as armas não foram localizadas.

A Polícia Civil informou que a Corregedoria instaurou inquérito e procedimento administrativo preliminar para apurar as circunstâncias do desaparecimento. Também foram solicitadas perícias técnicas, análise dos livros de controle obrigatórios e a oitiva de policiais que tinham acesso ao local onde o material era mantido.

As investigações tramitam sob sigilo. A Secretaria da Segurança Pública comunicou que as medidas adotadas buscam identificar eventuais responsabilidades e esclarecer o destino do armamento furtado.

O caso veio à tona após a própria delegacia registrar boletim de ocorrência relatando a ausência das armas no cofre.

Embora o documento inicial mencione 52 itens, a quantidade exata ainda depende de conferência detalhada. Um inventário completo está em andamento para verificar o total de armas sob custódia da unidade e identificar possíveis inconsistências.

Armamentos desaparecidos

Entre os armamentos desaparecidos há pistolas e revólveres em condições de uso, incluindo calibres .38 e .40.

A Corregedoria apura se houve falhas em vistorias periódicas e por que a ausência das armas não foi detectada anteriormente.

Um dos episódios que reforçaram as suspeitas ocorreu no ano passado, quando uma pistola apreendida em um crime recente foi identificada como sendo a mesma que já havia sido recolhida em 2017 e que deveria permanecer sob guarda da delegacia. A situação levantou a hipótese de desvio do material.

O acesso ao cofre é restrito a policiais lotados na unidade. Mais de 20 agentes que poderiam ter tido contato com o armamento estão sendo ouvidos no âmbito da investigação, parte deles já prestou depoimento.

As armas permanecem armazenadas porque ainda seriam submetidas a exames da Polícia Técnico-Científica, incluindo testes balísticos destinados a instruir inquéritos e ações.

Santo André firma parceria com ONU-Habitat para reurbanização

Projeto de R\$ 2,5 milhões prevê urbanização de assentamentos e diálogo

A Prefeitura de Santo André firmou um acordo de cooperação com a ONU (Organização das Nações Unidas), por meio do programa ONU-Habitat, para implementar ações de reurbanização na região do bairro Centreville. O projeto integra o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Periferia Viva, anunciado em setembro de 2025, voltado à requalificação de áreas de assentamentos precários.

Objetivo do projeto

De acordo com informações da administração municipal, a iniciativa busca consolidar Santo André como referência em políticas urbanas integradas, participativas e alinhadas a padrões internacionais. A presença da ONU-Habitat será permanente, com sede no Posto Territorial Nova Centreville, já implantado, e atuação conjunta com equipes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e representantes da sociedade civil. O objetivo é garantir diálogo direto com a comunidade e efetivação das intervenções previstas.

Investimento e prazo

O investimento total previsto para o projeto é de R\$ 2.519.444,61, com recursos complementares do FMH (Fundo Municipal de Habitação). A Prefeitura estima que os trabalhos sejam concluídos em até 14 meses, com início das atividades previsto para 60 dias após a assinatura do acordo. A ONU-Habitat já



Alex Cavanha/PSA

Posto Territorial Nova Centreville será base para acompanhamento das intervenções no local

iniciou o processo de contratação de equipe técnica especializada para atuação no território.

Contexto nacional

O acordo se insere no contexto do Novo PAC, lançado pelo Governo Federal em 2024, com foco na urbanização de favelas e na melhoria da infraestrutura em comunidades vulneráveis. Em consonância com essa diretriz, Santo André apresentou ao programa Periferia Viva uma proposta para urbanizar integralmente os assentamentos precários e requalificar espaços públicos estra-

tégicos nos bairros Centreville, Vila Guarani e Parque Marajoara.

Ações previstas

Além das intervenções físicas, o projeto prevê ações abrangentes de desenvolvimento urbano, incluindo melhorias de infraestrutura, requalificação de áreas públicas, regularização fundiária e soluções habitacionais para famílias que precisem ser realocadas por questões de segurança ou para viabilização das obras. A Prefeitura afirma que todas as medidas serão conduzidas com garantia de participação plena e respeito aos

direitos dos moradores.

Segundo a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marília Camargo, a escolha do ONU-Habitat como parceiro estratégico se baseou na experiência da organização na urbanização de assentamentos informais em Minas Gerais e na implementação dos projetos Periferia Viva em São Gonçalo e no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. “A presença da ONU-Habitat permitirá conduzir o processo de forma participativa, garantindo que as intervenções sejam planejadas em diálogo com a comunidade

e seguindo boas práticas internacionais”, afirmou ela.

A iniciativa também prevê que os trabalhos incluam levantamento socioeconômico das famílias da região, identificação de necessidades habitacionais e monitoramento das obras em tempo real, possibilitando ajustes conforme a evolução das intervenções. O programa pretende ainda gerar oportunidades de emprego e qualificação para moradores locais durante a execução das obras.

Impacto esperado

A Prefeitura ressalta que o acordo com a ONU-Habitat representa um passo significativo na implementação de políticas urbanas sustentáveis, com foco na redução das desigualdades territoriais e na melhoria da qualidade de vida da população. O projeto pretende servir como modelo para outras cidades da região metropolitana do ABC, alinhando os objetivos locais às diretrizes nacionais de desenvolvimento urbano sustentável.

Transformação do bairro

A expectativa do município é que, ao final das intervenções, o bairro Centreville apresente melhorias visíveis em infraestrutura, saneamento básico, mobilidade urbana e espaços públicos, promovendo integração social e valorização da região. A Prefeitura reforçou que o acompanhamento será contínuo, com transparência e prestação de contas periódicas à população.

Polícia descobre cemitério ilegal em Embu das Artes

Divulgação/Governo de SP

A Polícia Militar localizou um cemitério clandestino nesta terça-feira (25), em Embu das Artes, na Grande São Paulo, após perseguição que terminou com a prisão de um homem apontado como integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC). Ao todo, quatro corpos foram encontrados, sendo um deles no porta-malas de um veículo furtado.

Policiais do 16º Batalhão tentaram abordar um carro com placas adulteradas durante patrulhamento de rotina. O motorista desobedeceu à ordem de parada e fugiu por cerca de 10 quilômetros. Após cerco, o suspeito, identificado como João Carlos Vila Boas Teodoro, abandonou o veículo e tentou escapar a pé ao pular o muro de uma unidade escolar, mas foi detido.

Na vistoria do automóvel, os agentes localizaram o corpo de um homem no porta-malas. De acordo



PM atua em ocorrência que resultou na localização da área

com a PM, o suspeito confessou que realizava o transporte da vítima. A partir de dados de localização do celular dele, as equipes chegaram a uma área de mata próxima ao Rodoanel.

No local, foram encontradas covas rasas e ferramentas de esca-

vação. Em buscas na região, outros três corpos foram localizados enterrados. A Polícia Civil acompanha o caso e aguarda laudos do Instituto Médico Legal para identificar as vítimas e esclarecer as causas das mortes. O suspeito permanece preso e à disposição da Justiça.

Quarta do Emprego terá estreia em Cotia

A Prefeitura de Cotia, por meio da Secretaria de Trabalho e Renda, promove no dia 4 de março a primeira edição da Quarta do Emprego 2026. O evento ocorre das 8h às 15h no Centro Administrativo de Cotia (CAC), localizado na rua Jorge Caixe, 306-A, no Jardim Nomura.

A iniciativa integra o calendário estratégico de empregabilidade do município e busca ampliar o acesso da população às oportunidades de trabalho, aproximando empresas e candidatos. Segundo o secretário de Trabalho e Renda, Michel dos Santos Alves, ao longo do ano estão previstos ao menos quatro Feirões do Emprego, além de ações menores voltadas ao atendimento qualificado dos munícipes e ao fortalecimento do recrutamento pelas empresas participantes. As Quartas do Emprego serão realizadas em locais estratégicos da cidade, com foco

na agilidade do atendimento e no direcionamento para vagas específicas. A proposta busca também distribuir as ações ao longo do calendário municipal, evitando a concentração de eventos aos sábados e ampliando o alcance das oportunidades para diferentes regiões e públicos.

O programa foi estruturado para oferecer serviços que vão além da disponibilização de vagas. Entre os objetivos estão o suporte a quem busca recolocação no mercado, orientação profissional e fortalecimento da interação entre empresas e candidatos, fomentando a empregabilidade local de forma contínua e planejada.

Segundo a Secretaria de Trabalho e Renda, as ações têm caráter permanente e refletem o compromisso da administração municipal em criar condições para que mais moradores de Cotia tenham acesso a oportunidades.

Divulgação/INB



Cadastro reserva contempla cargos de níveis médio, técnico e superior

Novo concurso da INB tem banca contratada

Vagas serão para quatro cidades do país, incluindo Resende

O edital do novo concurso da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) pode ser publicado a qualquer momento. A empresa já assinou contrato com a banca organizadora, que será a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O nome da instituição havia sido anunciado em 29 de dezembro, e o termo de referência antecipa detalhes sobre cargos e etapas da seleção.

O certame será destinado à formação de cadastro reserva para cargos de níveis médio e superior, com lotação nas cidades de Rio de Janeiro (RJ), Resende (RJ), Caetité (BA) e Caldas (MG). A publicação do edital é o próximo passo formal do processo e deve detalhar prazos de inscrição, valores de taxa, conteúdo programático e critérios de classificação.

Entre os cargos de nível superior estão advogado, analista de comércio exterior, assistente social, biólogo, engenheiros de diversas especialidades (ambiental, civil, controle e automação, produção, segurança do trabalho, eletricitista, mecânico, nuclear e químico), físico, geólogo, médico do trabalho e químico.

Para o nível médio e técnico, as oportunidades incluem funções como inspetor de guarda, operador de processos, técnico em eletrônica, eletrotécnica, geologia, instrumentação, logística, mecânica, metalurgia, metrologia, mineração, química, radioproteção e segurança do trabalho, entre outras.

As vagas serão distribuídas



Freepik

Último concurso da INB ocorreu em 2018

conforme a necessidade da empresa em cada unidade. O cargo de engenheiro nuclear, terá lotação exclusiva em Resende. Já o de geólogo contará com vagas apenas em Caetité.

Como serão as provas

De acordo com o termo de referência, os candidatos de nível médio farão prova objetiva com 46 questões, divididas entre conhecimentos específicos (20 questões, valendo 60 pontos), língua portuguesa (16 questões, valendo 48 pontos) e conhecimentos de normas (10 questões, valendo 10 pontos).

Para os cargos de nível superior, a prova objetiva terá 56 questões: conhecimentos específicos (20 questões, 60 pontos), língua portuguesa (16 questões, 48 pontos), língua inglesa (10 questões, 10 pontos) e conhecimentos de normas (10 questões, 10 pontos).

Também está prevista prova

prática para o cargo de inspetor de guarda. O termo de referência não menciona, até o momento, outras fases além das já indicadas, o que poderá ser confirmado no edital.

Último concurso foi em 2018

A última seleção da INB foi realizada em 2018, também para formação de cadastro reserva. Na ocasião, a banca organizadora foi a Gestão de Concursos.

Foram oferecidas oportunidades para cargos de níveis médio, técnico e superior, incluindo funções como ajustador mecânico, almoxarife, assistente de administração, operador de processos, técnico em diversas áreas e engenheiros de múltiplas especialidades, além de cargos como administrador, advogado, contador, economista, enfermeiro do trabalho, psicólogo e químico.

A seleção contou com pro-

vas objetivas e avaliação física para o cargo de inspetor de guarda. As lotações ocorreram nas mesmas cidades previstas para o novo concurso: Rio de Janeiro, Resende, Caetité e Caldas.

Sobre a INB

Empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a INB atua, em nome da União, no monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares no Brasil. A estatal é responsável por etapas do chamado ciclo do combustível nuclear, que envolve desde a mineração do urânio até o beneficiamento, enriquecimento e fabricação do combustível utilizado nas usinas nucleares brasileiras.

Além da produção, a empresa também executa serviços de engenharia relacionados ao combustível nuclear e fabrica componentes dos elementos combustíveis.

As atividades da INB são licenciadas e fiscalizadas pela Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A produção ainda é supervisionada pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), que realiza inspeções regulares na Fábrica de Combustível Nuclear. As informações são do site JC Concursos.

Stellantis abre vagas para o Programa Formare

A Stellantis está com inscrições abertas para a turma de 2026 do Programa Formare, voltado à qualificação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade econômica e social, na cidade de Porto Real. São oferecidas 20 vagas para o curso gratuito de Assistente de Operações Automotivas Industriais. As inscrições podem ser feitas até o dia 5 de março, por meio do site da Fundação Iochpe. A iniciativa é realizada em parceria com a Fundação Iochpe e a AVSI Brasil.

Para participar do processo seletivo, os candidatos devem ter nascido entre 2006 e 2008, estar cursando ou ter concluído o ensino médio em escola pública e possuir renda familiar de até um salário-mínimo por pessoa. Também é necessário residir em Porto Real ou municípios próximos e não ter participado anteriormente de cursos profissionalizantes.

O curso terá duração de nove meses, com carga horária total de 900 horas. As aulas serão realizadas presencialmente nas instalações da Stellantis, em Porto Real. A formação reúne conteúdos técnicos e comportamentais, incluindo processos produtivos, montagem automotiva, qualidade, manutenção industrial e informática aplicada.

Também fazem parte da grade temas como comunicação, criatividade e inteligência artificial, além de atividades práticas voltadas ao ambiente industrial. A proposta é proporcionar contato direto com rotinas e procedimentos do setor automotivo.

Durante o período de formação, os participantes selecionados receberão bolsa-auxílio e terão acesso a benefícios como alimentação, transporte, uniforme, material didático, assistência médica ambulatorial e seguro de vida.

O Programa Formare conta com a participação de colaboradores da empresa como educadores voluntários. Em Porto Real, a iniciativa é desenvolvida desde 2008. De acordo com a organização, mais de 200 jovens já foram qualificados ao longo desse período. O público-alvo principal são estudantes de 17 e 18 anos residentes na região, que buscam o primeiro contato com a formação profissional na área industrial.

Leonardo Boff*

A hospitalidade: contra a expulsão por Trump dos imigrantes nos EUA

A violência com que o governo de Donald Trump está aplicando a imigrantes estrangeiros indocumentados,caçando-os nas ruas,nas escolas, nas fábricas e até nas igreja,nos faz refletir sobre a hospitalidade.A Terra é um bem comum da humanidade. Em princípio todos poderiam se movimentar dentro dela com o direito de serem hospedados pelos semelhantes e estes com o dever de hospedá-los,pois, todos são iguais e cidadãos da única Casa Comum. Mas isso não acontece.

Servimo-nos de um dos mais belos mitos da cultura grega, transmitido para a posteridade pelo poeta romano Ovídio(43-37 d.C) em sua Metamorfoses, que consagra a alta virtude da hospitalide.

“Certa vez Júpiter, pai-criador do céu e da terra e seu filho Hermes, princípio de toda comunicação - donde vem a palavra hermenêutica - resolveram disfarçar-se de pobres. Decidiram vir ao reino dos mortais para ver como ia a criação que haviam posto em marcha. Júpiter depôs toda sua glória e Hermes desfêz-se das duas asas, seu símbolo maior.

Passaram por muitas terras e encontraram muita gente. Pediam ajuda a uns e a outros. Ningué m lhes estendia a mão. Recebiam maus tratos e ouviram palavras ofensivas. Várias vezes foram afastados das portas com violência. Muitos sequer os olhavam. Era o que mais lhes doía: não serem sequer olhados, como se fossem cães lazarentos.Por isso, passaram fome e toda sorte de privações.

Depois de sentirem-se alijados por todos, o que mais desejavam era água fresca para beber, um prato de comida quente, aliviar os pés com água morna e uma cama para repousar os corpos. Sonhavam com a hospitalidade mínima!

Até que um dia, chegaram à Frígia, província das mais longinquas e pobres do império romano, lugar para onde eram desterrados rebeldes e criminosos. Ai vivia um casal muito pobre. Ele se chamava Filêmon, em grego, “amigo e amável” e ela Báucis, “delicada e terna”.

Sobre uma pequena elevação construíram sua choupana, rústica, porém, muito limpa. Foi lá que, ainda jovens, uniram seus corações. O intenso amor tornava leve a pena. Viviam em grande paz e harmonia pois um auxiliava sempre o outro. Quem mandava era tambem quem obedecia. Estavam já velhinhos, cansados de trabalhos e de dias.

Eis que chegaram à choupana, Júpiter e Hermes, disfarçados de pobres mortais. Bateram à porta. Qual não foi a supresa deles quando o bom velhinho Filêmon, sorridente, apareceu à porta e sem muito reparar foi logo dizendo:

Forasteiros, vocês devem estar muito cansados e com fome. Venham, entrem em nossa casa. É pobre, mas está pronta para hospedá-los.

Os imortais tiveram que abaixar-se para entrar. Dentro sentiram a boa irradiação da hospitalidade. Báucis, a “delicada e terna”,logo se apressou em lhes oferecer duas cadeiras, na verdade, dois tamboretes de madeira rústicos. E foi buscar água fresca da fonte, atrás da choupana.

Filêmon, por sua vez, começou a reanimar o fogo, quase apagado.Tomou raminhos finos e pedaços de lenha maiores, os colocou por sobre as brasas ardentes e ajeitou a panela com água para aquecer. Dentro de pouco a água já estava morna.

Báucis com seu avental remendado começou a lavar os pés de Júpiter e de Hermes, jogando água morna pelas pernas até perto do joelho para que se aliviassem de verdade.

Filêmon foi à horta atrás da choupana e colheu algumas folhas e legumes, enquanto Báucis tirava do alto, onde estava pendurado numa vara, o último pedaço de toucinho que restara. Estavam até pensando em sacrificar o único ganzo que tinham, aquele que guardava a pobre choupana. Mas os imortais o impediram com determinação. Seus olhos, entretanto, se comoveram às lágrimas.

Numa antiga panela de barro, cozinharam os legumes com o toucinho. Um cheiro bom de comida caseira se espalhava pela choupana.

Báucis tomou do azeite turvo e grosso que eles mesmos faziam, e o deitou por sobre a sopa. Grandes olhos de azeite espreitavam na superfície. Depois que tirou a panela, tomou alguns ovos e os meteu sob a cinza quente. Filêmon se lembrou do vinho que jazia numa vasilha empoierada no canto da casa, guardado como remédio. Haviam sobrado ainda ainda alguns pedaços de pão do dia anterior. Aqueceram-nos na borda do fogão.

A hospitalidade e a aura benfazeja do lugar fez esquecer a demora. E de repente tudo estava sobre a mesa em pratos limpos.

“Queridos hóspedes, vamos comer, pois vocês

o merecem depois de tantas canseiras. Perdoem simplicidade e a pobreza da cozinha”.

E para não constrangê-los, Báucis e Filêmon, embora tivessem já comido, sentaram-se também à mesa para cear com eles.

Em seguida, Báucis e Filêmon se levantaram, tiraram nozes, figos secos e tâmaras de um bau, suporte dos pratos e das velas, e os serviram como sobremesa.

Por fim, os dois velhinhos ofereceram sua própria cama, a única que havia na choupana, para dormirem. Juntos puseram-se logo a arrumá-la. Colocaram lençóis limpos, embora visivelmente gastos. Estenderam por sobre o leito um velho tapete que guardavam para as festas. Júpiter e Hermes não se aguentavam de comoção. Lágrimas brotaram em seus olhos.

Instados a recolher-se, Júpiter e Hermes se dirigiram para a cama. Eis senão quando, sobreveio grande e inesperada tempestade. Raios e trovões iluminaram a choupa e ribombavam pelo vale afora. Num instante as águas subiram ameaçando pessoas e animais.

Desculpando-se junto aos visitantes Báucis e Filêmon se levantaram apressados para ir socorrer os vizinhos.

Foi então que ocorreu a grande metamorfose. Repentinamente a tempestade cessou. E num abrir e fechar de olhos a choupana foi transformada num luzidio templo de mármore. Colunas em estilo jônico enfeitavam a entrada. O teto de ouro reluzia como o sol recém saído das nuvens. Júpiter e Hermes finalmente mostraram quem eram, divindades no pleno esplendor de sua glória.

Filêmon e Báucis ficaram estarecidos, cheios de alegria e ao mesmo tempo de temor reverencial. Puseram-se de joelhos, inclinando a cabeça até o solo em sinal de adoração.

Júpiter, senhor do céu e da terra, do sol e dos ventos, depois de ter aplacado a tempestade, bondosamente, disse:

-”Amigo e amável” Filêmon, “delicada e terna” Báucis, façam um pedido que eu, Jupiter, em agradecimento, quero atender.

Baucis inclinou-se para Filêmon e colocou a cabeça encanecida sobre seu peito. E, como se tivessem previamente combinado, disseram

unissonamente:

-O nosso desejo é de servir-vos nesse templo por todo o tempo que nos resta de vida.

E Hermes acrescentou:

-Eu também quero que façam um pedido em agradecimento pela hospitalidade.

E eles, novamente, como se tivessem combinado sussuraram conjuntamente:

-Depois de tão longo amor e tanta concórdia, gostaríamos de morrer juntos. Assim não precisaríamos cuidar da sepultura de um e do outro.

Seus votos foram ouvidos e receberam a promessa de cumprimento.

De fato, Filêmon e Báucis, os esposos hospitaleiros, serviram por muitos anos no templo, pelo tempo em que durou sua respiração.

Certo dia, sentados à tardinha no átrio, recordavam a história do lugar, de como, sem saber, hospedaram os deuses em sua choupana. Nesse momento Filêmon viu que o corpo de Báucis se revestia de ramos e flores, da cabeça aos pés. E Báucis viu também que o corpo de Filêmon se cobria todo de folhagens verdes. Mal puderam balbuciar juntos o derradeiro adeus porque se completou a grande metamorfose: Filêmon foi transformado num enorme carvalho e Báucis numa frondosa tília. Suas copas e galhos se entrelaçaram no alto. E assim abraçados ficaram unidos para sempre”.

Quem passar por aquela região da Frígia, atualmente a Turquia, ainda hoje ouvirá esta fantástica história contada de geração em geração. Poderão ver as duas árvores centenárias, lado a lado, com as copas e os galhos entrelaçados. Elas lembram o amor de Filêmon e de Baucis, esse casal hospitaleiro e a metamorfose que conheceram por causa de sua hospitalidade.

E os mais velhos repetem a lição até os dias atuais: quem hospeda o peregrino, o estrangeiro, o migrante, o refugiado e o pobre hospeda anonimamente a Deus.

***Leonardo Boff escreve para a revista LIBERTA do ICL (<https://www.revistaliberta.com.br>); escreveu também Virtudes de um mundo possível: hospitalidade: direito/dever de todos,Vozes 2005 (site: www.leonardoboff.org)**

Ives Gandra*

Por um Código de Ética para o STF

Volto a comentar com os amigos leitores a posição do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) em relação ao Supremo Tribunal Federal. Estamos defendendo um código de ética para a Corte, além de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de transparência a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Por meio dessa proposta, buscamos a publicidade de tudo o que acontece no Supremo, sem sigilos indefinidos; que as audiências sejam todas públicas — sem amesquinhar o papel dos advogados nas chamadas sessões virtuais — e, por fim, que os despachos proferidos monocraticamente sejam julgados, já na sessão ou semana seguinte, pelo plenário ou pela turma correspondente.

Evidentemente, essa PEC não é um ataque aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, o que, aliás, nunca fiz, sempre me opondo a tal postura. O objetivo é que voltemos a ter um Supremo com respeitabilidade nacional, para que se perceba, efetivamente, que sua função é ser guardião da Constituição, não um legislador positivo ou um administrador ad hoc.

Assim, o que o Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) — a Casa paulista do jurista, que congrega mais de mil juristas de diversos Estados e é palco de debates sobre as grandes questões nacionais desde 1874 — está propondo, em nome de sua tradição, é uma solução efetiva para a atual crise de credibilidade da Suprema Corte.

É necessário que nossos atuais Ministros — que são ótimos juristas e cuja qualidade reconhecço, tendo com muitos deles livros escritos e participado de bancas de doutoramento — atuem para que a Suprema Corte volte a ser o que era na época daqueles magistrados que a tornaram a instituição mais respeitável do Brasil.

Portanto, reitero que não estamos fazendo nenhum ataque ao Supremo, mas sim agindo em defesa da Instituição, de modo que os Ministros percebam a necessidade de a Corte retomar o prestígio e a confiança que sempre a caracterizaram.

Nessa esteira, sou contrário ao impeachment de Ministros do Supremo Tribunal Federal. Defendo, contudo, que eles voltem a atuar estritamente como julgadores, e não como atores políticos, despojando-se de preferências ideológicas para decidirem exclusivamente à luz de um Direito que não lhes cabe criar.

Significa dizer que não compete ao STF declarar que o Poder Legislativo é incapaz de exercer sua função para, a partir de então, assumir a tarefa de elaborar a lei. É imperativo que respeite as competências dos demais Poderes, ainda que discorde de suas decisões.

Nesse sentido, destaco um julgamento específico que me impressionou profundamente pela sua relevância e desdobramentos. Já sob a égide da Constituição de 1988, discutia-se a demarcação de

uma faixa de fronteira entre os Estados do Acre e de Rondônia, tendo por relator do processo o Ministro José Néri da Silveira. Naquela ocasião, fui consultado pelo governo de Rondônia para elaborar um parecer sobre a questão.

Manifestei-me favoravelmente à tese de Rondônia, com base no artigo do Ato das Disposições Transitórias, que resultara de um acordo prévio firmado entre Amazonas, Acre e Rondônia, estabelecendo que aquele território deveria ser destinado a Rondônia, por força da delimitação de uma Comissão para isto designada.

Já o Ministro Néri entendia que a área deveria permanecer com o Acre, sob o argumento de que, à data da promulgação da Constituição, a região estava sob seu domínio.

Contudo, diante da referida previsão constitucional, o Ministro José Néri manifestou-se da seguinte forma: embora mantivesse sua convicção pessoal a favor do Acre, decidiu em conformidade com o meu parecer, o qual transcreveu integralmente em sua decisão. Declarou-se, naquele momento, um ‘escravo da Constituição’, decidindo em favor do Estado de Rondônia, apesar de entender que seria mais justo o território continuar com o Acre.

Ou seja, mesmo possuindo uma posição pessoal distinta, preferiu cumprir o texto constitucional do que reescrevê-lo. É exatamente essa a postura que,

em minha opinião, o Supremo Tribunal Federal deveria adotar de forma permanente. O Ministro José Néri foi, sem dúvida, um exemplo de integridade moral e intelectual na Suprema Corte e uma das figuras mais notáveis daquele tribunal.

Portanto, o público leitor há de compreender que, ao defender a posição do IASP e das entidades coirmãs (OAB/SP, AASP, Conselho Superior de Direito da Fecomercio/SP, entre outras), não me manifesto contra os Ministros — a quem respeito —, mas contra decisões com as quais não concordo por não estarem baseadas na Constituição.

***Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifco, UniFMU, do Cice/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).**

CORREIO POLÍTICO

Jefferson Rudy/Agência Senado



Amin não esconde sua insatisfação com o rumo eleitoral

Amim: “Sou Bolsonaro, por enquanto”

O Correio Político encontrou o senador Esperidião Amin (PP) na tarde de quarta-feira (25) no cafezinho do Senado. E perguntou a ele como se resolveria a composição da chapa da direita em Santa Catarina. Amim foi enigmático: “Vai se resolver pelo voto”. A coluna insistiu, e Amin esclareceu o que quis dizer. “Significa que serei candidato a senador em qualquer hipótese. E vai caber ao eleitor decidir quem irá querer”. Nova insistência da coluna: “Na chapa do governador Jorginho Mello [PL] ou não”. Amin respondeu: “Foi o que acabei de dizer pessoalmente a ele”. Jorginho Mello esteve com Amin na manhã de quarta. E Amin disse a ele sobre sua determinação. Segue o racha à direita no estado mais conservador do país.

Alto grau de insatisfação

O alto grau de insatisfação de Amin veio em seguida com nova frase enigmática: “Sou Bolsonaro, por enquanto”. Daí para frente o senador não quis prosseguir. “Ponto final”, disse ele. Mas o recado era claro. Amin ainda esperava que Jorginho Mello cumprisse o compromisso feito com ele de tê-lo como um dos candidatos a senador na sua chapa. Mas sabe que é o ex-presidente Jair Bolsonaro quem hoje o veta em Santa Catarina.

Reprodução/Vídeo



Flávio e o PL de Santa Catarina: chapa pura

Chapa pura fechada em seguida

A insatisfação de Amin certamente aumentou pouco tempo depois. Porque no final da tarde, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato à Presidência, anunciou que a chapa em Santa Catarina será mesmo cem por cento pura do PL. Do seu lado, estavam Jorginho Mello, seu irmão, Carlos Bolsonaro e a deputada federal Caroline de Toni. Todos os três do PL. Atrás deles, referendando tudo, o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, que vinha tentando costurar um espaço na chapa para Amin, pressionado pelo presidente do PP, Ciro Nogueira (PI).

Caminhos alternativos discutidos

Assim, os grupos que hoje estão escanteados vão buscando caminhos alternativos. Amim abriu duas possibilidades de conversa. Pode se unir ao prefeito de Chapecó, João Rodrigues (PSD), que quer sair candidato a governador. Uma outra hipótese estaria sendo costurada: o ex-governador Raimundo Colombo trocar o PSD, onde hoje é filiado, pelo MDB.

POR
RUDOLFO LAGO

MDB

Além de Amin, a chapa pura do PL também fez Jorginho Mello quebrar um compromisso com o MDB. Seu candidato a vice seria Carlos Chiodini, do MDB. Assim, um dia depois de costurar uma chapa ampla no Rio de Janeiro, Flávio alinha-se a uma outra totalmente limitada em Santa Catarina.

Empate

A chapa restrita em Santa Catarina é fechada no mesmo dia em que a pesquisa Atlas/Bloomberg consolida Flávio Bolsonaro como o nome mais competitivo na disputa presidencial com Luiz Inácio Lula da Silva, num empate com o atual presidente num eventual segundo turno: 46,3% para Flávio, 46,2% para Lula.

Rejeições

A Atlas/Bloomberg monta um cenário curioso para a disputa. Os dois nomes que lideram, Lula e Flávio, são também os que têm a maior rejeição. A de Lula é maior que a de Flávio. Lula tem 48,6% de rejeição, e Flávio tem 46,4%. Ou seja, quem não vota nos dois é praticamente o mesmo percentual de quem vota.

Voto no não

A definição do resultado eleitoral, assim, se o quadro permanecer sendo esse, será mais pelo “não” do que pelo “sim”. O que definirá o vencedor será menos o voto de eleitores que tem, mas o número de eleitores que, ao analisar o quadro, vão considerar quem é o menos pior entre os dois. No fundo, já foi assim em 2022.

Ampliação

Um quadro, portanto, que deveria significar como recado para os dois principais candidatos na disputa a necessidade de ampliação. Lula precisa de votos além da esquerda tradicional. E Flávio precisa de votos além da extrema-direita que o bolsonarismo representa. Mas esse poderá não ser o caminho seguido por eles.

Sem paz e amor

Ao lançar sua pré-candidatura em Salvador no aniversário do PT antes do Carnaval, Lula decretou o fim do “Lulinha Paz e Amor”. E Flávio, como o Correio Político vem mostrando, oscila entre buscar a ampliação ou manter a direita-raiz que rejeita qualquer conversa. Entre mortos e feridos, veremos quem se salva...



Toffoli entra no alvo de mais uma CPI

Empresa de Toffoli na mira da CPI do Crime

Comissão do Senado aprovou quebra de sigilos da Maridt

Por Beatriz Matos

O Caso Master ganhou mais um capítulo nesta quarta-feira (25) depois de a CPI do Crime Organizado do Senado aprovar a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da Maridt Participações, empresa que tem como sócios o ministro do STF Dias Toffoli e seus irmãos.

O requerimento, apresentado pelo relator Alessandro Vieira (MDB-SE), também solicita ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) o envio de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e determina o acesso a contas, aplicações e dossiê fiscal da companhia. A medida foi aprovada de forma consensual, após tentativa frustrada do governo de barrar a iniciativa.

Na justificativa, o relator afirmou que o objetivo é “desmantelar a complexa rede de influência e lavagem de capitais que orbita em torno do Banco Master e de suas conexões com agentes públicos de cúpula”.

A Maridt integrou o grupo responsável pelo resort Tayayá, em Ribeirão Claro (PR). Segundo o relator, há indícios de conexão entre os sócios da empresa e a Reag Trust, administradora de fundos citados nas investigações.

A Reag foi mencionada em apurações relacionadas à Operação Carbone Oculto, que investigou lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. Em relatório

enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU), o Banco Central (BC) apontou que operações estruturadas entre o Master e fundos administrados pela gestora, entre julho de 2023 e julho de 2024, somaram R\$ 11,5 bilhões.

Toffoli era relator do caso no STF até 12 de fevereiro, quando deixou a condução do processo, hoje sob responsabilidade do ministro André Mendonça.

Vorcaro

Além da quebra de sigilo da Maridt Participações, a CPI do Crime Organizado aprovou a convocação do banqueiro Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master. Quando há convocação, o comparecimento é obrigatório, podendo haver condução coercitiva em caso de ausência injustificada.

Também deverão depor o ex-CEO e sócio da instituição, Augusto Ferreira Lima; o superintendente executivo de Tesouraria, Alberto Félix de Oliveira Neto; o ex-diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia, Luiz Antônio Bull; e o sócio Ângelo Antônio Ribeiro da Silva.

No núcleo empresarial ligado ao ministro do STF Dias Toffoli, foram convocados os irmãos do magistrado, José Carlos Dias Toffoli Cônego e José Eugênio Dias Toffoli, sócios da Maridt, empresa que teria recebido valores vinculados ao Banco Master.

Após oito anos, STF condena réus do caso Marielle Franco

Decisão foi unânime. Após publicação de acórdão, cabe recurso. Relembre crime

Por Gabriela Gallo

Oito anos após a pergunta “Quem mandou matar Marielle?”, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou nesta quarta-feira (25), por unanimidade dos quatro ministros do colegiado, todos os cinco réus envolvidos de planejar o assassinato da vereadora pelo Rio de Janeiro Marielle Franco (Psol) e seu motorista Anderson Gomes, em março de 2018.

Na terça-feira (24), as sessões foram marcadas pelas sustentações orais, tanto da acusação quanto da defesa. Além do cumprimento das penas, também foi determinado que os acusados percam os cargos públicos que exercem, após o trânsito em julgado da condenação, ou seja, após o fim da possibilidade de recursos.

76 anos

As maiores penas foram aplicadas ao ex-deputado federal Chiquinho Brazão e a seu irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) Domingos Brazão, ambos condenados a 76 anos e três meses de prisão. Os irmãos Brazão foram condenados pelos crimes de organização criminosa armada, dois homicídios qualificados e um homicídio qualificado tentado contra Fernanda Chaves, assessora de Marielle que sobreviveu ao atentado, mas teve que fugir do país durante um período.

Em seguida, está o major da polícia militar do Rio de Janeiro, Ronald Alves de Paula, condenado a 56 anos de prisão por duplo homicídio qualificado e uma tentativa de homicídio. O ex-chefe da Polícia Civil do Rio, delegado Rivaldo Barbosa de Araújo, foi condenado a 18 anos de prisão por de obstrução de Justiça e corrupção passiva. Rivaldo também era investigado por duplo homicídio e tentativa de homicídio, mas os ministros do colegiado readequaram os crimes após avaliarem que não haviam provas suficientes de sua participação direta nos assassinatos.

Finalmente, o ex-assessor do Tribunal de Contas do Rio Robson Calixto Fonseca (conhecido como “Peixe”) foi condenado a nove anos de prisão por organização criminosa armada. Todos os condenados estão em prisão em regime inicial fechado, perderam os direitos políticos e, além do cumprimento da pena, também



Gustavo Moreno/STF

Decisão dos quatro ministros da Primeira Turma foi unânime



Rosinei Coutinho/STF

O presidente do STF, Edson Fachin, assistiu ao julgamento

precisam pagar uma indenização de R\$ 7 milhões para as vítimas – sendo R\$ 3 milhões aos familiares de Marielle, R\$ 3 milhões para a família de Anderson e R\$ 1 milhão para Fernanda.

Próximos passos

Ao Correio da Manhã, a sócia do Poli Advogados e Associados Daniela Poli Vlavianos detalhou que os próximos passos do julgamento são a lavratura e a publicação do acórdão, “que consolida os votos dos ministros e fixa, de forma definitiva, os fundamentos da condenação e a dosimetria das penas”. Uma vez publicado o acórdão, “inicia-se o prazo para eventual interposição de recursos internos”.

A reportagem ainda conversou com a professora do curso de Direito de Ibmec Belo Horizonte Carla Silene Lisboa, que detalhou que ainda cabem recursos da defesa dos condenados. “Pode ser um embargo de declarações – caso entendam que há omissão, contradição, obscuridade ou erro, ou mesmo um recurso para tentar que o caso seja julgado pelo plenário do STF”, disse ela.

A advogada de execução Daniela Vlavianos completou que, caso não haja qualquer modifica-

ção do julgado por meio de embargos de declaração, “ocorrerá o trânsito em julgado da condenação, momento em que a decisão se torna definitiva e imutável no âmbito da jurisdição ordinária”.

“A partir daí, inicia-se a fase de execução penal, com a expedição das guias de execução e a definição do regime inicial de cumprimento da pena, nos termos do Código Penal e da Lei de Execução Penal”, destacou a advogada.

“Misoginia e racismo”

Em seu voto, o ministro-relator do caso Alexandre de Moraes citou que o crime foi um exemplo de um caso violência política com misoginia e racismo. “Se juntou a questão política com misoginia, com racismo, com discriminação. Marielle era uma mulher preta, pobre, que estava peitando os interesses de milicianos. Qual o recado mais forte que poderia ser feito? E na cabeça misógina de executores, quem iria ligar pra isso? Uma cabeça de 100 anos, 50 anos atrás: ‘Ah, vamos eliminá-la e isso não terá repercussão’”, reiterou Moraes.

“Quantas Marielles o Brasil permitirá que sejam assassinadas até que se ressuscite a ideia de justiça nesta pátria de tantas indignidades?”, questionou, du-

rante seu voto, a ministra Cármen Lúcia.

Para o Correio da Manhã, o professor de Direito do Ibmec Rio de Janeiro Taiguara Libano, o julgamento do caso foi “extremamente simbólico”. “Não se trata meramente da apuração de um homicídio, se trata de um crime que transcende a violência contra duas pessoas. É um crime bárbaro que tem um claro contorno de violência política, racismo e misoginia. Então, o resultado do julgamento é muito importante, não só para fazer justiça para as vítimas e para as famílias, mas também como uma mensagem clara do Poder Judiciário brasileiro, de não repetição, do extermínio da violência política”, declarou o professor para a reportagem.

Na mesma linha, a advogada Daniela Vlavianos ainda completou que o desfecho do julgamento é de relevância institucional “porque demonstra que a prerrogativa de foro não se confunde com impunidade”. “Ao julgar e condenar os réus por unanimidade, o Supremo reafirma o princípio republicano da igualdade perante a lei e a submissão de todos, inclusive agentes públicos de alto escalão, à jurisdição penal”, reiterou a advogada de execução.

Relembre

Na noite de 14 de março de 2018, Marielle Franco foi assassinada dentro de seu carro com quatro tiros na cabeça. Seu motorista, Anderson Gomes, foi atingido por três dos treze tiros executados contra o veículo da parlamentar. Também estava no carro a assessora Fernanda Chaves, que conseguiu se proteger dos ataques e sobreviveu ao atentado. O atentado foi realizado pelos ex-policiais militares Ronnie Lessa, que atirou, e Élcio de Queiroz, o motorista que dirigiu o carro.

Em 2019, Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz foram presos e confessaram ter cometido o crime. Em 2024, eles foram condenados pelos crimes de duplo homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e recurso que dificultou a defesa das vítimas), tentativa de homicídio contra Fernanda e receptação do carro usado no crime.

Ambos fecharam acordo de delação premiada em 2024 e entregaram os mandantes do assassinato. Lessa disse que recebeu a proposta de ganhar R\$ 25 milhões para cometer o crime. As informações concedidas por Lessa e Queiroz foram apuradas pela Polícia Federal (PF) e pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Os crimes foram motivados por disputas de território no Rio. Domingos e Chiquinho Brazão viram em Marielle Franco uma ameaça nos interesses econômicos e eleitorais dos irmãos, que visavam expandir seus negócios e áreas de influência com apoio de milicianos, através do poder político para aprovar normas voltadas à regularização fundiária em áreas dominadas por milícias e loteamentos clandestinos. Eles se uniram com Rivaldo Barbosa e Ronald Paulo de Alves, que mantinham vínculos com milícias em regiões do Rio, explorando atividades ilícitas como grilagem de terras, extorsão e cobrança de taxas por serviços clandestinos de segurança.

Com isso, a divisão do crime foi: os irmãos Brazão foram os mandantes do assassinato; Ronald Paulo acompanhou o deslocamento da vereadora para informar o local para executar o crime; Robson Calixto Fonseca entregou a arma que matou Marielle e Anderson; e Rivaldo Barbosa interrompeu os avanços das investigações.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Deputado Paulo Azi (União-BR), relator da PEC da escala

Custo do fim da 6x1 é menos da metade dos incentivos

O gasto de até R\$ 267,2 bilhões que, segundo a Confederação Nacional da Indústria, seria gerado com o fim da escala de trabalho 6x1 representa 43,6% dos incentivos fiscais que o país concederá em 2026.

Setores empresariais negociam com o Congresso Nacional a possibilidade de aumentar ainda mais as isenções de impostos — gastos tributários, no jargão oficial — para compensar despesas com a contratação de mais funcionários ou pagamento de horas extras.

O orçamento federal de 2026 prevê que deixarão de ser arrecadados R\$ 612,8 bilhões em impostos — só a Previdência deixará de receber R\$ 97,1 bilhões, 30,6% do déficit do Regime Geral da Previdência Social.

Impostos não pagos

A maior parte das isenções já beneficia pessoas jurídicas, empresas e entidades sem fins lucrativos (entre elas, universidades e hospitais particulares).

Só em isenções do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Receita deixará de arrecadar R\$ 117,8 bilhões este ano.

Pequenas e médias empresas inscritas no Simples pagariam R\$ 34,4 bilhões a mais de IR caso não fossem beneficiadas pelo programa.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados.



Erika Hilton (PsoL-SP) é autora de uma das propostas

Chapéu dos outros

Empresas beneficiadas por incentivos fiscais da Sudene e Sudam deixarão de pagar R\$ 26 bilhões em impostos federais segundo o orçamento de 2026.

Mesmo a população que não trabalha de carteira assinada subsidia o pagamento de assistência médica e odontológica de funcionários de empresas privadas — graças a isso, estas deixarão de recolher R\$ 13,6 bilhões.

O investimento empresarial em informática, automação e inovação tecnológica gerou incentivos fiscais que chegarão a R\$ 14 bilhões.

Agro colhe subsídios

Isenções relacionadas ao PIS-Pasep e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido somam 64 bilhões. Alguns dos subsídios ao agro chegam a R\$ 33 bilhões (o valor inclui benefícios aos que investem em papéis do agro e do mercado imobiliário, mas deixa de fora isenções a produtos da cesta básica). Outra campeã de incentivos é a Zona Franca de Manaus: R\$ 34,8 bilhões.

Desonera e onera

A Previdência representa um capítulo específico e importante dos incentivos fiscais. Renovada no ano passado pelo Congresso, a chamada desoneração de 17 setores da economia fará com que o resto da sociedade banque os R\$ 7,6 bilhões que deixarão de entrar para pagar aposentados e pensionistas.

Déficit

Também instituída pelo Congresso, a diminuição do pagamento à Previdência por parte da maior parte das prefeituras vai deixar um buraco de R\$ 5,5 bilhões. Em troca da exportação de produtos rurais, o agronegócio deixará de entregar R\$ 24 bilhões para o cada vez mais combatido sistema previdenciário.

Compensação

Empresas inscritas no Simples não pagarão R\$ 22,5 bilhões à Previdência; entidades privadas reconhecidas como filantrópicas, R\$ 22,7 bilhões (são dispensadas de quitar a parte patronal; ou seja, a aposentadoria de seus funcionários será parcialmente bancada por empresas que fizeram estes pagamentos).

Bolsa rico

Há também uma espécie de Bolsa Família destinado aos ricos e à classe média, pessoas que podem pagar planos de saúde e escola e médicos particulares. O desconto no Imposto de Renda que beneficia estes brasileiros vai representar R\$ 41,6 bilhões. Com seus impostos, o pobre subsidia o médico e a escola dos que têm grana.

Alerta

Os resultados da pesquisa AtlasIntel que registraram um empate técnico, em um segundo turno, entre o presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ligaram o alerta no Planalto e reforçaram a posição dos que condenaram o apoio do petista ao desfile da Acadêmicos de Niterói.

Os Xs da questão

Há a certeza de que é preciso tentar controlar as decisões tomadas pelo primeiro casal e que erros como o ocorrido no Sambódromo não podem ser repetir. Mas há dois problemas: Lula e Janja. Ele insiste em tomar algumas decisões emocionais, e ela tende a não ouvir ninguém. Foi um custo convencê-la a não desfilar.



Flávio empata com Lula num eventual segundo turno

Flávio chega ao empate no 2º turno e ameaça Lula

Pesquisa mostra senador encostado no presidente

Por Beatriz Matos

A pesquisa AtlasIntel/Bloomberg, realizada entre 19 e 24 de fevereiro, mostra um empate técnico entre o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) em um eventual segundo turno de 2026 — com 46,3% para Flávio e 46,2% para Lula, dentro da margem de erro.

É a primeira vez, nesta série, que o nome do senador encosta a ponto de ultrapassar numericamente o petista na simulação direta. O levantamento ouviu 4.986 respondentes.

O movimento aparece com nitidez na linha do tempo do confronto Lula x Flávio: em dezembro, Lula tinha 53% contra 41% do senador; em janeiro, a vantagem caiu para 49,2% a 44,9%, e agora chega ao 46,2% a 46,3%.

Para o cientista político Eduardo Galvão, diretor da Burson e professor do IbmeC-DF, o quadro combina desgaste de governo e reorganização do outro campo.

“A erosão de três pontos de Lula e o empate técnico com Flávio Bolsonaro no segundo turno parecem resultar de uma combinação de fatores. Há, sim, um desgaste natural de governo, sobretudo quando a avaliação positiva perde intensidade e a desaprovação se mantém elevada. Em contextos assim, o eleitorado tende a testar alternativas competitivas. Ao mes-

mo tempo, há sinais de consolidação do campo bolsonarista em torno de um nome viável. Não se trata necessariamente de uma grande migração ideológica do eleitorado, mas de um realinhamento dentro de blocos já polarizados, com parte do eleitor volátil reagindo mais ao humor econômico e à percepção de desempenho do governo do que a mudanças programáticas profundas.”

Primeiro turno

Lula, porém, lidera todos os cenários de primeiro turno em que aparece.

Para o professor Arthur Wittenberg, do IbmeC Brasília, o empate não se explica apenas por oscilação: “Essa queda de Lula combinada com a alta de Flávio sugere mais do que ruído estatístico: há sinal de desgaste do governo. A desaprovação majoritária e a avaliação negativa do governo criam terreno para voto punitivo. O empate técnico decorre menos de ‘onda nova’ e mais da soma entre custo de governo e consolidação do campo adversário. O índice de aprovação do governo tem caído pela pesquisa.”

Wittenberg observa que o cenário empurra a eleição para o eleitor mediano: “O avanço consistente de Flávio indica sobretudo coordenação do eleitorado bolsonarista em torno de um nome viável. É típico de contextos polarizados.”

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Eliandro Figueira/GP



Apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida

Minha Casa, Minha Vida pode bater 1 milhão de contratos

O ministro das Cidades, Jader Filho, anunciou que o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) deve alcançar 1 milhão de novos contratos em 2026, estabelecendo um recorde histórico para o setor habitacional. Segundo o ministro, desde 2023 já foram investidos mais de R\$ 300 bilhões em habitação, e a expectativa é de expansão contínua. “Estamos criando uma nova etapa de investimentos. A construção civil é estratégica para o país e deve crescer de forma acelerada. Hoje representa 9,6% do PIB, e nossa meta é chegar a 12% até o fim de 2026 e a 20% em dez anos”, afirmou. O anúncio foi recebido com entusiasmo por empresários do setor em Goiânia, que destacam o impacto direto da previsibilidade e do volume de recursos.

Papel de destaque no mercado

Para Marcos Túlio Campos, diretor de Operações da EBM Desenvolvimento Imobiliário, o programa voltou a ocupar papel central no mercado. A EBM prevê lançar quatro empreendimentos enquadrados no MCMV em 2026, o dobro do ano anterior, totalizando cerca de 1,6 mil unidades. “A perspectiva de 1 milhão de contratos é um indicativo de confiança para incorporadoras e consumidores. Isso fortalece toda a cadeia produtiva e gera emprego”.

Irene Mendes/Governo de Rondônia



Decisão foi adotada por causa da possibilidade de mistura

Governo suspende compra de cacau

O Ministério da Agricultura e Pecuária suspendeu temporariamente a importação de cacau da Costa do Marfim, maior produtor mundial da amêndoa. A medida foi publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (24). A suspensão entra em vigor imediatamente e vale para as amêndoas fermentadas e secas.

De acordo com o ministério, a decisão foi adotada por causa da possibilidade de mistura de cacau produzido em países vizinhos à Costa do Marfim nas cargas destinadas ao Brasil, o que eleva o risco de entrada de pragas.

Risco fitossanitário

“A medida fundamenta-se no risco fitossanitário decorrente do elevado fluxo de grãos de países vizinhos para o território marfinense, o que possibilita a mistura de amêndoas nas cargas destinadas ao Brasil”, informa o despacho no DOU.

A pasta determinou apuração de “fatos de triangulação de amêndoas fermentadas e secas de cacau provenientes da República da Costa do Marfim”.

Arrecadação federal

A arrecadação federal somou R\$ 325,7 bilhões em janeiro, o maior valor já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. O resultado representa alta real de 3,56% em relação a janeiro de 2025, já descontada a inflação. Os dados foram divulgados pela Receita Federal, na terça-feira (24).

Legislação

O desempenho foi impulsionado pelo avanço da atividade econômica e por mudanças recentes na legislação tributária. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) arrecadou R\$ 8 bilhões, com crescimento real de 49,05% na comparação anual, refletindo a ampliação da incidência sobre novas operações.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda sobre rendimentos de capital totalizou R\$ 14,68 bilhões, alta real de 32,56%, influenciado por aplicações em renda fixa e pela tributação de Juros sobre Capital Próprio (JCP). O aumento da alíquota do IRRF sobre JCP, de 15% para 17,5%, aprovado no fim de 2025, só terá impacto a partir de abril.

Previdência Social

A arrecadação da Previdência Social alcançou R\$ 63,45 bilhões, com crescimento real de 5,48%, impulsionada pela expansão da massa salarial e pelo aumento das receitas do Simples Nacional. Já Cofins e PIS somaram R\$ 56 bilhões, com alta real de 4,35%, acompanhando o avanço das vendas no comércio e nos serviços.

Apostas online

A tributação sobre apostas online e jogos de azar gerou R\$ 1,5 bilhão em janeiro, ante R\$ 55 milhões no mesmo mês de 2025, um salto de 2.642%, após a regulamentação do setor. Parte das mudanças aprovadas no fim do ano passado ainda depende do prazo de noventa para produzir efeitos.

Receitas de IPI

Em sentido contrário, as receitas de IPI e Imposto de Importação recuaram 14,74% em termos reais, refletindo a queda no volume de importações em dólar e a redução da taxa de câmbio na comparação anual. O resultado reforça o caixa do governo no início do ano e contribui para o cumprimento da meta fiscal.



Cadastro na plataforma é gratuito

Registrato supera 100 milhões de relatórios

Ferramenta do BC permite consultas gratuitas online

Por Martha Imenes

O Banco Central do Brasil informou que o número de relatórios emitidos pelo Registrato superou 100 milhões em fevereiro. O volume considera todo o período desde o lançamento da ferramenta, em 2014.

Plataforma digital gratuita, o Registrato permite que cidadãos e empresas consultem informações registradas em instituições financeiras, como abertura de contas bancárias, cadastro de chaves Pix e contratação de operações de crédito em seu nome — recurso que também auxilia na identificação de possíveis fraudes.

De acordo com o BC, o serviço se consolidou como uma das principais iniciativas de acompanhamento da vida financeira no país, ao concentrar dados em um único ambiente.

Entre os relatórios mais solicitados estão:

- Empréstimos e Financiamentos (SCR): 45,5 milhões de emissões;
- Contas e Relacionamentos (CCS): 23,2 milhões;
- Chaves Pix: 13 milhões.

Consulta

A consulta a empréstimos e financiamentos lidera a demanda, indicando o interesse dos usuários em monitorar dívidas, limites de crédito e contratos firmados com instituições financeiras.

Em nota, o Banco Central destacou que a centralização das informações facilita a organização dos dados e amplia a capacidade dos cidadãos de acompanhar e compreender suas operações no sistema financeiro.

O acesso ao Registrato é gratuito, e as informações são atualizadas, em geral, até o dia 20 do mês seguinte.

Como acessar

- Acesse o portal - vá ao Registrato no site do Banco Central.
- Login Gov.br - use CPF e senha da conta Gov.br (necessário nível prata ou ouro).
- Segurança - é obrigatório ter a autenticação em duas etapas (2FA) habilitada na conta Gov.br.

BC Protege+

O sistema criado pelo Banco Central para impedir fraudes na abertura de contas em instituições financeiras, atingiu a marca de 1 milhão de ativações. Segundo a instituição, o número reflete a crescente adesão de cidadãos e empresas a mecanismos adicionais de proteção para blindar CPF e CNPJ contra tentativas indevidas de abertura de contas correntes, poupança e de pagamento em instituições financeiras.

Disponível no portal Meu BC (bcb.gov.br/meubc), a ferramenta permite que o usuário habilite uma camada extra de segurança, bloqueando a abertura de contas.

Prazo para entrega do informe de rendimentos acaba sábado

Empresas e instituições que não entregarem o documento estarão sujeitas a multa de R\$ 41,43

Por Martha Imenes

Empregadores e instituições financeiras têm até sábado (28) para entregar aos trabalhadores e clientes o informe de rendimentos referente ao ano-base de 2025. O documento é obrigatório para quem vai declarar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026 e reúne todas as informações sobre salários, benefícios e tributos pagos ao longo do ano. A data de início da declaração do IR para os contribuintes ainda não foi divulgada pelo Fisco, especula-se que comece em 16 de março.

Devem entregar o documento: empresas privadas e públicas, Microempreendedores individuais (MEIs) que tenham empregados, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e bancos e corretoras de valores.

Sem esse documento, o con-

tribuinte corre risco de inconsistências na declaração, o que pode resultar em pendências com o Fisco. Os empregadores e instituições que não entregarem o documento no prazo estarão sujeitos a uma multa de R\$ 41,43 por documento.

Fique de olho

- Salário bruto anual
- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)
- Contribuições previdenciárias
- Benefícios como vale-alimentação e vale-refeição
- Outras deduções previstas em lei

Novas regras de isenção

Desde 1º de janeiro de 2026, trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil estão totalmente isentos do imposto. Para rendimentos de até R\$ 7.350, há uma redução gradual da tributação, com descontos maiores para valores próximos ao limite de isenção.



Freepik

Sem o informe, contribuinte ficará em pendência com o Fisco

E se não receber o documento?

Os contribuintes que enfrentarem dificuldades para receber o documento dentro do período estipulado. Se o documento não for entregue, a orientação é procurar diretamente o departamento de Recursos Humanos da empresa para solicitar o informe. Outra alternativa é acessar o Portal do Meu Imposto de Renda (MIR), disponível no e-CAC da Receita Federal, utilizando o login Gov.br.

Caso o informe não esteja disponível no aplicativo Meu Imposto de Renda e a empresa não forneça o documento a tempo, o contribuinte não deve esperar indefinidamente. A entrega da declaração dentro do prazo é obrigatória e o atraso pode gerar multas.

Nessas situações, recomenda-se preencher a declaração com base nos contracheques e demonstrativos mensais já dis-

poníveis, evitando penalidades por atraso.

Normativa de 2026 ainda não saiu

A Receita Federal ainda não publicou a normativa com as regras específicas para o Imposto de Renda 2026. A expectativa é que o período de entrega comece na segunda quinzena de março e se encerre em 29 de maio, último dia útil do mês. Por via das dúvidas, é bom já separar documentos, comprovantes, informes e despesas dedutíveis.

Embora a reforma da renda e a reforma tributária já estejam em vigor, seus efeitos só serão sentidos na declaração do IR 2027 (referente ao ano-base 2026). Na prática, isso significa que o modelo de declaração que os contribuintes precisarão entregar até maio será muito parecido com o do ano passado, sem grandes mudanças estruturais, avaliam especialistas consultados pelo Correio da Manhã.

Governo Central tem superávit de R\$ 86,9 bilhões

O Governo Central – que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou superávit primário de R\$ 86,9 bilhões em janeiro de 2026, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (25) pelo Tesouro Nacional. O resultado supera o saldo positivo de R\$ 85,1 bilhões no mesmo mês de 2025, mas, em termos reais, houve queda de 2,2% após o desconto da inflação.

O desempenho foi impulsionado pelo superávit conjunto de Tesouro e Banco Central, de R\$ 107,5 bilhões, compensado pelo déficit de R\$ 20,6 bilhões da Previdência Social. De acordo com o Tesouro, o resultado refletiu crescimento real de 1,2% na receita líquida (R\$ 3,3 bilhões) e de 2,9% nas despesas totais (R\$ 5,3 bilhões).

Dívida pública

Os juros altos impediram a queda da Dívida Pública Federal (DPF) em janeiro, mesmo com grande vencimento de papéis prefixados. Segundo números divulgados pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,635 trilhões em dezembro para R\$ 8,641 trilhões no mês passado, alta de 0,07%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

Inflação medida pelo IPC-S desacelera em todas as sete capitais pesquisadas

Por Martha Imenes

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) da terceira quadrissemana de fevereiro de 2026 registrou alta de 0,23%, e acumula alta de 3,61% nos últimos 12 meses.

O IPC-S acompanha semanalmente a evolução dos preços ao consumidor em sete capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Em todas elas, o movimento foi de desaceleração em relação às quadrissemanas anteriores, reforçando a tendência de acomodação da inflação no início de 2026.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), responsável pela pesquisa

de preços, o decréscimo mostra o arrefecimento dos preços em diferentes segmentos da economia.

Capitais em destaque

- São Paulo (0,50%): maior taxa de variação, impulsionada principalmente pelo aumento nos preços de curso de ensino fundamental (2,89%).
- Brasília (-0,37%): menor taxa de variação, influenciada pela forte queda no subitem passagem aérea (-13,91%).

Nesta apuração, quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram decréscimo em suas taxas de variação. A maior contribuição para o resultado do IPC-S partiu do grupo Educação, Leitura e Recreação cuja taxa de variação passou de 1,58%, na segunda qua-



Arquivo

Queda no preço da gasolina contribui para aliviar a pressão

drissemana de fevereiro de 2026 para 0,33% na terceira quadrissemana de fevereiro de 2026.

Também registraram decréscimo em suas taxas de variação os grupos: Transportes (0,76% para

0,34%), Alimentação (0,34% para 0,13%) e Habitação (0,39% para 0,34%).

Em contrapartida, segundo o levantamento, os grupos Saúde e Cuidados Pessoais (0,09%

para 0,17%), Vestuário (-0,78% para -0,49%), Despesas Diversas (0,33% para 0,37%) e Comunicação (0,01% para 0,02%) apresentaram avanço em suas taxas de variação.

Segundo especialistas, a queda nos preços de passagens aéreas e combustíveis tem contribuído para aliviar a pressão inflacionária, enquanto itens ligados à educação e alimentação ainda apresentam avanços significativos neste período de volta às aulas e ajustes sazonais.

Renda

O IPC-S mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com renda entre 1 e 33 salários mínimos mensais e funciona como termômetro da inflação no curto prazo.

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES



Servidores farão curso para utilizar as funcionalidades da IA

MGI lança curso de capacitação em IA para gestores públicos

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) lançou o programa de capacitação “IA para Otimização de Processos e Tomada de Decisão para Gestores Públicos”. A iniciativa, desenvolvida em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), já está disponível na Escola Virtual de Governo (EV.G). Voltado a líderes e técnicos da Administração Pública Federal, o curso tem como objetivo modernizar a atuação institucional por meio do uso estratégico de dados e da aplicação de soluções de Inteligência Artificial no setor público. A carga horária total de 71 horas, a formação é estruturada em quatro eixos temáticos, que conduzem os participantes desde os conceitos básicos até aplicações avançadas.

Divisão por módulos

O primeiro módulo trata do diagnóstico de oportunidades, com foco na identificação do potencial de transformação da IA em cada unidade administrativa. Em seguida, o eixo sobre qualidade de dados aborda a análise de viabilidade e a conformidade legal das iniciativa. O terceiro apresenta ferramentas de uso cotidiano. Por fim, o módulo de análise e decisão explora fundamentos de machine learning e técnicas de visualização de dados.

Divulgação/TST



Médico foi demitido por justa causa em Americana

TST valida demissão de servidor

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) validou a demissão por justa causa de um médico da Prefeitura de Americana (SP) que acumulava cargos públicos com horários incompatíveis. A decisão foi proferida pela Primeira Turma da Corte, que considerou regular o processo administrativo disciplinar e enquadrrou a conduta como ato de improbidade. Relator do recurso apresentado pelo município, o ministro Amaury Rodrigues destacou que a Constituição Federal permite a acumulação remunerada de cargos para profissionais de saúde, desde que haja compatibilidade de horários.

Quatro vínculos simultâneos

O médico foi contratado pela Prefeitura de Americana em 1980, sob o regime da CLT, e acabou dispensado em 2015. A exoneração ocorreu após a abertura de processo administrativo com base em denúncia de que ele trabalhava apenas 30 minutos por dia no município e mantinha vínculos simultâneos com a Fundação de Saúde de Americana (Fusame), o Detran e o município de Santa Bárbara d'Oeste.

GM-Rio I

A Prefeitura do Rio publicou o Decreto 57.554, que determina que apenas guardas municipais concursados poderão atuar armados na cidade. A medida também altera a estrutura da Força Municipal, criada dentro da Guarda Municipal para realizar policiamento armado nas ruas, com foco em pequenos delitos.

GM-Rio II

De acordo com o texto, agentes temporários que venham a ser contratados exercerão exclusivamente funções administrativas, sem porte de arma. A decisão foi tomada após a Delegacia de Controle de Armas da Polícia Federal emitir parecer contrário à concessão de porte para esses profissionais.

GM-Rio III

O decreto estabelece que os cargos de chefia da Força Municipal serão ocupados por servidores de carreira. O policiamento ostensivo e o uso de arma de fogo passam a ser atribuições de guardas aprovados em processo seletivo interno. A Corregedoria e a Ouvidoria passam a integrar a estrutura da GM-Rio.

GM-Rio IV

Ao lançar o projeto, o prefeito Eduardo Paes e o vice anunciaram a meta de alcançar até 4.200 agentes armados até 2028, incluindo temporários. No processo seletivo realizado para a tropa — treinada pela Polícia Rodoviária Federal — pouco mais de 600 candidatos foram aprovados. Ainda não há definição sobre a realização de concurso.

Sindilegis I

O Sindilegis vai realizar uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para discutir sobre Quintos do TCU. A reunião ocorrerá no dia 5 de março, a partir das 16h, em formato híbrido. A participação presencial será no Auditório Ministro Arnaldo Prieto, localizado no Anexo III do Tribunal de Contas da União (TCU).

Sindilegis II

Também será possível acompanhar e participar virtualmente da assembleia por meio da plataforma Zoom, pelo link disponibilizado pela entidade: <https://sindilegis.org/agequintostcu>. A assembleia contará ainda com transmissão simultânea pelo canal oficial do Sindilegis no YouTube.



Programa é oferecido pelo MGI em parceria com a Enap

Formação obrigatória para novos servidores

Certificado terá validade de cinco anos e poderá ser aproveitado

Redação

Os servidores que ingressaram no serviço público federal a partir de 2025 passaram a ter a participação obrigatória no Programa de Desenvolvimento Inicial (PDI) como parte do estágio probatório. A medida foi formalizada pelo Decreto nº 12.374/2025 e pela Instrução Normativa SGP/MGI nº 122/2025, que incorporaram a capacitação como etapa indispensável para a aprovação no período avaliativo.

Criado para acelerar a integração dos novos servidores e ampliar a compreensão sobre o funcionamento da administração pública, o PDI reúne conteúdos sobre organização do Estado, princípios do serviço público, políticas públicas e orçamento, entre outros temas estratégicos. O programa é oferecido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), e está disponível na Escola Virtual de Governo (EV.G).

A trilha formativa é estruturada em módulos, com carga horária e conteúdos específicos conforme o nível do cargo. O prazo máximo para conclusão é de 24 meses, contados a partir da entrada em exercício. Pelo menos 50% da carga horária deve ser cumprida nos primeiros 12 meses, período que coincide com o

primeiro ciclo de avaliação do estágio probatório. O restante poderá ser finalizado até o segundo ciclo, aos 24 meses.

Na prática, o servidor não poderá deixar o curso para o fim do estágio, já que a conclusão das atividades é condição obrigatória para a aprovação. O certificado emitido ao final do programa terá validade de cinco anos e poderá ser aproveitado em estágio probatório de outros cargos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Durante o estágio, o servidor deverá ser liberado pela chefia para participar das atividades formativas dentro da jornada de trabalho, como ação de desenvolvimento em serviço, respeitadas as necessidades da unidade. A inscrição, a participação e eventual solicitação de aproveitamento do PDI são de responsabilidade do próprio servidor.

As normas detalhadas do programa — incluindo regras de matrícula, critérios de aproveitamento e aprovação, carga horária e modalidade de ensino — são definidas em regulamento específico da Enap.

Para orientar servidores e gestores sobre o uso da plataforma, o MGI vai promover plantões semanais, às 14h, por meio do link bit.ly/4qn5dkP, com demonstração das principais funcionalidades e esclarecimento de dúvidas, especialmente voltados aos profissionais em estágio probatório.

Projeto autoriza servidores a advogarem fora do expediente

Proposta em análise na Câmara fixa regras para evitar conflito de interesse

Por Martha Imenes

Os servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional estão autorizados a exercer a advocacia, desde que a atividade seja desempenhada fora do horário de expediente e não haja conflito de interesses. O Projeto de Lei 1748/25 está em tramitação na Câmara dos Deputados.

De autoria do deputado Marcos Tavares (PDT-RJ), o texto estabelece que o servidor interessado deverá estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e não poderá ocupar cargos que já estejam entre os casos de incompatibilidade previstos no Estatuto da Advocacia.

Segundo o parlamentar, a iniciativa busca preencher lacunas na legislação e garantir maior segurança jurídica. Ele argumenta que a medida concilia o direito ao livre exercício profissional com os princípios que regem a administração pública. “A valorização do servidor público passa pela garantia de sua autonomia profissional, sem prejuízo de seu compromisso institucional”, afirma.

Atualmente, o Estatuto da Advocacia prevê restrições ao exercício da profissão por ocupantes de determinados cargos públicos. No entanto, de acordo



Câmara dos Deputados

O projeto de lei em tramitação é de autoria do deputado Federal Marcos Tavares (PDT-RJ)

com o autor, a ausência de uma norma geral voltada aos servidores cujas funções não estejam expressamente entre as incompatíveis tem gerado interpretações divergentes.

O projeto determina que o servidor apresente declaração formal de compatibilidade entre a atividade advocatícia e o cargo público, com ciência e manifestação favorável da chefia imediata. Também fica proibida a atuação contra a Fazenda Pública à qual o servidor esteja

vinculado, bem como o uso de informações privilegiadas obtidas em razão do cargo.

A proposta autoriza ainda que servidores que recebem gratificação por dedicação exclusiva possam advogar, desde que renunciem ao benefício, sem prejuízo do vínculo com o serviço público.

O texto também veda a utilização da autorização para captação indevida de clientela ou prática de tráfico de influência, mantendo as restrições previstas

na Constituição Federal e nos estatutos de carreiras jurídicas específicas.

Como é hoje

A possibilidade de servidores públicos exercerem a advocacia depende do cargo ocupado e das restrições previstas na legislação. De modo geral, a atividade é permitida, desde que não haja incompatibilidade legal, conflito de interesses ou prejuízo ao exercício da função pública.

O Estatuto da Advocacia (Lei

8.906/94) estabelece hipóteses específicas em que o exercício da profissão é vedado. É o caso, por exemplo, de magistrados, membros do Ministério Público, delegados de polícia e servidores do Judiciário que atuem diretamente na atividade-fim. Nesses casos, a incompatibilidade é absoluta.

Para os demais servidores, a advocacia pode ser exercida desde que o profissional esteja regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), atue fora do horário de expediente e não advogue contra a Fazenda Pública ou o órgão ao qual esteja vinculado. Também é proibido utilizar informações privilegiadas obtidas em razão do cargo.

Outro ponto de atenção são os cargos que exigem dedicação exclusiva. Nessas situações, o servidor somente poderá advogar se a legislação permitir ou se houver renúncia à gratificação vinculada à exclusividade.

A matéria tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, o projeto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Com informações da Agência Câmara de Notícias

Correios preveem fechar mil agências

Com o objetivo de reduzir os sucessivos déficits, os Correios fizeram um plano de reestruturação da companhia com previsão de fechar 16% das agências da estatal, o que representa cerca de mil das 6 mil unidades próprias em todo o país, e dois Planos de Desligamento Voluntário (PDV) com a expectativa de adesão de até 15 mil empregados públicos neste ano e em 2027.

Outros alvos da direção dos Correios são os planos de saúde e de previdência dos servidores, que devem ter cortes nos aportes feitos pela estatal. “O plano (de saúde) tem que ser completamente revisto e a gente tem que mudar a lógica dele porque hoje ele onera bastante. Ele tem uma cobertura boa para o empregado, mas, ao mesmo tempo, financeiramente insustentável para a empresa”, justificou o presidente da estatal, Emmanoel Rondon.

Com as demissões voluntárias e os cortes de benefícios, os Correios esperam reduzir as despesas com



Joédson Alves/Agência Brasil

Correios pretende abrir um programa de demissão voluntária para dispensar 15 mil funcionários

pessoal em R\$ 2,1 bilhões anuais. Além disso, o plano estima vender imóveis da companhia para gerar R\$ 1,5 bilhão em receita.

Empresa pública

Como a empresa pública tem a obrigação de cobrir todo o território nacional, o presidente da

estatal, destacou que o fechamento dessas agências será realizado sem violar o princípio da universalização do serviço postal.

“Esse plano vai além da recuperação financeira. Ele reafirma os Correios como um ativo estratégico do estado brasileiro, essencial para integrar o território na-

cional, garantir acesso igualitário a serviços logísticos e assegurar eficiência operacional em cada região do país, especialmente onde ninguém mais chega”, disse o presidente dos Correios.

O plano dos Correios prevê ainda cortes de despesas da ordem de R\$ 5 bilhões até 2028.

Crise

Os Correios identificaram déficit estrutural superior a R\$ 4 bilhões anuais, patrimônio líquido negativo de R\$ 10,4 bilhões e prejuízo acumulado de R\$ 6,057 bilhões até setembro de 2025, além da queda acentuada nos indicadores de qualidade e liquidez. Os dados totais de 2025 ainda não foram consolidados.

Em dezembro, os Correios anunciaram a captação de R\$ 12 bilhões em crédito para custear as ações do plano de reestruturação voltado à estabilização emergencial da empresa.

Setor postal

Os Correios enfrentam uma crise financeira que, segundo a direção da companhia, vem desde 2016, motivada pelas mudanças no mercado postal em razão da digitalização das comunicações, que substituiu as cartas, reduzindo a principal fonte de receita.

A estatal também atribui dificuldades financeiras a entrada de novos competidores no comércio eletrônico como um dos motivos da atual crise do setor.

CORREIO NO MUNDO

Office of the Governor/ South Dakota



Noem ainda conta com prestígio de Donald Trump

Chefe de Segurança Interna dos EUA resiste a crise do ICE

À frente do Departamento de Segurança Interna (DHS), Kristi Noem mantém o estilo que agrada a Donald Trump. No governo, o que a credenciou não foi apenas a estética conhecida como “Mar-a-Lago face” - marca registrada das republicanas do governo, com lábios preenchidos, cabelos milimetricamente ondulados e maquiagem pesada -, mas sua lealdade incondicional ao presidente. Depois das mortes de dois americanos em ações truculentas de agentes de imigração que ela chefia, Noem foi apontada como alguém “andando na corda bamba”, com altas chances de perder o cargo. Nada aconteceu. Para especialistas, a fidelidade de Noem ao presidente foi determinante para mantê-la no cargo.

Lealdade a Donald Trump

“Trump gosta do estilo dela em geral e ela é uma apoiadora leal. Ele gosta de manter seus aliados unidos”, afirma Robert Shapiro, professor da Universidade Columbia. Surgiram, porém, sinais de tensão. Após a morte de Alex Pretti, em Minneapolis, Noem disse que o enfermeiro morto a tiros por agentes de fronteira era um terrorista e que havia feito ameaças. A declaração, contudo, foi desmentida por vídeos da cena que mostravam Pretti apenas filmando os agentes.

Tia Dufour/ United States Department of Homeland Security



Kristi Noem é chamada pela imprensa de “Barbie do ICE”

Relação entre as partes se desgasta

Trump também mostrou sinais de desgaste: se reuniu com Noem, demitiu o comandante responsável pela operação especial em Minnesota e, durante uma reunião ministerial, não citou Noem nem pediu sua palavra - algo incomum, dado que ela lidera uma das pastas mais importantes do governo, com grande protagonismo em ações contra imigrantes em situação irregular. Noem ajustou o discurso e disse que, no dia da morte de Pretti, agiu com base nas informações disponíveis para esclarecer o episódio à população. Também anunciou adoção de câmeras corporais nos agentes.

Desafios continuam

Embora a crise com Trump pareça superada, os desafios continuam. Entre crises, recuos táticos e ajustes de rota, Noem segue operando no limite entre o espetáculo e o desgaste, sustentada por uma imagem cuidadosamente construída e por uma lealdade que, ao menos por enquanto, parece valer mais do que as controvérsias que a cercam.

Por Isabella Menon (Folhapress)

Ex-príncipe Andrew

O governo do primeiro-ministro Keir Starmer concordou em divulgar documentos relacionados à nomeação do ex-príncipe Andrew como enviado comercial do Reino Unido, em 2001. A medida ocorre em meio ao crescente escrutínio sobre os laços do irmão mais novo do rei Charles 3º com o criminoso sexual Jeffrey Epstein.

Questionamento

A prisão de Andrew levou alguns parlamentares a questionarem abertamente, durante debate nesta terça na Câmara dos Comuns, se não seria hora de acabar com a convenção que os impede de criticar a família real. Andrew se tornou o primeiro membro da família real britânica a ser preso em mais de três séculos.

Fim de privilégio

Ao menos quatro políticos afirmaram que a proteção à família real no Parlamento deveria acabar. “Essas regras arcaicas ridicularizam nossa democracia”, disse Brendan O’Hara, membro do Partido Nacional Escocês no Parlamento. “Ninguém, independentemente de posição ou privilégio, deve estar acima da lei.”

Cuba abate lancha

O Ministério do Interior de Cuba disse na quarta (25) ter matado quatro pessoas e ferido outras seis que estavam em uma lancha registrada nos EUA que teria atacado a guarda costeira cubana. Segundo o regime em Havana, quando os militares abordaram a embarcação foram recebidos a tiros. O capitão do barco cubano foi atingido.

Não divulgados

O capitão foi retirado do local para tratamento, assim como os seis ocupantes da lancha americana que ficaram feridos no tiroteio. A pasta não divulgou informações sobre a identidade dos mortos e feridos, a não ser para dizer que são estrangeiros, nem sobre o que o barco registrado na Flórida fazia em águas territoriais cubanas.

Emissão de nota

Segundo o regime, a lancha invadiu o território do país na manhã de quarta a uma milha náutica de Cayo Falcones. “Face os desafios que enfrenta, Cuba reafirma seu comprometimento em proteger seu território, baseado no princípio de defesa nacional como pilar fundamental da soberania do Estado cubano”, disse o ministério.



Israel vetou a presença do Médicos Sem Fronteiras em Rafah

ONGs apelam ao Supremo de Israel para atuarem

Organizações visam manter operações na Faixa de Gaza

Dezenas de grupos humanitários afirmaram ter apresentado uma petição ao Supremo Tribunal de Israel para que lhes seja permitido continuar a operar na Faixa de Gaza, alertando para as graves consequências que poderão advir das novas regras que os obrigam a revelar os nomes dos seus funcionários, o que forçaria o encerramento das suas atividades.

Todas as 37 organizações internacionais, incluindo a instituição Médicos Sem Fronteiras e o Conselho Norueguês para Refugiados, teriam que encerrar suas operações em poucos dias depois que Israel ordenou, no final de dezembro, que parassem de trabalhar em Gaza e na Cisjordânia ocupada dentro de 60 dias, a menos que cumprissem novas regras, incluindo o fornecimento de detalhes sobre seus funcionários.

Os grupos de ajuda humanitária afirmam que compartilhar essas informações pode representar risco à segurança. Centenas de trabalhadores humanitários foram mortos ou feridos durante a guerra em Gaza.

Israel afirmou anteriormente que os registros tinham como objetivo evitar o desvio de ajuda por grupos armados palestinos. As agências de ajuda humanitária contestam que tenha havido um desvio substancial de ajuda. O governo israelense não respondeu ao pedido de comentário da Reuters.

A Associação de Agências de Desenvolvimento Internacional e outras 17 ONGs entraram com uma petição conjunta no Supremo

Tribunal de Justiça de Israel no domingo, buscando a suspensão urgente da decisão e alertando para as consequências humanitárias devastadoras se não puderem operar.

A petição pede que o governo israelense remova a exigência de que as organizações humanitárias revelem os nomes dos funcionários e permita que as ONGs que tiveram seus registros suspensos continuem operando nesse interim, disse Yotam Ben-Hillel, advogado israelense que apresentou o recurso. Algumas das 37 organizações que receberam ordem de fechamento operam serviços especializados, como hospitais de campanha, afirmam autoridades.

Um órgão de coordenação liderado pela ONU alertou que as organizações que ainda têm permissão para operar podem atender apenas a uma fração da resposta humanitária necessária na devastada Faixa de Gaza, onde a falta de moradia e a fome continuam generalizadas.

Anne-Claire Yacesh, da ONG Humanity and Inclusion, disse que seus funcionários estrangeiros, que deveriam fornecer educação sobre os riscos de munições não detonadas, tiveram que deixar Gaza na semana passada e que não podem contratar novos funcionários porque o grupo teve seu registro suspenso. Ministros das Relações Exteriores do Brasil, França, Espanha, Turquia e outros países condenaram as decisões israelenses que, segundo eles, introduzem extensões abrangentes ao controle ilegal de Israel sobre a Cisjordânia.

EUA vivem era de ouro, diz Trump em discurso anual ao Congresso

Presidente americano adotou tom eleitoral e nacionalista durante a solenidade

Daniel Torok/ Casa Branca

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse no discurso do Estado da União que o país vive sua era de ouro desde sua volta ao poder, há mais de um ano. Em fala nacionalista e em tom eleitoral, Trump tentou reforçar as conquistas de seu mandato em temas caros à sua base, como imigração e economia.

Este é o primeiro discurso do Estado da União deste mandato de Trump -a solenidade é tradicionalmente realizada por presidentes a partir do segundo ano no cargo. Em março do ano passado, ele discursou na Câmara e, embora o evento se assemelhasse ao Estado da União, a fala não tinha essa designação oficial.

Ao menos nos primeiros trinta minutos do discurso do presidente, que sofre com popularidade em baixa, aliados levantaram, aplaudiram e gritavam ovacionando cada frase do republicano. Durante o início da fala de Trump, com ares de campanha eleitoral, o time masculino de hóquei apareceu e foi, mais uma vez, ovacionado pela plateia -a equipe venceu a medalha de ouro nas Olimpíadas de Inverno na Itália no domingo (22).

Diferentemente do ano passado, quando subiu ao palco do Congresso para um discurso após vencer a eleição com ampla popularidade, Trump agora enfrenta uma nação em que 60% desaprovam a forma como conduz seu governo, segundo pesquisa Washington Post/ABC News/Ipsos.

Ele também é alvo de críticas tanto de opositores quanto de membros do próprio partido pela condução de pautas sensíveis, como imigração. Entre os convidados especiais do presidente estão Erika Kirk, viúva do ativista conservador Charlie Kirk, e o time de hóquei masculino dos EUA, que acaba de vencer a medalha de ouro nas Olimpíadas de Inverno.

Trump começou seu discurso dizendo que herdou um país em ruínas de seu antecessor, Joe Biden, mas que foi capaz de resgatá-lo. “Após apenas um ano, vimos uma transformação sem precedentes. Essa é a era de ouro dos EUA”, disse Trump. “E nunca voltaremos para onde estávamos. Nossa fronteira está segura, nossos inimigos têm medo, e os EUA são respeitados de novo, talvez como nunca antes.”

O republicano se vangloriou de sua campanha de deportação em massa e citou núme-



Trump disse que herdou um país em ruínas de seu antecessor, mas foi capaz de resgatá-lo

ros sem comprovação em uma série de temas, dizendo, por exemplo, que a inflação e o preço dos combustíveis estão em queda; que os números de homicídios estão em mínima histórica; que o mercado de ações quebra recordes de crescimento, assim como a economia; que países estrangeiros se comprometeram a realizar investimentos de 18 trilhões nos EUA.

Trump chamou a Venezuela de um país “amigo e parceiro” ao dizer que o petróleo enviado pelo país já chega ao mercado americano para ser refinado.

O presidente chegou às 21h06 e foi aplaudido pelos presentes, com exceção dos democratas. O deputado democrata Al Green levou uma placa em que diz “negros não são macacos”, em referência ao vídeo racista que Trump postou mostrando o ex-presidente Barack Obama e a ex-primeira dama retratados como macacos.

Republicanos tentaram tirar o cartaz do deputado, mas ele seguiu mostrando a placa. O deputado democrata foi retirado do plenário, da mesma forma que no ano passado, enquanto presentes gritavam USA.

Pouco antes da entrada de Trump, a primeira-dama dos EUA, Melania, foi aplaudida pelos presentes. Logo depois, houve a entrada do primeiro escalão do governo: Marco Ru-

bio (Estado), Pete Hegseth (Defesa), Scott Bessent, (Tesouro) e Pam Bondi (Justiça).

Do lado dos democratas, foram convidadas vítimas de Jeffrey Epstein, financista condenado por abuso sexual e morto na prisão em 2019, além de pessoas que tiveram as vidas atingidas pelo ICE, como a diretora da escola do menino Liam, de cinco anos, que foi detido por agentes federais. Outra pessoa convidada para o evento foi a professora Marimar Martínez, baleada por agentes da agência de proteção das fronteiras dos EUA enquanto protestava contra uma operação em Chicago em outubro de 2025.

A postura mais agressiva em temas como deportações -após a morte de dois americanos por agentes federais --e tarifas tem contribuído para a queda na aprovação geral de Trump. Isso também aumentou a resistência dentro do Legislativo, o que se soma ao clima tenso após a Suprema Corte dos Estados Unidos considerar ilegais as tarifas implementadas pelo presidente.

O revés foi criticado pelo republicano, que atacou os membros da Corte, disse ter vergonha da postura deles e foi questionado sobre a presença dos magistrados no discurso. “Eu não poderia me importar menos se eles vão”, afirmou, em resposta a uma jor-

nalista, durante entrevista na sexta-feira na Casa Branca --o presidente do tribunal, John Roberts, estava presente no discurso.

Nos últimos anos, manifestações de oposição durante o discurso tornaram-se mais frequentes. No ano passado, o deputado Al Green, do Texas, interrompeu a fala de Trump nos primeiros cinco minutos, gritando “você não tem mandato” e foi retirado do plenário. No primeiro mandato de Trump, Nancy Pelosi, então presidente da Câmara, rasgou sua cópia do discurso.

No caso de Joe Biden, que presidiu entre 2020 e 2024, a então deputada Marjorie Taylor Greene gritou contra o democrata enquanto vestia adereços do movimento MAGA (Make America Great Again). Desde aquele episódio, Taylor Greene passou de uma das parlamentares mais próximas de Trump a uma de suas vozes mais críticas, tendo, por fim, renunciado ao cargo de deputada.

Democratas organizam um boicote ao evento: ao menos 20 congressistas afirmaram que não comparecerão ao discurso e planejam, no mesmo horário, um protesto no National Mall, batizado de “People’s State of the Union” (o Estado da União do povo).

Nas justificativas, os políticos afirmam que não podem tratar a atual situação política como normal nem dar a Trump a audiência que ele tanto almeja.

“Eu não vou comparecer ao Estado da União. Nunca perdi um, mas não podemos tratar isso como normal. Não vou dar a ele a audiência que ele anseia para as mentiras que conta”, disse o senador democrata Adam Schiff, alvo de ataques frequentes de Trump.

A deputada Shontel Brown, por Ohio, também defendeu o boicote. “Não podemos tratar isso como um momento normal enquanto nossa democracia está sob ameaça. Não podemos continuar trabalhando normalmente sob um governo que acredita estar acima da lei”, afirmou.

Antes do início do discurso, o canal oficial da Casa Branca no YouTube transmitia uma imagem de inteligência artificial de Trump fazendo o juramento de posse ao lado de uma lista de supostas conquistas do seu mandato no primeiro ano de volta ao poder.

Por Isabella Menon e Victor Lacombe (Folhapress)

Nasa retira o foguete da Artemis 2 para reparos

NASA/Joel Kowsky

Começou na manhã desta quarta-feira (25) o transporte do foguete SLS (Space Launch System), da missão tripulada à Lua Artemis 2, para o prédio de montagem de veículos do Centro Espacial Kennedy da Nasa, na Flórida. Com isso, a possibilidade de lançamento aventada para março não será cumprida, em mais um atraso na missão. A retirada do SLS da plataforma de lançamento ocorre devido a um problema identificado no estágio superior do foguete.

O caminho da plataforma de lançamento até o prédio é pequeno -pouco mais de 6km-

, mas, para deslocar um foguete desse porte para o local, a Nasa aponta que a operação durará cerca de 12 horas.

Segundo a Nasa, o problema, identificado no sábado (21), trata-se da interrupção do fluxo de hélio para o estágio de propulsão criogênica provisório do foguete SLS. O hélio é usado na operação para manutenção das condições ambientais para o motor do estágio e para pressurizar os tanques de propelente de hidrogênio líquido e oxigênio líquido.

“Os sistemas funcionaram durante os ensaios gerais com abastecimento da missão

Artemis 2 da Nasa, mas as equipes não conseguiram realizar o fluxo adequado de hélio durante as operações normais e reconfigurações após o ensaio geral com abastecimento concluído em 19 de fevereiro”, diz a agência espacial americana, em nota.

Além das análises, no prédio de veículos, para identificar a causa do problema, as equipes da Nasa também olharão novamente dados da missão Artemis 1, na qual, antes do lançamento, também houve problemas de pressurização relacionados ao hélio no estágio superior.



Nasa iniciou a retirada do foguete

CORREIO ESPORTIVO

Jhony Inácio/Ag. Paulistão



Estádios tradicionais não estarão disponíveis para finais

Ausências de Morumbi e Allianz têm impacto na final do Paulista

A Federação Paulista de Futebol entende que haverá um impacto das ausências de Morumbi ou Allianz Parque na final do Paulista. Ambos os estádios estarão impossibilitados de serem utilizados por conta de show e instalação de gramado. O presidente da FPF, Reinaldo Carneiro Bastos, diz que ambas as arenas já estão descartadas se São Paulo ou Palmeiras se classificarem - os times disputam uma das semifinais. “Barueri está um brinco, está muito bem feito. Só que é um estádio menor, mais difícil. Mas você consegue fazer uma grande final. Parece que o São Paulo vai fazer no Brinco de Ouro da Princesa, em um estádio que tá com gramado ótimo. que dá, sim para organizar uma final. Mas nada parecido com Morumbi e Allianz Parque”, disse Bastos.

FPF, porém, acredita no sucesso

Apesar deste impacto, o presidente da FPF exaltou a presença de público no Paulista. Segundo ele, fora o Palmeiras que está sem o Allianz, o público médio tem sido muito bom. “Estamos com um público médio, exceto Palmeiras que fez jogos no Barueri, um público médio muito bom. Acesso de mídias sociais muito bom, maior do que ano passado. Temos que esperar final.”

Por Igor Siqueira e Rodrigo Mattos (Folhapress)

Portuguesa



Autores dos atos racistas tiveram identidades preservadas

Portuguesa identifica os envolvidos

A Portuguesa informou que identificou os autores das ofensas racistas contra o goleiro Hugo Souza após o jogo contra o Corinthians, ocorrido no último fim de semana pelas quartas do Campeonato Paulista.

A Lusa afirmou que os torcedores foram excluídos do quadro de sócios. A identidade deles foi mantida em anonimato no comunicado.

Os nomes dos autores dos gritos serão, ainda de acordo com a Portuguesa, encaminhados para as autoridades. O clube reforçou seu repúdio ao episódio.

Torcedores excluídos do quadro social

“A Portuguesa SAF informa que identificou os autores das ofensas racistas sofridas pelo goleiro Hugo Souza, do Sport Club Corinthians Paulista, na partida do último domingo (22), no Estádio do Canindé. Comunicamos, também, que eles foram excluídos do nosso quadro de sócios-torcedores e que as respectivas identidades serão encaminhadas às autoridades”, disse a nota do clube.

Apresentados

A Ponte Preta anunciou oficialmente o zagueiro Sérgio Palacios e o volante Rodrigo Saravia, seus reforços estrangeiros para a temporada. Saravia disse que pode jogar tanto como primeiro quanto segundo volante. Já Palacios destacou sua velocidade e capacidade de realizar o combate corpo a corpo.

“Lamentável”

Eliminado precocemente da Copa do Brasil 2026, após perder nos pênaltis para o Castanhal, o Guarani volta suas atenções para a disputa da Série C. Frustrado, o técnico Matheus Costa definiu o jogo como “lamentável” e não definiu se continuará no clube após o fim de seu contrato, que vence ao final do Paulistão.

Camarotes

Segundo o portal “ge”, a polêmica envolvendo a venda de camarotes do MorumBis é mais extensa do que se pensava. Os investigadores do caso coletaram evidências que indicam que esse esquema poderia vir acontecendo desde 2023. A investigação segue em curso para tentar descobrir mais sobre o caso.

Ingressos à venda

A semifinal do Campeonato Paulista entre Palmeiras e São Paulo, que acontecerá no domingo (1º), na Arena Barueri, teve os valores de seus ingressos divulgados. Para a surpresa de muitos, são preços “populares”, que variam entre R\$ 20 e R\$ 60. A venda para sócios já começou. Já a venda para o torcedor geral será aberta nesta sexta (27).

Transfer Ban

O Santos efetuou o pagamento da dívida que tinha junto ao Arouca, de Portugal, pela contratação do zagueiro João Basso, para encerrar o transfer ban na FIFA. O Alvinegro Praiano agora aguarda a liberação na entidade para poder contratar e registrar reforços nesta final da janela de transferências.

Pitta punido

O atacante Isidro Pitta, do Red Bull Bragantino, foi punido pelo Tribunal de Justiça Desportiva de São Paulo (TJD-SP) com a suspensão por quatro jogos pela expulsão na partida contra o Capivariano. A punição, no entanto, é válida apenas para o campeonato estadual, não influenciando no Brasileirão.



Evento retorna a São Paulo em 2026, mas em nova sede

NBA House mudará de sede na edição 2026

Confira a programação e os detalhes sobre os ingressos

Por Renan Liskai (Folhapress)

A NBA anunciou nesta semana a realização da NBA House durante o mês de junho deste ano, em São Paulo, quando ocorrerão as finais da liga. Esta será a décima edição do evento.

Mais detalhes

Neste ano, a NBA House mudou de lugar. Realizado no Parque Villa-Lobos no ano passado, o evento agora volta ao Shopping Eldorado, local que já havia recebido a festa anteriormente.

O evento será realizado entre os dias 3 de 21 de junho. O local contará com área interna e outra externa, com ativações em ambas.

Os jogos das finais da NBA serão transmitidos em telões ao vivo. Além disso, o evento terá sessões de fotos e autógrafos com lendas da liga, equipes de enterrada, dançarinos, ativações de parceiros e espaços interativos para os fãs como, por exemplo, uma meia quadra.

“Este ano, estamos elevando a experiência com um foco maior no jogo em si, trazendo os fãs mais perto do que nunca do esporte que amam, por meio da NBA House mais imersiva e focada em basquete já feita no Brasil até hoje!”, comentou Niva de Mello, diretora de eventos LATAM e Canadá da NBA.

Copa do Mundo não é problema

A liga não se preocupa com a realização do evento em meio à disputa da Copa do Mundo FIFA 2026. O Mundial, que começa em 11 de junho, não muda os planos de abertura da casa. Não está prevista a exibição de jogos do torneio de futebol, assim como aconteceu com as finais do NBB em anos anteriores.

“Não temos uma estratégia diferente. Acreditamos muito na força da NBA House, compreendemos que a Copa do Mundo é um evento muito importante pro brasileiro, é futebol. Mas não vamos modificar o calendário por isso”, explicou Niva de Mello.

Pré-cadastro

As vendas começam em março, mas o pré-cadastro pode ser feito pela internet. Entre 20 e 29 de março a organização fará a pré-venda de ingressos para clientes com cartão XP, com 20% de desconto. De 30 de março a 1º de abril, as vendas ocorrem com 15% de desconto para demais fãs pré-cadastrados. A venda geral será aberta em 2 de abril. Os interessados podem se cadastrar no site www.nbahouse.com.br. Os valores, porém, ainda não foram informados.

Para os fãs de basquete, a experiência da NBA House é imperdível. O evento reúne ativações com patrocinadores para celebrar o esporte e dar um gostinho da paixão pelo americana em terras brasileiras.

Renovar com Memphis não contraria corte de gastos do Corinthians, diz Paz

Rodrigo Coca e Marco Galvão / Corinthians

Na sede da CBF, Marcelo Paz, diretor de futebol do Corinthians, falou sobre situação do clube

O diretor de futebol do Corinthians, Marcelo Paz, disse que o movimento de renovação de contrato com Memphis Depay não contraria a política de corte de gastos do clube.

“Se estiver dentro do orçamento, não é contrassenso. O que importa é o todo estar dentro do orçamento. O custo do Memphis está dentro do orçamento do Corinthians, então não seria um contrassenso. Contrassenso é estourar o orçamento”, disse o dirigente.

Na CBF para uma reunião de clubes e federações com o presidente de La Liga, Javier Tebas, Marcelo Paz ainda explicou que há outras questões na fila antes de discutir, de fato, o novo contrato do holandês.

“Atualmente, a prioridade é a resolução da pendência com o Talleres, evitando possíveis sanções. O presidente Osmar esteve na Argentina e se reuniu com o presidente Andrés Fassi, restabelecendo o diálogo. Acredito que a possibilidade de sanções se tornou menos provável, com a negociação de um acordo se mostrando mais favorável. Após a resolução dessa questão, passaremos a negociar a



Renovação de contrato com Memphis Depay é prioridade para a diretoria do Corinthians

dívida com o Memphis. Concluídas essas negociações, poderemos tratar da possível renovação, que é de interesse tanto do Corinthians quanto do atleta”, comentou o dirigente.

Corte de gastos está no tamanho suficiente?

“O corte está sendo feito conforme foi determinado pelo orçamento do clube de 2025, no final de 2025 para o exercício de 2026. Já foi feito um corte substancial e essa mudança de postura do Corinthians no mercado, de não gastar com transfer,

com aquisições de jogadores, é o maior exemplo disso. Um clube da grandeza do Corinthians naturalmente compra jogadores, como os demais clubes da Série A estão comprando. 8 milhões de euros, 10 milhões de euros, 6 milhões de euros. O remo que acabou de subir tem investimentos em compra muito maiores do que o Corinthians, por exemplo. Então isso já é um corte na carne bem substancial. E cabe a gente ter essa disciplina, esse rigor. Respeitando o orçamento do clube, mas acima de tudo também entregando resultados esportivos.

A gente tem que ter um time competitivo para brigar, porque é o que o Corinthians historicamente sempre fez”, afirmou.

Qual o nível de competitividade financeira do Corinthians com os rivais hoje?

“Em termos de investimento, a capacidade financeira é limitada. Estamos construindo um time com recursos mínimos. Recentemente, vi estatísticas que indicam que o Corinthians está entre os últimos em investimento

na Série A na formação do elenco, considerando a aquisição de direitos econômicos”.

Dá para competir sem comprar jogadores?

“Não se trata de salários, que são uma questão diferente. Conseguimos manter uma folha salarial competitiva, mas sem grandes investimentos em aquisição de direitos, luvas e outras taxas de transferência. Essa foi a missão que me foi confiada pelo presidente Osmar. Portanto, estaremos distantes das primeiras posições em termos de investimento. No entanto, almejamos alcançar as primeiras posições em campo. Contamos com um time competitivo, um elenco qualificado e um excelente treinador, além de jogadores de seleção”.

Metas para o ano

“Acreditamos que lutaremos por posições de destaque, como é tradição no Corinthians, atual campeão da Copa do Brasil. Neste ano, almejamos uma posição no Campeonato Brasileiro diferente dos anos anteriores. Os próprios jogadores assumiram esse compromisso. Contudo, sem grandes investimentos. O momento é de reestruturação financeira, de equilíbrio, de evitar novas dívidas para que as existentes sejam sanadas e diminuídas, permitindo que o clube, no futuro, tenha mais condições de investir na aquisição de direitos econômicos e de jogadores.”

Por Igor Siqueira e Rodrigo Mattos (Folhapress)

Campinas inicia preparação para os Jogos da Melhor Idade (JOMI), que terá fase regional em junho

Fernanda Sunega/PMC

Campinas já vive o clima de expectativa junto com os atletas 60+ que disputarão a 28ª edição dos Jogos da Melhor Idade (JOMI) em 2026. A fase regional acontece em São João da Boa Vista de 1 a 7 de junho e a final estadual está programada para o período de 28 de outubro a 2 de novembro em Valinhos.

A Portaria CGER nº 06/2026, que aprova o Calendário Oficial da Coordenadoria Geral da Secretaria de Esportes do Estado e define a realização dos Jogos foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A fase regional em São João da Boa Vista reunirá cerca de 2.500 atletas de 198 municípios do Estado de São Paulo em busca da

classificação para a grande final estadual, onde se encontram os melhores colocados de cada etapa.

Referência

Campinas, referência estadual em políticas públicas de esporte e envelhecimento ativo, nos Jogos da Melhor Idade do ano passado foi campeã na fase regional e terminou a competição na 6ª colocação geral, conquistou treze medalhas e consolidou o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Campinas (SMEL), por meio da Coordenadoria de Participação.

Os Jogos serão disputados em quinze modalidades, atletismo, basquete 3x3, bocha, buraco, coreografia, damas, dança de salão,

dominó, malha, natação, tênis, tênis de mesa, truco, voleibol adaptado e xadrez.

Técnicos da SMEL explicam que, em Campinas, a preparação dos atletas começa muito antes das competições oficiais. As aulas gratuitas oferecidas pela Prefeitura — como ginástica, musculação, atletismo, natação, hidroginástica, vôlei adaptado e tênis de mesa — são a base para o desempenho nas disputas estaduais. A Secretaria reafirma que mais do que resultados esportivos, o JOMI simboliza a valorização do envelhecimento ativo. Cada atleta que entra em quadra, pista ou piscina representa uma história de superação, disciplina e busca por qualidade de vida.



Delegação campineira terminou 2025 com 13 medalhas conquistadas



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Fotos Fabiano Veneza e Rogério Santana

PINGA-FOGO

■ **AROLDO CEDRAZ DEIXA O TCU APLAUDIDO PELOS COLEGAS** - O ministro Aroldo Cedraz participou, nesta quarta-feira (25), da sua última sessão da carreira no TCU (Tribunal de Contas da União). Ele completa 75 anos nesta quinta-feira (26) ficando obrigado a se aposentar compulsoriamente.

■ O presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, prestou homenagem ao colega que ficou 20 anos na corte de contas, ocupando o cargo de decano: “O legado do ministro Cedraz não se resume à dimensão técnica. Sua convivência institucional foi pautada pelo respeito e pelo compromisso com o diálogo. Soube divergir com elegância, construir consensos quando necessários e preservar, acima de tudo, o espírito de colaboração que sustenta a autoridade desta Corte”.

■ **Dois nomes do Rio disputaram a vaga de Cedraz.** Os deputados Hugo Leal e Pedro Paulo são citados como possíveis candidatos. Já o vice-presidente da Câmara, Altineu Côrtes, também é citado para o TCU, mas para a vaga do ministro Augusto Nardes.

■ Na disputa, corre um conterrâneo de Aroldo Cedraz, o deputado Elmar Nascimento (União-BR), que esteve cotado para presidir a Câmara antes do consenso formado no nome de Hugo Motta.

■ **Cedraz tem sido chamado para voltar à política partidária e se candidatar na eleição de 2026 ao Senado pela Bahia.**

■ Um dos nomes mais respeitados do TCU, a sua aposentadoria abre uma lacuna de ministros com coragem e capazes de dar respaldo ao corpo técnico do tribunal. Aroldo é formado em medicina veterinária. Antes de assumir o posto de ministro do TCU, foi secretário de Indústria e Comércio da Bahia e deputado federal pelo seu estado durante quatro mandatos.

■ Na última sessão, ele foi aplaudido pelos colegas e homenageado pelos servidores da corte, onde é estimado pela sua humildade e trato fidalgo com os mais simples.

■ **COMEX EM ALTA NO RJ** - O Rio de Janeiro registrou avanço expressivo no Comércio Exterior em 2025. Dados da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) apontam crescimento de 45% no número de processos analisados ligados à Lei 9.025, que institui regime diferenciado de tributação para o setor. No mesmo período, os investimentos projetados por empresas do setor saltaram 266%, passando de R\$ 5,1 milhões para R\$ 18,9 milhões. A estimativa é de que os projetos aprovados movimentem cerca de R\$ 2,5 bilhões em ope-

Governo do Rio apresenta resultados do Programa Pista com 101 projetos

O governador Cláudio Castro apresentou, nesta quarta-feira (25), os 101 projetos atendidos pelo programa Pista (Parques de Inovação Social, Tecnológica e Ambiental). A iniciativa está presente em cinco territórios fluminenses - Rocinha, Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Maré e Petrópolis - com diversos profissionais já em atuação, consolidando uma rede ativa de inovação, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável. O programa promove a incubação e a aceleração de empreendimentos cooperativos, com investimento de R\$ 21 milhões.

A proativa é realizada pelas secretarias de Ambiente e Sustentabilidade e de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec).

Blue Rio

Durante o evento, foi anunciada a terceira edição do programa Blue Rio, uma das principais iniciativas de inovação aberta voltadas à Economia Azul no país. Lançado em 2023, o Blue Rio já teve duas edições e conecta startups nacionais e internacionais, grandes empresas parceiras e o poder público para desenvolver soluções tecnológicas e sustentáveis que aliem crescimento econômico à proteção dos recursos hídricos.

O programa atua em áreas estratégicas como saneamento, portos, navegação, energia, sustentabilidade, turismo e bioeconomia, fortalecendo a integração entre inovação, desenvolvimento regional e preservação ambiental. Na segunda edição, foram registradas 491 startups inscritas, totalizando 780 participan-



Durante o evento, foi anunciada a terceira edição do programa Blue Rio, uma das principais iniciativas de inovação aberta voltadas à Economia Azul no país



O governador Cláudio Castro durante a apresentação dos resultados



Anderson Moraes, secretário de Ciência e Tecnologia do RJ



Bernardo Rossi, secretário do Ambiente e Sustentabilidade do RJ

tes nas duas edições. Ao todo, 10 grandes empresas parceiras já estiveram engajadas na iniciativa. O alcance internacional também se destaca. O Blue Rio rece-

beu propostas de diferentes partes do mundo, com 42 finalistas e 18 startups internacionais, representando países da América Latina, Europa, Ásia, África e América

do Norte. Ao longo do processo, foram realizados 87 pitches, transformando ideias inovadoras em soluções com potencial de aplicação real no território fluminense.



CM

A hotelaria de Campinas teve, na chegada do Royal Palm Plaza no final da década de 90, um divisor de águas. O hotel é o maior complexo hoteleiro do interior paulista, com um grande centro de convenções e unidades hoteleiras de 5, 4 e três estrelas no mesmo complexo. Na foto, o sócio e diretor do grupo Royal, Antônio Dias, com o jornalista Cláudio Magnavita, amigo da família e que esteve na inauguração do 5 estrelas. Magnavita, que acompanha semanalmente a implantação do Correio da Manhã de Campinas, foi recebido por Dias, nesta quarta, 25, com quem conversou sobre o crescimento econômico da região e apresentou os planos regionais do Correio.

rações e faturamento bruto do Comércio Exterior Fluminense nos próximos cinco anos.

■ **NORMAS PARA CRIAÇÃO DE ANIMAIS** - O Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (25/02), o PL 2.950/19,

que cria normas de proteção para animais, domésticos e silvestres, que estejam em situações de desastres, como enchentes, desabamentos e incêndios.

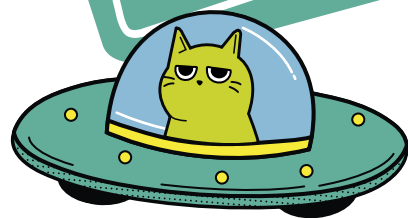
■ O deputado Marcelo Queiroz (PSDB-RJ) foi o relator do

PL na Câmara, que deu parecer favorável à iniciativa. -Essa é mais uma vitória do nosso trabalho duro na defesa da pauta animal no Congresso, que também contou com forte apoio da sociedade civil - disse Queiroz.

■ **União, Estados, Municípios e locais que possuem licença ambiental** passam a ter responsabilidades com os animais em cenários de emergência. O texto segue para sanção do presidente Lula.

Sabrina Carpenter
vai se apresentar
no dia 20 no Palco
Budweiser

**Shows
acontecem
nos dias
20, 21 e 22
de março,
a partir do
meio-dia, no
Autódromo
de Interlagos**



Os fãs já podem começar a organizar o cronograma de shows para aproveitar ao máximo a experiência no Lollapalooza Brasil. O festival divulgou hoje a divisão por palcos e a grade completa de horários das apresentações da edição de 2026 – acessíveis pelo aplicativo do evento, disponível para download na Google Play Store e na Apple Store. Na plataforma, o fã pode montar sua própria agenda personalizada, selecionando os shows que deseja assistir. Ao longo dos dias 20, 21 e 22 de março, o público que circular pelo Autódromo de Interlagos será convidado a conferir os mais de 70 artistas que fazem parte do line-up deste ano. Os portões abrem às 11h, com início das apresentações ao meio-dia.

A sexta-feira (20) dá início ao festival com Camila Jun abrindo a programação no Palco Perry's by Fiat. Ao longo da jornada, o Autódromo recebe atrações que transitam por diferentes gêneros e gerações, reunindo artistas nacionais e internacionais. No Palco Budweiser, Stefanie começa as apresentações,

seguida por Negra Li. Mais tarde, Blood Orange e Doechi antecede o show de Sabrina Carpenter, que encerra a noite no local. Já no Palco Samsung, Interpol faz sua performance antes de Deftones, responsável por fechar a programação no espaço. No Flying Fish, Edson Gomes leva o melhor do reggae brasileiro ao público. A primeira noite do Lollapalooza Brasil termina com Kygo, no Perry's by Fiat.

No sábado (21), a programação segue destacando diferentes movimentos da música global. Pelo Palco Budweiser, Marina e Lewis Capaldi antecede Chappell Roan, que faz sua primeira apresentação no Brasil e encerra a agenda do local. O Palco Samsung recebe Foto em Grupo, em sua estreia no festival, seguido por Cypress Hill, enquanto Skrillex comanda o último show do palco. No Flying Fish, o grupo RIZE também pisa pela primeira vez no evento, marcando a chegada do k-pop à edição brasileira do Lollapalooza. À noite, o Palco Perry's by

Fiat recebe Brutalismus 3000, encerrando a programação dedicada à música eletrônica no dia.

O domingo (22) terá Djo e Turnstile no Palco Budweiser, antes do esperado show de Tyler, The Creator, que fecha a programação do espaço. No Palco Samsung, o destaque é a performance de Lorde como headliner. Já no Flying Fish, o grupo KATSEYE realiza a última apresentação do local este ano. Ao longo do dia, o Perry's by Fiat reúne nomes da música eletrônica, com sets de RØZ, YØU\$UKâ, YUKIMA-T\$U e Peggy Gou, encerrando a

programação do Lollapalooza Brasil 2026 no Autódromo de Interlagos.

Até a data das apresentações, os horários estão sujeitos a alterações. Todas as atualizações oficiais serão divulgadas nos canais do festival.

Aplicativo já disponível

Para ajudar o público a planejar cada momento do festival, o Lollapalooza Brasil disponibiliza um aplicativo oficial, que reúne as principais informações da edição. A plataforma permite organizar a agenda diária com os horários dos shows e, em breve, também contará



Lorde estará no Palco Samsung, no dia 22

com um mapa interativo do Autódromo de Interlagos, indicando a localização dos palcos, setores do evento, opções de alimentação e bebidas, ativações de marcas e serviços disponíveis, como guarda-volumes, pontos de hidratação e terminais de recarga cashless. O aplicativo do Lollapalooza Brasil está disponível para dispositivos iOS e Android, com download gratuito na Apple Store e na Google Play Store.

Ingressos à venda

Com a possibilidade de escolher entre ingressos Pass, que dão direito aos três dias de festival, e ingressos Day, que permitem a entrada para o dia escolhido no momento da compra, as duas modalidades se consolidam como o ticket de acesso para a tão aguardada experiência do Lollapalooza Brasil.

1 - Entrada social: Está disponível para todo o público e garante 45% de desconto com doação automática de R\$ 20,00 para instituições parceiras do festival. A doação acontece por meio da plataforma Ticketmaster Brasil durante o fluxo de venda, de forma descomplicada.

2 - Meia-entrada: para quem tem o direito legal a este benefício: maiores de 60 anos, aposentados, estudantes de ensino fundamental, médio ou superior, jovens pertencentes a famílias de baixa renda (com idades de 15 a 29 anos), pessoas com deficiência (e um acompanhante), profissionais das redes públicas estadual e municipais de ensino de São Paulo. Os beneficiários devem estar elegíveis ao benefício tanto no momento da compra, quanto no acesso ao festival.

3 - Inteira: válidos para qualquer fã do festival, preço cheio sem descontos.